



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES II
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SARAH PINHO DA SILVA

OS FEMINISMOS DE SEGUNDA ONDA: A UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES
(1979-1985).

FORTALEZA-CE

2020

SARAH PINHO DA SILVA

OS FEMINISMOS DE SEGUNDA ONDA: A UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES (1979-1985).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Humanidades II da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Orientadora: Prof. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.

FORTALEZA-CE

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S583f Silva, Sarah Pinho da.
Os feminismos de Segunda Onda: : A União das Mulheres Cearenses (1979-1985) / Sarah Pinho da Silva. – 2020.
119 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2020.
Orientação: Profa. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte.
1. Ditadura Militar brasileira.. 2. Feminismos.. 3. Identidade.. 4. União das Mulheres Cearenses.. I. Título.

CDD 900

SARAH PINHO DA SILVA

OS FEMINISMOS DE SEGUNDA ONDA: A UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES (1979-1985).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Humanidades II da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em História. Área de concentração: História Social.

Aprovada em: __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte (orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Kênia Sousa Rios
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Joana Maria Pedro
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

À minha mãe por viver e se fazer presente de outras formas em minha vida.

(In memoriam).

À minha avó, Neuza Viana, pelo incentivo, cafés, risadas, na cozinha, e sua alegria contagiante.

(In memoriam).

Às mulheres, entrevistadas nesta pesquisa, por suas lutas, militâncias e trajetórias.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai por sempre incentivar meus estudos, por nossas conversas, pela sua disposição em me compreender e pela paciência. De todos os abraços, é o que mais me aquece. Agradeço à minha irmã por toda colaboração, maternagem, mimos e atenção dada durante todos esses anos. Uma das minhas maiores referências.

Agradeço à minha orientadora, Ana Rita Duarte, pela paciência, indicação de leituras, pelas sugestões, conversas, por acreditar na viabilidade dessa pesquisa e encarar comigo esse trajeto. Uma referência teórica, profissional, ética e pessoal.

Agradeço à Renata pelas revisões, primeiras leituras, críticas, por escutar minhas descobertas, angústias e alegrias acerca da pesquisa. Por fazer presença diária, alegrar os meus dias e dividir comigo as descobertas do viver.

Agradeço às professoras, Berenice Abreu e Valéria Alves, pelas sugestões de leituras, conversas, sempre construtivas, pelo incentivo a seguir o caminho da pesquisa e por todo afeto. São referências profissionais.

Agradeço à Kelly e ao Vinícius por trazer, para Fortaleza-CE, um pouco de nossa Madalena-CE para perto de mim. A convivência, em família, alivia a saudade de casa, reforça laços e traz conforto. Agradeço à Fabrícia pela generosidade, conversas, paciência, cuidado e pelo afeto.

Agradeço aos amigos historiadores/as, Amanda, Brenda, Ingrid, John e William, por estarem presentes, desde o início da minha trajetória acadêmica, pelas risadas, carinho e amizade.

Agradeço à Angeline, Marília e Taíris por todo amor, pela ética, em nossa amizade, respeito e o compartilhar da intimidade.

Agradeço à Allana pelas leituras, críticas, sugestões e apontamentos teóricos, pela atenção, respeito e por seu afeto. Agradeço aos amigos, que fiz em Florianópolis-SC, Henrique e Jorge pelas trocas teóricas, conversas, nas quais sempre aprendi muito, risos e o carinho durante meu intercâmbio.

Agradeço à FUNCAP pelo financiamento da pesquisa.

Veio para contar
O que não faz jus a ser glorificado
E se deposita, grânulo,
No poço vazio da memória
É importuno
Sabe-se importuno e insiste
Rancoroso, fiel.
(Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

A pesquisa, ora apresentada, buscou compreender a formação da União das Mulheres Cearenses-UMC, em 1979, considerada a primeira entidade feminista, no Ceará, durante o período da Ditadura Militar brasileira, assim como, o período do surgimento dos feminismos de *Segunda Onda* no Brasil. No processo de desmantelamento das organizações da esquerda, perseguições, prisões, torturas e mortes, os feminismos surgiram, no país, aliando a luta de mulheres com o combate à ditadura militar e à luta de classe. A UMC formou-se nessa conjuntura e buscou dialogar com as pautas gerais e as específicas, tendo por base a vinculação a partidos políticos da esquerda. A partir do escopo teórico-metodológico, que consistiu no levantamento bibliográfico – o uso de documentação do Sistema Nacional de Informações-SNI; documentos produzidos pela UMC, Estatuto e Resolução do I Congresso da Mulher Cearense; os testemunhos orais – narrou-se o surgimento, formação, desenvolvimento e os divisionismos dentro da entidade, foram analisados os conflitos internos, a repercussão do movimento e a vigilância dos agentes de segurança sobre a instituição, os desentendimentos e as rupturas que existiram na UMC. Nesse percurso, foi analisada a multiplicidade que cercou a organização e os desafios encontrados por ela para manter-se hegemônica à frente dos feminismos no Ceará. Desse modo, a UMC configurou-se como entidade feminista, apesar das críticas e das desavenças internas, entre as próprias militantes, firmou-se na lembrança de muitas mulheres que vivenciaram os feminismos de Segunda Onda, no Ceará, constituindo uma identidade política feminista a partir da entidade.

Palavras-chave: Ditadura Militar brasileira. Feminismos. Identidade. União das Mulheres Cearenses.

ABSTRACT

The research, here presented, sought to understand the formation of the União das Mulheres Cearenses-UMC (Union of Women of Ceará), in 1979, considered the first feminist entity, in Ceará, during the period of the Brazilian Military Dictatorship, as well as the period of the emergence of *Second Wave* feminisms in Brazil. In the process of dismantling leftist organizations, persecutions, prisons, tortures and deaths, feminisms emerged in the country, combining the struggle of women with the fight against the military dictatorship and class struggle. UMC was formed at this juncture and sought to dialogue with general and specific agendas, based on the link with left-wing political parties. From the theoretical-methodological scope, which consisted of the bibliographic survey – the use of documentation from the National Information System-SNI; documents produced by the UMC, Statute and Resolution of the I Congress of the Woman of Ceará; oral testimonies – the emergence, formation, development and divisions within the entity were narrated, internal conflicts, the repercussions of the movement and the surveillance of security agents on the institution, disagreements and disruptions that existed at UMC were analyzed. Along this path, the multiplicity surrounding the organization and the challenges it encountered to remain hegemonic ahead of feminisms in Ceará were analyzed. In this way, UMC became a feminist entity, despite the criticisms and internal disagreements, among the militants themselves, established itself in the memory of many women who experienced *Second Wave* feminisms in Ceará, constituting a feminist political identity a from the entity.

Keywords: Brazilian Military Dictatorship. Feminisms. Identity. União das Mulheres Cearenses.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	A UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES: FEMINISMO CEARENSE DE “SEGUNDA ONDA”	13
2.1	A formação da União das Mulheres Cearenses (UMC).....	14
2.2	Constituição e organização da União das Mulheres Cearenses.....	34
3	“O OLHO QUE TUDO VÊ”? CONTROLE E VIGILÂNCIA DA DITADURA MILITAR SOBRE OS FEMINISMOS.....	48
3.1	O “olhar” do regime militar brasileiro sobre os movimentos feministas.....	54
3.2	“Você não sente nem vê”: a percepção dos grupos feministas sobre a vigilância militar.....	72
4	“DEIXE-ME IR, PRECISO ANDAR”: O ROMPIMENTO DE MULHERES COM A UMC.....	81
4.1	“Vida, vento, vela, leve-me daqui”: a saída de mulheres da UMC.....	84
4.2	É divisionismo? Formação de outros grupos feministas no Ceará.....	94
4.2.1	<i>Centro Popular da Mulher.....</i>	105
5	CONCLUSÃO.....	110
	REFERÊNCIAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

O percurso historiográfico, desta pesquisa, iniciou-se, ainda, na graduação. Consequência da monografia, a União das Mulheres Cearenses-UMC apareceu, após ter pesquisado as experiências femininas, nas organizações de esquerda durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Ao vasculhar os indícios de uma história feminista de *Segunda Onda*, no Ceará, a entidade surgiu em meio a documentos, jornais e testemunhos. Em virtude disso, decidimos empreender esse estudo. Os desafios foram vários, tendo em vista a dificuldade com a documentação, produzida pela UMC, pois não há arquivos ou local específico em que tenha sido preservado, na íntegra, o material produzido pela organização.

Ao estabelecer os primeiros contatos com as mulheres, que foram responsáveis pela formação da UMC, optamos por buscar outras participantes, para dialogar sobre a entidade. Fizemos um levantamento de fontes, nos jornais do período, encontramos uma cópia do Estatuto da UMC (aprovado em 1981) e a Resolução do I Congresso da Mulher Cearense, ocorrido em 1982. Diante disso, fomos tecendo os fios que ligaram à União das Mulheres, para se consolidar como a primeira entidade feminista do Ceará. Debruçadas sobre essa documentação, mas também, na produção das narrativas, o recorte temporal foi sendo traçado entre os anos de 1979 a 1985.

Os objetivos estabelecidos, nesse estudo, consistiram em buscar compreender o processo de formação da UMC e do desenvolvimento da entidade, ao longo dos seis anos, percorridos no recorte temporal da pesquisa. Além de abordar a vigilância do regime militar, sobre as organizações feministas, mais especificamente, a União das Mulheres, elemento, ainda, pouco explorado, na historiografia, e as disputas que cercaram os feminismos brasileiros de *Segunda Onda*.

O ano de 1979 é considerado o de fundação da organização, após o núcleo cearense do Movimento Feminino pela Anistia-MFPA se desfazer. Muitas integrantes do MFPA decidiram manter o processo organizativo e a UMC veio como fruto dessa demanda. Ao decidir pesquisar a instituição, fizemos a escolha de analisá-la, a partir de sua fundação, desse modo, o recorte iniciou-se em 1979. Não esquecendo o que cercava a formação da UMC. O período era de exceção; a ditadura militar permanecia no poder, apesar de o processo de reabertura política, da Lei da Anistia, da volta de muitos exilados/as, ao Brasil, o país vivia sobre a face autoritária de um regime militar.

O recorte temporal tecido, na pesquisa, foi percorrido por esses escombros deixados pela ditadura militar. A UMC foi sendo compreendida, dentro dessa teia de detalhes

que cercou a instituição, sendo composta em um período arbitrário. Dessa forma, chegamos ao ano de 1985, que encerra nosso recorte temporal, pois, a pretensão foi compreender a organização, sua formação e desenvolvimento durante a ditadura. Ao mesmo tempo, o final da década de 1970 e início dos anos 1980 foram marcados pelo surgimento dos feminismos de *Segunda Onda*, que começaram a se organizar, no Brasil, em meados da década de 1970, e marcaram a trajetória de muitas mulheres.

A UMC, nesse nicho, não surgiu descontextualizada da estrutura social, econômica e política, ela foi parte integrante de um processo que se iniciou no país, nesse período. Várias entidades de caráter semelhante foram aparecendo e a União das Mulheres dialogou e participou dessa *Onda* na conjuntura analisada. A organização, portanto, foi compreendida em um espaço-tempo marcado por autoritarismos e liberação. A dialética de sua constituição se deu em um momento de manutenção de práticas conservadoras, tanto do lado da direita, quanto da esquerda, ao mesmo tempo, os feminismos avançavam e tinham como pautas, discussão de sexualidade, aborto e métodos contraceptivos.

A efervescência do período ressoou nas práticas da UMC, que ora dialogou com as pautas gerais, ora com as pautas específicas. Em certos momentos, adotou uma prática “conservadora”, por exemplo, em relação à discussão da sexualidade e do corpo, semelhante a algumas organizações da esquerda, em outros, buscou romper com estereótipos e amarras do autoritarismo. As contradições marcaram a entidade que se viu envolta em convergências e dissensos, ao passo que foi se consolidando enquanto instituição. Tecer, portanto, o fio da história que fez da UMC uma organização formada e composta, apenas, por mulheres, nas décadas de 1970-1980, é fiar o percurso teórico-metodológico da compreensão dos feminismos de *Segunda Onda* no Ceará.

No intuito de alcançar as finalidades pretendidas, tivemos, como fontes, os documentos produzidos pela UMC, tais como o Estatuto e a Resolução do I Congresso. Essa documentação nos possibilitou compreender os objetivos, métodos e a forma de se estruturar da organização desde sua fundação, em 1979, até o ano de 1985.

A disposição dos artigos, no Estatuto, que versam sobre a criação de Departamentos, a eleição de Diretoria e do Conselho de Representantes demonstraram o processo burocratizante da entidade. Os jornais foram outras fontes utilizadas, porque entendemos que a grande imprensa repercutiu as ações da UMC, desde as mobilizações populares, até a realização dos Congressos promovidos pela instituição. A documentação disponibilizada, no *site* do Arquivo Nacional, que compreende os documentos, elaborados pelos órgãos de informação da ditadura militar, integraram nossas fontes. Na pesquisa,

debruçamo-nos sobre os dossiês, produzidos pelo Sistema Nacional de Informações-SNI, que constam no acervo/coleções Fundo SNI.

Essa documentação foi recolhida ao Arquivo Nacional, em 2005, sob a supervisão da Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília (COREG). Composta por cerca de 220 mil fichas, todas elas digitalizadas e disponibilizadas pelo Arquivo Nacional. Essas são uma importante ferramenta de pesquisa, mais ainda, um avanço no processo de abertura dos arquivos da ditadura militar brasileira. O SNI foi um importante mecanismo, utilizado pelos militares, para exercer controle e vigilância, assim como, conseguir informações e produzir documentação sobre as esquerdas, os grupos feministas e/ou qualquer pessoa/coletivo que ameaçasse a manutenção do regime militar, por isso tem vinculação a esse estudo.

Os testemunhos foram mais um elemento crucial, em nossa pesquisa, para compreender o que significou a UMC, seu processo de expansão, os primeiros contatos, as identificações com os feminismos e como as mulheres foram tentando construir uma identidade política feminista. Foram entrevistadas cinco mulheres – Fátima Carvalho, Grace Vitorino, Maria Luíza Fontenele, Nilze Costa e Silva e Verônica Guedes – todas elas integraram a UMC, fosse desde a formação ou posteriormente. Algumas delas saíram da entidade, ao longo dos anos 1980, mas outras compõem, até hoje, a organização que, atualmente, é vinculada ao Grupo político Crítica Radical.

Problematizar a fonte é tarefa primária do/a historiador/a; é nosso dever e integra nosso *métier*, visto que é nosso ofício enquanto profissional. No diálogo estabelecido com nossas variadas fontes, buscamos alcançar o objetivo de construir uma narrativa histórica, que se aproximasse do que representou a formação e o desenrolar da UMC, no final da década de 1970 e início dos anos 1980. A cortina do passado não é retirada, o que fazemos é tentar enxergar, a partir das “brechas”, os vestígios e apresentar novos atos, no que tange ao cenário histórico. Desse modo, dividimos nossa pesquisa em três capítulos, que tentaram percorrer um pouco da trajetória da União das Mulheres Cearenses.

O primeiro capítulo – *A União das Mulheres Cearenses: feminismos de Segunda Onda no Ceará* – apresenta o processo de formação e desenvolvimento da entidade, desde sua fundação, em 1979, até a expansão da instituição, abordando a formação de núcleos em bairros de Fortaleza-CE e outros municípios. Mais ainda, revela o modelo estrutural, adotado pela entidade, a burocracia, muitas vezes, utilizada, no processo de constituição da organização, e os entraves desse modelo mais “conservador” utilizado por muitas militantes da organização.

O segundo capítulo – *“O olho que tudo vê”?: Controle e vigilância da ditadura militar sobre os feminismos* – demonstra o aparelhamento e a sistematização, empreendida pelos militares e seus agentes, em prol de manter sobre total vigilância as esquerdas e grupos contrários à ditadura militar, dentre eles, os feminismos. Além do controle dos órgãos de informação sobre as entidades feministas, dentre elas, a UMC, a percepção das militantes, em relação à vigilância foi problematizada e as conclusões sobre o ato de vigiar e de controlar as informações obtidas, nesse processo proposto, pelos agentes da Segurança Nacional.

O terceiro capítulo – *“Deixe-me ir, preciso andar”?: o rompimento de mulheres com a UMC* – mostra a ruptura que houve na entidade, no final do ano de 1981, que gerou a formação do Grupo Feminista 4 de Janeiro e, em 1982, mais um “racha” que deu origem ao Centro Popular da Mulher. Nessas fissuras que ocorreram, as disputas feministas, em torno de uma “legítima” identidade política e os processos de identificação com os feminismos, foram evidenciados e, conseqüentemente, alvos de conflitos e disputas pelos grupos. O que corroborou para balançar a “homogeneidade” da UMC à frente do movimento de mulheres na década de 1980.

A pesquisa tentou apresentar mais um capítulo, na história dos feminismos a partir do Ceará, dialogando com aquela que é considerada a primeira e maior entidade feminista, no Ceará, que buscou, dentro das limitações teórico-práticas, levar as discussões e os debates a diferentes agentes e se firmar no cenário político de atuação no estado. Consolidando-se, enquanto movimento expressivo, e estabelecendo ligações com diferentes órgãos. A UMC foi uma organização de encantos e desencantos de um feminismo que surgiu tentando romper as barreiras das diferenças nas relações sociais entre homens e mulheres e do autoritarismo vigente no Brasil.

2 Capítulo I – A União das Mulheres Cearenses: feminismo cearense de “Segunda Onda”?

Em 26 de agosto de 1979, foi assinada, pelo então presidente General João Baptista Figueiredo¹, a Lei nº 6.683, que concedia anistia aos envolvidos em crimes políticos, durante a ditadura militar brasileira, inclusive anistiando os militares, excetuando os que cometeram “crimes de sangue²”, nesse caso, para os militantes de esquerda.

A anistia ocorreu contrária ao que as organizações de combate à ditadura exigiam, tendo em vista que os militares, também, foram beneficiados com a lei, já que todos os que cometeram atos relacionados a crimes políticos ou por motivação política foram anistiados. Isso aconteceu, porque o processo foi comandado pela ditadura militar.

Com a lei da anistia, o Movimento Feminino pela Anistia, organizado em todo o país. No Ceará, com núcleo desde 1976, foi desfeito. Ao decidir pelo fim do movimento, em uma reunião, muitas mulheres acharam relevante que aqueles encontros, que ocorriam por conta da formação do MFPA, continuassem a acontecer. A partir dessa ideia, foi criada uma entidade de mulheres, no Ceará, a União das Mulheres Cearenses, que teve sede e foro na cidade de Fortaleza-CE³. A UMC foi fundada, em 1979, e considerada a primeira entidade feminista do Estado, reunindo mais de 1.600⁴ mulheres associadas já em meados da década de 1980, mas também, a organização foi criada “objetivando, além de ocupar, ampliar o espaço da militância do MFPA, motivada pela premente necessidade de conquistar uma liberdade política plena”. (VITORINO, 1994, p.118). A fundação da UMC ocorreu a partir da iniciativa do chamado “Grupo da Maria⁵”, conforme Duarte (2012), formado, ainda, no MFPA,

¹ João Baptista Figueiredo foi o último dos militares a presidir o país, assumindo, em 1979, e finalizando em 1985, quando finda a ditadura militar brasileira, no que ficou conhecido como “abertura lenta, gradual e segura”, que significou que os militares foram os responsáveis por fazê-la. Todavia, a luta pela anistia política foi um movimento conduzido pela esquerda brasileira, principalmente, pelos movimentos de mulheres, a partir da criação do Movimento Feminino pela Anistia, que teve núcleos nos diferentes estados brasileiros.

² Os chamados “crimes de sangue” eram as práticas de crime de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal. Dessa forma, os militantes da esquerda, que haviam praticado qualquer dessas práticas, não foram beneficiados pela anistia naquele momento.

³ VITORINO, 1994.

⁴ Chegamos a esse número a partir da dissertação de Grace Troccoli Vitorino, defendida, em 1994, na Universidade Federal do Ceará. Grace integrou a UMC, a partir do início dos anos 1980, e era uma das responsáveis por fazer a ficha de inscrição das associadas.

⁵ “A denominação ‘Grupo da Maria’ ou ‘Grupo da Maria Luíza’ pode ser analisada sob dois prismas: o da personalização própria de sociabilidades da esquerda, que constitui grupos de militância unidos por laços de solidariedade em torno de lideranças. O carisma pessoal de Maria Luíza é responsável pela polarização do grupo ao seu redor; e da tentativa de desqualificação do agrupamento pela direção do PC do B, no início da década de

contando com cinco a seis membros, o grupo foi se destacando nas votações, mobilizações, dentro do MFPA, conseguindo articulação com outros grupos para somar nas decisões, posteriormente, articulando-se em outras organizações, como a UMC, mas também, partidos políticos, como PC do B (Partido Comunista do Brasil) e depois o PRC (Partido Revolucionário Comunista).

Assim, a UMC buscou manter a disposição que havia se iniciado com o Movimento Feminino pela Anistia, no Ceará, no qual essas mulheres estivessem organizadas, em um grupo composto, apenas, por mulheres, que pudessem discutir temas gerais, mas também, mais específicos, tendo como princípio o fato de ser pensado e composto por mulheres. A organização começou a ganhar mais notoriedade no ano de 1980. Nesse período, conseguiu maior adesão de mulheres, e, em 1981, aprovou o estatuto da entidade. Esse documento trazia, dentre vários fatores, a sistematização da UMC, a forma de organização, as regras de eleições, a composição da diretoria, a formação de departamentos, mas também, os princípios, ideais e pautas de lutas propostas pelo movimento.

A partir da análise do Estatuto da UMC, Resolução do I Congresso da Mulher Cearense, de cinco entrevistas realizadas, bem como, as referências bibliográficas, discutimos o percurso da formação da UMC, compreendendo a organização inicial das mulheres, em torno da entidade, o processo de constituição, no qual foram pensados a sede, o estatuto e a organização mais formal da instituição. Ademais, as integrantes decidiram integrar a UMC, porque se interessaram e decidiram se associar. Essa perspectiva foi relevante para compreender o modo de identificação com os feminismos de Segunda Onda, no Brasil, mas também, como as mulheres foram desenvolvendo suas identidades políticas ao longo da militância.

2.1. A formação da União das Mulheres Cearenses (UMC).

A União das Mulheres Cearenses foi uma organização fundada, em 1979, com o fim do Movimento Feminino pela Anistia⁶ (MFPA⁷). O núcleo do MFPA, no Ceará, foi o

1980 quando já não se reconheciam os militantes como representantes políticos”. (DUARTE. 2012, p.160). “Grupo da Maria” faz referência a Maria Luíza Fontenele, ex-deputada estadual, ex-prefeita de Fortaleza-CE, figura política cearense, conhecida pelo carisma e popularidade. Foi uma das entrevistadas nessa pesquisa, mais adiante, traçamos um pequeno “perfil” de sua atuação política.

⁶ “O Movimento Feminino pela Anistia, no Brasil, surgiu em 1975, pela articulação de mulheres paulistas na defesa dos atingidos pelo regime autoritário a partir de 1964, tendo como objetivo inicial a conquista da anistia” (DUARTE, 2009, p.22).

terceiro a ser criado, no Brasil, em março de 1976, de acordo com Duarte: “sua origem remete às reuniões de familiares de presos políticos no ano anterior, em Fortaleza, para discutir formas de intervenção e defesa de parentes encarcerados pela ditadura”. (2012, p.37). Todavia, o Movimento Feminino pela Anistia não reuniu, apenas, mães, irmãs, esposas que tinham algum familiar preso e/ou exilado, pois, contou com a participação e a militância de mulheres que foram atraídas por causa e decidiram compor a organização. Ainda, segundo Duarte:

O MFPA foi fundado por Therezinha Godoy Zerbini, esposa de general atingido pela repressão do golpe militar de 1964, iniciado por dez mulheres de classe média, entre profissionais liberais, estudantes e intelectuais. O MFPA expande-se pelo país, com núcleos e atinge outras classes sociais. Sua importância não se deve tanto ao número de participantes, mas à repercussão do movimento de contestação na época em que manifestações eram estritamente proibidas. (DUARTE, 2012, p.60).

Utilizando-se de cautela e ressaltando premissas associadas à construção de papéis sociais, as mulheres que compunham o MFPA foram conseguindo exercer uma atuação frente ao regime militar, valendo-se de valores, tais como: defesa da família, direito das mães saberem informações sobre seus filhos presos/desaparecidos, esposas defendendo seus maridos, enfim, reiterando uma ideia de “instinto materno” associado socialmente ao papel da mulher. Além disso, o MFPA foi ganhando espaço de articulação e dialogando com outros movimentos que, também, reivindicavam a anistia política. De acordo com Greco:

Com o ascenso vertiginoso do movimento a partir do salto de qualidade promovido pela atuação dos Comitês Brasileiros de Anistia (CBAs) e pelo avanço político e organizativo trazido pela criação da Comissão Executiva Nacional (CEN), no I Congresso Nacional pela Anistia (São Paulo, novembro de 1978), o movimento ganha definitivamente as ruas e fica incontornável a inclusão do tema na pauta da mídia e das discussões políticas e institucionais. (GRECO, 2003, p.116).

A importância desses movimentos, como o CBAs, foram relevantes para a luta pela anistia, mas é necessário frisar que o MFPA se constituiu, também, enquanto movimento político, o qual reverberou na campanha de anistia. Ambos os movimentos reivindicavam a anistia, mas havia, também, entre os grupos conflitos ocasionados pela forma de gerenciar, mesmo a atuação acontecendo de forma conjunta. Segundo Duarte:

A atuação conjunta entre CBA e MFPA acontecia, de forma pontual, permeada por conflitos que marcaram a memória da líder Therezinha Zerbini, que explica o surgimento do CBA como fracasso da esquerda, na tentativa de controlar o movimento. (DUARTE, 2012, p.90).

Os movimentos se articulavam pela anistia, embora em meio a disputas, que

⁷ Sigla utilizada para designar o Movimento Feminino pela Anistia, em muitos casos, durante o texto, utilizaremos essa sigla para fazer referência ao movimento.

incluíam formas de ação e adesão ao grupo. Ainda, conforme Duarte (2012), o CBAs aderiam membros sem distinção de sexo e buscavam se tornar um movimento de massa, com o intuito de pressionar os militares pela anistia, já o MFPA concentrava-se em ser um grupo formado por mulheres⁸, que dentre suas estratégias utilizavam-se do gênero para ganhar espaço. Mas, discutiremos melhor esses usos do gênero no capítulo terceiro.

O processo de anistia estava, cada vez mais, pulsante e, conseqüentemente, ficava mais difícil para os militares não abordar essa questão, tampouco menosprezar as movimentações que ocorreram exigindo a anistia política.

Dentre as mulheres entrevistadas para essa pesquisa, nomes como o de Maria Luiza Fontenele e Fátima Carvalho, que derivaram do MFPA, bem como quase toda a diretoria, na época da formação da UMC, a saber: Rosa da Fonseca⁹, Célia Zanetti¹⁰, Socorro Saldanha¹¹, também, derivaram do movimento pela anistia e, a partir disso, a entidade fora idealizada. A UMC é considerada a primeira organização feminista do Ceará, de acordo com Vitorino:

O delineamento da natureza da noção político-feminista da UMC, constitui-se, nos seus primeiros passos, numa vinculação ténue às reivindicações especificamente feministas, fato que sugere serem as atribuições que compõem uma entidade feminista, neste caso, erigidas como ‘apêndice’ da luta política mais geral. (VITORINO, 1994, p.120).

Dessa forma, podemos apreender que a UMC buscou reunir elementos que a caracterizaram, enquanto entidade feminista, mas também, ligada à chamada luta geral, visto que várias mulheres, as quais compunham os quadros da União de Mulheres, mantinham contato ou integravam outras organizações/partidos políticos. Assim sendo, foi atribuída à organização UMC uma forte conexão com outros movimentos do período, como o Partido

⁸ “A presença somente de mulheres no MFPA não foi algo espontâneo, como no movimento das mães argentinas, mas obrigatório, desde o início. Essa característica é apontada por Therezinha Zerbini como ‘estratégia de guerra’ e deve ser considerada de fundamental importância para a compreensão do protagonismo dessas mulheres”. (DUARTE. 2011, p.250).

⁹ Rosa Maria Ferreira da Fonseca nasceu em Quixadá-CE. Mudou-se para Fortaleza-CE ainda jovem, integrou diferentes grupos, dentre eles o Movimento Feminino pela Anistia, a União das Mulheres Cearenses, sendo uma das fundadoras da instituição. Hoje, integra o grupo Crítica Radical. (DUARTE, 2012).

¹⁰ Maria Célia Zanetti chegou ao Ceará fugindo da perseguição militar, aqui encontrou Jorge Paiva, seu companheiro, as amigas Maria Luíza Fontenele e Rosa da Fonseca, participaram juntas do Movimento Feminino pela Anistia, da União das Mulheres Cearenses e do grupo político Crítica Radical. Célia Zanetti faleceu em janeiro de 2018. (RAMKRAPES, 2017).

¹¹ Maria do Socorro Saldanha e Silva nasceu em Olinda-PE. Chegou ao Ceará a trabalho e decidiu permanecer. Integrou o Movimento Feminino pela Anistia, a União das Mulheres Cearense e, hoje, integra o grupo político Crítica Radical. (DUARTE, 2012).

Revolucionário Comunista, Movimento Estudantil, Departamento Feminino do PMDB¹² e Sindicato dos Bancários¹³.

Ao identificar e entrevistar algumas mulheres que compuseram a organização, percebemos suas conexões com diferentes movimentos e as respectivas atuações durante a ditadura militar, mas também, buscamos situar essas mulheres hoje, afinal, elas dialogam a partir do presente. E de acordo com Thomson: “a memória ‘gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas’, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado”. (1997, p.57). Desse modo, as entrevistadas são apresentadas nessa pesquisa, entendendo o lugar social¹⁴ da instituição, mais ainda, das mulheres que compuseram a entidade e a produção dessas reminiscências, as quais ajudam a compor expectativas e identidades, mais ainda, de problematizar essas memórias, com o intuito de compreender os processos de criação da UMC, a trajetória e os encontros que foram realizados por essas mulheres para fundar a entidade.

Maria Luiza Fontenele, 77 anos de idade, é natural de Quixadá-CE. Ao chegar a Fortaleza-CE, aos 15 anos de idade, foi estudar no Colégio Liceu do Ceará, no bairro Jacarecanga, e, segundo ela, envolveu-se com o movimento estudantil, após a vivência secundarista, Maria Luiza Fontenele ingressou no curso de Serviço Social, na Universidade Federal do Ceará, concomitante a esse processo, engajou-se no movimento da Juventude Estudantil Católica¹⁵. Integrou, ainda, o Centro Acadêmico Estudantil, em 1964, mas com o golpe civil-militar toda a diretoria que compunha o Centro Acadêmico, foi deposta. Depois

¹² Partido do Movimento Democrático Brasileiro-PMDB.

¹³ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

¹⁴ “instituição não dá apenas uma estabilidade social a uma doutrina. Ela a torna possível e, sub-repticiamente, a determina” (CERTEAU. 2002, p.70). E, ainda, de acordo com Brandim: “O lugar social (museu, arquivo, institutos históricos, academias, entre outros) é responsável pelo credenciamento daquele que diz, a transferência de aceite ou de suspeita acontece sob seu espaço”. (2010, p.138).

¹⁵ [...] a JEC e a JUC — foi a difusão da doutrina da Igreja no meio escolar e universitário. No início da década de 1960, porém, as duas organizações desenvolveram uma formulação ideológica bastante distinta da anterior. Acreditando na necessidade de mudanças estruturais na sociedade, as duas entidades procuraram ter uma participação mais ativa, dedicando-se ao recrutamento de trabalhadores para os sindicatos e vinculando-se a movimentos como o Movimento de Educação de Base (MEB) e as ligas camponesas. Após o movimento político-militar de março de 1964, os membros da JEC e da JUC foram perseguidos pela repressão. Por outro lado, a nova orientação divulgada pela CNBB, no sentido de que a organização do laicato voltasse a ser entregue às dioceses, conduziu ao desaparecimento da ACB em 1966. No final desse ano, adotando posição idêntica à da JUC, a JEC se desligou da hierarquia eclesiástica, recomendando que seus militantes prosseguissem individualmente sua missão. (KORNIS, Monica. Acervo CPDOC-FGV). Acesso em: 19 de dezembro de 2019.

disso, integrou partidos políticos, a saber: Partido Revolucionário Comunista-PRC, Partido Comunista do Brasil-PC do B, quando foi eleita prefeita de Fortaleza-CE, em 1985, integrava o Partido dos Trabalhadores-PT. Atualmente, Maria Luíza Fontenele é professora aposentada da Universidade Federal do Ceará e uma das fundadoras e integrantes do Grupo Crítica Radical.¹⁶

Fátima Carvalho, 61 anos de idade, nasceu em Fortaleza-CE, iniciou sua militância no movimento estudantil, no final de 1978, quando ingressou na Universidade Federal do Ceará. A partir daí, passou a integrar o D.A (Diretório Acadêmico). No movimento estudantil, Fátima Carvalho teve contato, também, com o Movimento Feminino pela Anistia, participando de algumas atividades. Segundo ela, foi nesse momento que conheceu outras mulheres, que pensavam na formação da União das Mulheres. Fátima Carvalho passou a integrar a UMC ao mesmo tempo em que fazia parte do PRC (Partido Revolucionário Comunista). Atualmente, trabalha, na Comissão de Direitos Humanos, na Assembleia Legislativa do Ceará e não é vinculada a nenhum partido político.

Nilze Costa e Silva, 69 anos de idade, nasceu em Natal-RN, mas mudou-se para Fortaleza-CE, ainda, com um ano de idade. No Ceará, ela começou a ter contato com a literatura e, de acordo com sua narrativa, tornou-se uma amante dos livros, fator que, posteriormente, contribuiu para o seu ingresso na militância feminista. Na entrevista, Nilze Costa e Silva relatou que, aos dezoito anos de idade, leu o *Segundo Sexo*¹⁷ de Simone de Beauvoir e, a partir daí, foi se aproximando, cada vez mais, de uma literatura feminista. Nilze começou na UMC, em 1983, após participar de um concurso de contos literários, no qual

¹⁶ “O grupo tem início no final do ano de 1973, quando Rosa Fonseca após sair da prisão, integra juntamente com Jorge Paiva, Maria Luiza Fontenele, Célia Zanetti e outros(as) militantes o grupo que contribuiu de forma significativa para a reorganização dos movimentos sociais em nosso estado e país e que vem atuando desde então. Atualmente, além de participar ativamente das lutas, buscando contribuir para que assumam uma perspectiva emancipatória, o grupo está empenhado na implementação de uma experiência prática inovadora para dar início à construção de uma sociedade pós-capitalista, no sítio Brotando a Emancipação, em Cascavel, Ceará, bem como propondo a construção de um novo movimento social de ruptura com o capitalismo e construção da sociedade da emancipação humana e ambiental”. Informações obtidas no Blog da organização em: 19 de dezembro de 2019. Link: <https://criticaradical.org/critica-radical/>.

¹⁷ O livro foi publicado pela primeira vez, em 1949, na França. Segundo Borges: “A idéia de escrever O Segundo Sexo teria surgido ainda durante a Segunda Guerra, em 1939, num dos momentos de tête-à-tête com Sartre, que teria então lhe proposto pensar como ela achava que sua vida havia sido moldada pelo fato de ser mulher”. (2007, p.28). Ainda conforme Borges: “Em O Segundo Sexo, ao analisar minuciosamente a “condição da mulher” na sociedade, Beauvoir compreendeu que a “figura feminina” e as posturas que lhes são atribuídas nada mais são do que construções do social produzidas ao longo da história”. (2007, p.29). A primeira publicação do livro, no Brasil, ainda, é incerta. Consoante Borges: “A data da primeira publicação da obra no Brasil ainda é ignorada, mas embora não tenhamos conseguido com esta pesquisa precisar sua data, estimamos que a primeira edição tenha sido publicada no ano de 1960”. (p.41). O livro foi traduzido para mais de trinta países. (MORAES, 1999). Em 1969, foi colocado no livro índice do Vaticano. (BORGES, 2007).

ficou em segundo lugar. A partir desse momento, interessou-se e passou a integrar a entidade. Ela é escritora, tendo publicado livros, tais como: *Sem Medo da Delicadeza*, além de ter escrito diferentes contos para a coluna Traços de União, assinada por Adísia Sá, no jornal *O Povo*, na década de 1980. Além disso, é servidora aposentada da Previdência Social e Ministério da Saúde, integra, até hoje, o sindicato SINPRECE¹⁸, e foi uma das responsáveis pela sua formação, em 1990.

Verônica Guedes, 61 anos de idade, nasceu em Fortaleza-CE, começou a militância no Rio de Janeiro-RJ e, na época, tinha uma irmã que participava de organizações clandestinas de esquerda, segundo conta em sua entrevista, foi se aproximando de movimentos de resistência à ditadura militar, começando a se aproximar, também, dos feminismos, pois passou a ter contato com mulheres exiladas que retornavam, ao Brasil, e traziam, consigo, leituras, debates e pautas dos feminismos. Ao retornar para Fortaleza-CE, em 1979, foi convidada por Maria Luíza Fontenele para compor a União das Mulheres e integrou a UMC até 1981, quando rompeu e fundou o Grupo Feminista 4 de Janeiro. Atualmente, ela trabalha na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará e é a responsável pela organização do *For Rainbow*-Festival de Cinema pela Diversidade, que ocorre anualmente, no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza-CE.

Grace Trocolli Vitorino, 56 anos de idade, nasceu em Natal-RN, começou sua militância no Movimento Estudantil, ao ingressar no curso de Letras, concomitante a essa militância, aproximou-se, também, de outros movimentos sociais até conhecer a UMC e decidir fazer parte da instituição. Grace Vitorino defendeu a dissertação de mestrado intitulada: *Feminismos e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero*, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, em 1994. A dissertação trata da perspectiva de organização da UMC, a partir da experiência que Grace Vitorino teve durante sua militância. Atualmente, ela é professora na Universidade de Fortaleza.

Ressaltamos que o contexto de exceção vivenciado por essas mulheres era a Ditadura Militar brasileira (1964-1985), mesmo se tratando dos anos finais. No processo de anistia, os militantes contrários aos militares, ainda, guardavam muitas ressalvas, já que o medo da perseguição, da tortura, dos “desparecimentos políticos”, ainda, fazia parte do cotidiano dos militantes. Isso, todavia, não impediu que mulheres cearenses se organizassem em prol de um grupo feminista.

¹⁸ Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho Previdência Social no Estado do Ceará.

Com o fim do MFPA, a UMC surgiu ganhando de herança várias mulheres, que militaram no Movimento Feminino pela Anistia. Algumas delas, já haviam tido contato com leituras feministas¹⁹, mas, para outras, era a primeira vez. A UMC funcionou, para muitas dessas, como a porta de entrada ao feminismo. No artigo 2º, do Estatuto da UMC²⁰, uma das finalidades era: “elevar o nível de conscientização das mulheres sobre sua situação de exploração, submissão e discriminação na sociedade”. Logo, uma das questões levantadas pela instituição era agregar mulheres, na militância feminista, e permitir a ascensão do feminismo pelo estado, já que a União das Mulheres fundou núcleos, em algumas regiões do Ceará, a saber: Cariri e Sertão dos Inhamuns.

É necessário compreender que a UMC começou a se organizar e constituir-se a partir de demandas das mulheres, conforme Grace Vitorino: “ali tinham lideranças dos movimentos sociais femininas, mulheres importantes, feministas e que condessavam muitas das lutas que nós, mulheres, precisávamos encapar²¹”. Estas demandas compunham a entidade, tais como: lutar contra a discriminação, que a mulher sofria no trabalho, salário igual para a realização da mesma função, sem distinção do sexo, lutar contra toda forma de opressão e discriminação contra a mulher, por liberdade de expressão, contra a Doutrina de Segurança Nacional²² e pelo fim do aparelho repressor²³.

As demandas consistiam em um aspecto mais geral, nas quais trazia, entre tantas reivindicações, o combate à violência contra a mulher, a pauta da liberdade sexual, da igualdade, no mercado de trabalho, e da luta contra a ditadura. Essas mulheres desejavam colocar em discussão, não, apenas, as chamadas “pautas gerais²⁴”, mas também, as questões

¹⁹ Nesse período, chegavam, ao Brasil, traduções de artigos/textos produzidos na França, Estados Unidos e América Latina sobre os feminismos. As mulheres exiladas retornavam, ao país, com essas discussões. Um dos textos mais citados pelas entrevistadas é o Segundo Sexo, escrito por Simone de Beauvoir, publicado, pela primeira vez em 1949, na França, chegou, ao Brasil, por volta de 1960.

²⁰ O Estatuto da União das Mulheres Cearenses está anexado a dissertação de Mestrado, defendida em 1994, na Universidade Federal do Ceará, por Grace Trocolli Vitorino. Disponível para consulta na Biblioteca de Ciências Humanas, Benfica, Fortaleza-CE.

²¹ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

²² “A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi formulada pela ESG, em colaboração com o IPES e o IBAD, num período de 25 anos”. (ALVES, 1985, p.35). Não iremos nos ater nessa discussão agora, posto que discutiremos sobre a Doutrina de Segurança Nacional no segundo capítulo.

²³ Esses pontos foram apresentados, discutidos e aprovados no I Congresso da Mulher Cearense, realizado, nos dias 13 e 14 de março de 1982, em Fortaleza-CE.

²⁴ As chamadas “pautas gerais” eram as que estavam vinculadas ao combate à ditadura militar brasileira e à luta de classes, que eram as principais reivindicações da esquerda naquele período. Ver: HENTZ, I. C.; VEIGA, A.

mais específicas abordadas pelos feminismos. De acordo com Maria Luiza Fontenele: “Nós vimos que seria fundamental dar continuidade a essa luta das mulheres, criamos, então, a União das Mulheres Cearenses... Esse processo nos levou a compreensão do papel destacado que as mulheres tinham²⁵”. Portanto, o surgimento da UMC é concomitante a uma nova forma de perceber os inúmeros movimentos de mulheres, que apareceram, nas décadas de 1970-1980, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia.

O surgimento da “Segunda Onda”²⁶ feminista, no Brasil, por diferentes narrativas, é atribuído à década de 1970. Teve início com a chamada Década da Mulher, nesse período houve a declaração da Organização das Nações Unidas, em 1975, elegendo como o Ano Internacional da Mulher. Com isso, várias organizações de esquerda compreenderam a necessidade de criar seus núcleos feministas, o que funcionava como uma tentativa de dificultar a militância de mulheres em entidades autônomas, de acordo com Verônica Guedes²⁷: “Nessa época, os movimentos de esquerda se davam conta da necessidade de organizar as mulheres, antes que elas se organizassem sós, que era pior para eles”. A tentativa era manter as mulheres em núcleos partidários, que dialogassem, diretamente, com as esquerdas e os partidos políticos. A crítica de Verônica Guedes recai sobre a organização da UMC e a ligação que a instituição tinha com o PC do B, posteriormente, com o PRC.

Os feminismos que ressurgem, no país, nesse período, guardavam características específicas, o que os diferenciava de outros movimentos, como o Europeu e estadunidense, de acordo com Bastos: “O movimento feminista estrutura-se, portanto, enfrentando um duplo desafio: fomentar a reflexão sobre as questões específicas das mulheres e opor-se ao regime ditatorial que cerceia as liberdades democráticas e de expressão” [...]. (2007, p.126).

Levando-se em consideração que as principais pautas, abordadas pelas esquerdas, eram o combate à Ditadura e à luta de classes, as discussões feministas, que se aprofundavam, nesse contexto, geraram desconforto e a ideia de divisionismo. Todavia, essa questão de

M. *Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância*. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.145-163.

²⁵ FONTENELE, Maria Luíza. Entrevista, 19 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

²⁶ “Denomina o movimento iniciado, a partir de meados dos anos 1960, e que acrescenta reivindicações referentes à sexualidade (direito ao prazer), ao corpo (aborto e contracepção). Essa classificação, entretanto, tem sido questionada por alguns estudiosos”. (PEDRO, 2013, p.256).

²⁷ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

dividir a luta não é vista da mesma forma, por algumas feministas, “houve muito preconceito... Eles procuravam desqualificar a gente com coisas absurdas, como sexualidade, como beber²⁸”. Isso corrobora com a proposição de Pedro:

Além de tentar desqualificar as reivindicações feministas, partidos políticos e determinados grupos de esquerda tentaram cooptar e aparelhar não só o movimento feminista, mas também todas as ramificações autônomas do movimento de mulheres. Foi bastante comum, principalmente após 1975, o envio de mulheres militantes de partidos para os grupos de mulheres com a “missão” de fazer proselitismo e conquistar pessoas para as causas que consideravam “realmente importantes”. (PEDRO, 2013, p.252).

O movimento feminista²⁹, nas décadas de 1970-1980, além de encarar a especificidade de um período de exceção, também, vivenciou a resistência das esquerdas brasileiras em relação à organização das mulheres. Na fala de Verônica Guedes, o intuito de desqualificar as ideias feministas se fazia presente, também, com relação à UMC e a outros grupos feministas, que surgiram depois da União das Mulheres. A formação dessa organização, no estado, pode ter representado que as mulheres avançavam, em relação às suas lutas mais específicas, e que não iriam retroceder e silenciar em suas próprias organizações. Todavia, isso não significa que a UMC tenha rompido com partidos de esquerda, já que várias militantes, que integraram a União das Mulheres, também, estavam ligadas a algum partido político. Dessa forma, de acordo com Vitorino a:

[...] estreita relação existente entre a UMC e a militância política partidária que inspirou sua fundação, fato este, condicionador do perfil político-cotidiana, uma preocupação mais acentuada, com as lutas mais gerais, no sentido de transformação da sociedade, do que a com a temática das relações de gênero. (VITORINO, 1994, p.122).

Muitas mulheres, que fizeram parte da UMC, tinham ligação com o PC do B³⁰,

²⁸ Idem.

²⁹ [...] “o fato de 1975 ser o Ano Internacional das Mulheres, tendo resultado de uma luta feminista que começava, foi, também, pensado como uma ameaça ao projeto político de muitos desses grupos, pois poderia significar a ‘dispersão’ daquilo que consideravam uma luta prioritária”. (PEDRO, 2006, p.250). Ver em: PEDRO, J. M. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez.2006.

³⁰ Partido Comunista do Brasil. Destacamos aqui a diferenciação entre dois grupos do PC do B, conforme Duarte: “os embates do Partido, na verdade, aconteciam nacionalmente, com visões divergentes sobre o fracasso da Guerrilha. Segundo Gorender, a direção do PC do B escondia dos militantes, até o final de 1976, a derrota sofrida no Araguaia. As tentativas de autocrítica do movimento por ex-guerrilheiros e dirigentes é abafada e os dissidentes punidos com expulsão do Partido. Posteriormente, a divergência com o PC do B dá origem no começo dos anos 1980, ao Partido Revolucionário Comunista (PRC), integrado pelo ‘Grupo da Maria’”. (DUARTE, 2012, p.161).

posteriormente, com o PRC³¹ e, depois, com o PRO³². Essa “estreita relação” influenciava de diferentes formas a atuação da UMC frente a demandas colocadas em discussão, visto que o grupo que comandava a União das Mulheres, a partir da diretoria, mantinha fortes contatos com esses partidos, o que fazia com que a gerência da UMC estivesse alinhada, também, a pautas levantadas por esses partidos políticos. Segundo Verônica Guedes, esse grupo fazia referência a: “grupo das meninas, a Rosa,³³ Maria Luiza³⁴, Jorge Paiva³⁵, que eu não sei se na época era o PC do B, tenho uma vaga lembrança, chamaram outros movimentos e organizaram a União das Mulheres³⁶”.

Desde sua fundação, a UMC guardou características comuns em relação a outros grupos feministas, que surgiram, por exemplo, as discussões promovidas pela Sociedade Brasil Mulher³⁷, também, nesse período, a saber: a ligação com partidos políticos. Muitas dessas entidades feministas eram núcleos criados e gerenciados pelas próprias organizações de esquerda. Esse fator era apontado, por algumas mulheres, como algo que retirava a autonomia feminina diante das discussões.

A discussão sobre a sexualidade e acerca de outras pautas, como a do prazer, realizada por mulheres que compunham os grupos feministas, significou mudanças nas percepções, diante dos relacionamentos afetivos e das próprias relações pessoais, pois, a partir daquele momento, muitas mulheres, começaram a vislumbrar novas formas de sentir prazer e buscaram transformar suas relações para garantir que elas, também, estivessem satisfeitas e é

³¹ Partido Revolucionário Comunista. Surgiu como uma resposta às demandas da esquerda, na década de 1980, diante da crise teórico-prática dos partidos revolucionários. Autodissolve e convergem suas contribuições teóricas para o Partido dos Trabalhadores. (OSÓRIO, 2012).

³² Partido Revolucionário Operário. Identificado como partido composto pelo “Grupo da Maria”, durante a gestão municipal de Maria Luíza Fontenele em Fortaleza-CE. (DUARTE, 2012).

³³ Rosa da Fonseca, ex-integrante do Movimento Feminino pela Anistia, uma das fundadoras da União de Mulheres Cearenses.

³⁴ Maria Luiza Fontenele, também, fez parte do Movimento Feminino pela Anistia e foi uma das fundadoras da UMC.

³⁵ Ex-militante contra a ditadura militar, esposo de Célia Zanetti, uma das fundadoras da UMC.

³⁶ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

³⁷ Segundo Debértolis: A Sociedade Brasil Mulher foi criada um pouco antes da edição zero do periódico Brasil Mulher para dar sustentação à publicação. O grupo foi se organizando inicialmente em torno da figura de Therezinha Zerbini, porque o periódico, a princípio iria funcionar como boletim do Movimento Feminino pela Anistia, mas foi ganhando maiores proporções e mais colaboradoras. A ampliação do grupo e do jornal marcou o rompimento com Therezinha Zerbini, que passou a não integrar mais oficialmente o corpo do jornal, mas seu nome permaneceu no editorial até o sexto número. (2002).

isso que nos diz Nilze Costa e Silva: “Discutir a sexualidade era algo novo, do nosso ponto de vista... A gente estava entendendo a questão do prazer, sobretudo a questão do prazer e da auto aceitação³⁸”. De acordo com Vitorino: “a ampliação do espaço feminino no campo político das diversas instâncias da sociedade civil evidencia a construção de um ‘sujeito-mulher’ que rearticula o mundo cotidiano, dando visibilidade, no âmbito público, às suas reivindicações específicas”. (1994, p.60).

As mulheres, portanto, que se organizaram, em torno do movimento feminista de “Segunda Onda”, no Ceará, estavam atentas aos novos espaços que surgiam e que modificavam, diretamente, a forma das relações, as quais essas mulheres estavam inseridas. A chegada das discussões feministas, que se espalhavam pelo país, contribuiu para mudanças na atuação política das mulheres que já militavam, mas também, para as que começavam a aderir à luta.

No contexto da América Latina, o feminismo se organizou diante da necessidade de resistir à opressão imposta pelas ditaduras militares que se estabeleceram em diversos países. [...] “O inimigo principal”, o regime político, estava declarado. Mas as feministas resistiam também a outro tipo de opressão, sustentada na desigualdade entre homens e mulheres [...]. (WOITOWICZ e PEDRO, 2011, p.326).

Nesse sentido, as demandas feministas³⁹, que surgiam, dialogavam, diretamente, com a conjuntura que o país vivenciava, mas também, não se fechavam a pensar, apenas, a partir dessa questão, problematizando outros fatores, tais quais: as diferenças e desigualdades nas relações de gênero. A formação da UMC buscava compreender e colocar em discussão determinadas pautas que as mulheres/feministas sentiam que deveriam ser abordadas. A partir disso, as conversas começaram a ganhar um cunho de organização e essas mulheres procuraram se organizar de forma mais sistemática e/ou estruturada.

As mulheres que eram, antigamente, da luta política, da luta armada vieram do exílio... E nessa época eu vim para o Ceará, quando eu cheguei aqui eu já conhecia algumas mulheres, e a gente começou a conversar, mas nada de vamos fazer, vamos fazer, aqui não tinha nada, nada, absolutamente nada⁴⁰.

³⁸ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

³⁹ Ver em: HENTZ, I. C.; VEIGA, A. M. Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.145-163. ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate*. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em: out.2015.

⁴⁰ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

Verônica Guedes retornou, ao Ceará, vinda de uma estadia no Rio de Janeiro-RJ, em meados da década de 1970. Nesse período, o movimento feminista de “Segunda Onda” já começava a dar sinais de consolidação, a partir do eixo Rio-São⁴¹ Paulo, despontando para outras regiões do país. No Ceará, o Movimento Feminino pela Anistia já se organizava, a partir de 1976, sendo o terceiro núcleo criado. Muitas mulheres, que integravam o MFPA, já tinham contato com as demandas feministas que vinham sendo colocadas, desde o início dos anos 1970. Segundo Verônica Guedes: “Absolutamente nada”, pode significar a referência a modelos de estrutura das organizações que já haviam em outros estados. Pois, a UMC obteve destaque, visto que foi a primeira entidade feminista do Ceará a criar uma estrutura de organização, discussão e intervenção coletiva a partir das demandas feministas.

“Aqui não tinha nada, nada⁴²”. Esse relato revela a força que a organização teve, no pensamento dessas mulheres, em relação a estruturar o movimento feminista. Além disso, também, pode representar a ideia de que havia feministas, no Ceará, há muito tempo, mas faltava uma organização que se colocasse de forma coletiva para pensar e debater, mas também, com o intuito de agregar mais mulheres à luta política. Segundo a narrativa de Nilze Costa e Silva⁴³:

A gente vai militar, é um movimento sério, que a gente se sente protagonista de uma mudança, quando a gente participa desse movimento, protagonista de uma mudança no país e mundial, porque a gente faz parte de todo o contexto, de toda a luta das mulheres... A gente se irmana⁴⁴.

⁴¹ No Rio de Janeiro, em 1975, foi criado o Centro da Mulher Brasileira (CMB), funcionando “em uma sala alugada com recursos conseguidos pela feminista Rose Marie Muraro”. (PEDRO. 2013, p.247). Conforme Pedro (2013), com o tempo o CMB foi sendo controlado por militantes do PCB, o que desagradou muitas feministas. Também, em 1975, foi criado em São Paulo, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB). No início dos anos 1980, formaram-se dois grupos feministas, também, em Florianópolis-SC: Amálgama e Vivências. Em 1979, no Ceará, surge a União das Mulheres, em 1981, o Grupo Feminista 4 de Janeiro e, em 1982, o Centro Popular da Mulher. (ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI).

⁴² GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁴³ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁴⁴ “Desde tempos imemoriais, as mulheres têm recorrido à metáfora da irmandade para expressar a qualidade das relações que mantêm entre si, para suportar a opressão e opor-lhe resistência”. (FOX-GENOVESE. 1992, p.32). Ainda de acordo com Fox-Genovese: “Os movimentos dos anos 60 e início dos 70 retomaram a metáfora, ampliando-lhe o significado e as reivindicações ‘A irmandade de mulheres é poderosa’, anunciou Robin Morgan, articulando assim uma premissa de associação natural ao poder e sublinhando a ligação entre o pessoal e o político. A irmandade de mulheres é poderosa porque o pessoal é político; a união entre irmãs deve fazer com que o poder das relações pessoais se contraponha à falência da política”. (1992, p.33). E completa dizendo que: “No centro da noção de irmandade está a afirmação da solidariedade e semelhança entre todas as mulheres. À

A identidade feminista constrói-se como identidade política ligada, diretamente, à militância, à luta em prol de mudanças significativas, na vida de diferentes mulheres, à busca de novas formas de tecer as relações sociais, na qual as mulheres não ocupassem/ocupem mais um lugar de sujeição. O engajamento, no movimento feminista de “Segunda Onda”, na década de 1970, que resultou na formação da UMC, demonstra que o feminismo buscava, além de tantas demandas colocadas em discussão, criar uma ideia de diálogo, de irmandade entre as mulheres e de aproximar a luta feminista. Conforme Wolff:

No Brasil, o movimento feminista que ressurgia timidamente após o término da Segunda Guerra Mundial, acompanhando uma tendência mundial, ganhou força nos anos 1960 ao lutar para garantir o acesso das mulheres às profissões de classe média, às universidades e ao reivindicar para elas salários iguais aos dos homens, além de uma maior participação na política [...]. (WOLFF, 2013, p.438-440).

Essa identidade política feminista foi adotada pelas militantes, que aderiram à organização e passaram a fazer do feminismo uma expressão de luta, mas também, de se portar diante do outro. Ressaltamos, também, de acordo com a autora, que esses feminismos, que ressurgiam no Brasil, na década de 1970, acompanhavam uma guinada mundial, mas não ficaram circunscritas às influências que vinham da Europa e dos Estados Unidos, por exemplo. Por causa da própria experiência que o país vivia. De acordo com Pedro:

Lutar no Brasil pela “liberação das mulheres”, no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas [...]. (PEDRO, 2006, p. 269).

Assim, os feminismos brasileiros foram sendo construídos e organizados a partir das especificidades de um período autoritário. A UMC foi se organizando com a adesão de mulheres de diferentes grupos e correntes políticas, nesse momento, umas foram levando as outras para os debates. A União das Mulheres Cearenses surgiu, portanto, a partir da confluência de diferentes ideias. No relato de Fátima Carvalho:

[...] isso fez crescer a União das Mulheres, tanto em número, como em qualidade, porque foi daí que surgiu toda a essência da União das Mulheres, vamos dizer assim, a ideia, o conteúdo dos programas, o conteúdo das discussões, o conteúdo dos documentos, que eram escritos, as discussões dos encontros eram riquíssimas, por causa dessa diversidade, diversidades tanto de ambientes, como de classe, como de

medida que essa concepção foi se revelando no interior dos grupos de conscientização dos anos 60 e início dos 70, ela passou a ser uma das mais poderosas armas do movimento de mulheres de classe média”. (1992, p.34). Ver em: FOX-GENOVESE, Elizabeth. PARA ALÉM DA IRMANDADE. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 31, jan. 1992. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15800/14293>>.

peças diferentes, de mundos diferentes e conseguimos conciliar isso⁴⁵.

A diversidade das mulheres, que integraram seus quadros, guardou características que, posteriormente, iriam desencadear rompimentos de várias associadas da entidade. Contudo, essa pluralidade do grupo, ao menos no seu início, fez da UMC um órgão que conseguiu atrair, ao movimento feminista, militantes de diferentes classes sociais e de correntes políticas. Apesar de todas as entrevistadas nessa pesquisa serem mulheres de extratos sociais médios, o relato de Maria Luíza Fontenele ressalta a aproximação da entidade com outros setores, “nós enraizamos a União das Mulheres não só nas comunidades, como também, no interior⁴⁶”.

A organização era formada, em ampla maioria, por mulheres que derivavam de alguma organização de esquerda. No Estatuto da União das Mulheres Cearenses, aprovado em março de 1981, o artigo segundo dispõe sobre as finalidades da entidade: “desenvolver atividades amplas que possibilitem a participação das mulheres nas lutas pelos seus direitos”, dessa forma, a organização buscava promover ações que integrassem as mulheres à luta política e feminista. Desenvolvendo o diálogo com outras organizações, mas também, incorporando a circularidade das ideias que estavam sendo colocadas. Várias entidades surgiram nesse mesmo período. O relatório⁴⁷ produzido pelo Sistema Nacional de Informações, agência de Fortaleza-CE, identificou, além da UMC, em 1983, o Grupo de Mulheres da Ilha de São Luís, no Maranhão, também, nesse Estado, o Centro de Cultura Negra e o Comitê 08 de Março. Ainda nesse mesmo ano, vários estados comemoraram o dia 08 de março, apresentando pautas semelhantes às que eram abordadas pela UMC. No Rio de Janeiro, havia o SOS Mulheres do Rio de Janeiro, Grupo de Mulheres do PDT e As Mulheres do Movimento Negro Unificado⁴⁸.

A UMC, portanto, foi uma organização que surgiu como consequência do que estava sendo discutido pelas feministas na sociedade, visto que os debates feministas já vinham ocorrendo, no Brasil. O ano de 1975 marcou o surgimento do feminismo de “Segunda

⁴⁵ CARVALHO, Fátima. Entrevista, 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁴⁶ FONTENELE, Maria Luíza. Entrevista, 19 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁴⁷ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 2035/83, 1983. Fortaleza-CE. Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

Onda”, no país, não devido ao fato de representar a origem, mas, sim, por conta dos eventos que fizeram com que as ideias saíssem do círculo do Sudeste do país e chegassem a outras regiões.

A circulação do debate feminista era maior que o imaginado, os periódicos⁴⁹ alcançavam regiões distintas do país e fizeram com que os grupos feministas se expandissem e/ou surgissem, naquele período, a exemplo da UMC. Consoante Veiga:

A distribuição do *Nós Mulheres*, a partir de 1976, era feita em São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro, seguramente se expandindo com a largada da Organização das Nações Unidas com a designação da Década da Mulher (1975 a 1985). Esta notícia chegou aos principais centros urbanos brasileiros, mobilizando ações de mulheres em todo o país. (VEIGA, 2011, p.54).

Os debates eram promovidos em diferentes regiões do país e estavam concentrados, é certo, nos grandes centros urbanos, mas, ao mesmo tempo, a circulação dos periódicos feministas colaborou para a disseminação do debate e a ampliação do mesmo. Consequentemente, muitos grupos foram se organizando e sendo influenciados pelas discussões, que estavam sendo trazidas e evidenciadas nos periódicos. A UMC aconteceu por causa da adesão dessas ideias feministas e da necessidade que as mulheres tinham de estar em um órgão, no qual elas fossem as representantes e as representadas. A tentativa era fazer uma nova forma de pensar a política e suas ações, mudando a estrutura do sistema e repensando as relações de gênero.

Além disso, a estrutura das próprias organizações de esquerda começou a ser repensada, pois, muitas mulheres, encaravam a hierarquia da organização de forma sexista. De acordo com Pedro: “Porém, elas, muitas vezes, eram menosprezadas pelos companheiros ativistas. Queixavam-se de que sua atuação consistia em datilografar, reproduzir material de divulgação, distribuir panfletos, fazer café” (2013, p.245). Essas atividades, consideradas de menor relevância, começaram a ser pontudas pelas mulheres, em algumas discussões, nas quais só elas participavam. Dessa forma, novos modelos pretendiam ser alcançados, para mudar a estrutura partidária e a organização das tarefas. Reunir-se, portanto, nesses grupos

⁴⁹ Periódicos feministas que surgiram nesse período, tais como: *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*. Conforme Leite: “No período-pós 1975, o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres foi o Brasil Mulher, publicado pela Sociedade Brasil Mulher (foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras”), de 1975 a 1980. O segundo, Nós Mulheres, publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978. O fato de estarem vinculados a uma associação já mostra que esses jornais eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas e, como tal, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa oficial, na época sob forte censura política, refletindo o pensamento político da militância feminista”. (2003, p.235). Ver em: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. BRASIL MULHER E NÓS MULHERES: ORIGENS DA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234, jan. 2003. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721>>.

feministas, que se formavam, na época, permitiu que várias mulheres falassem sobre suas insatisfações, queixas, em relação ao próprio partido e aos companheiros da entidade, porque essas militantes não sentiam que o espaço, em suas respectivas organizações, era vivenciado da mesma forma que os homens que militavam.

Os grupos de reflexão/consciência que despontaram, na década de 1970, com o movimento feminista de “Segunda Onda”, também, colaboraram para que o uso da palavra dessas mulheres fosse exposto, fazendo com que muitas percebessem que suas demandas eram compartilhadas por outras, ou seja, bastantes objeções, que eram consideradas do campo individual, passaram a ser vistas de forma coletiva. Conforme Pedro, as mulheres nesses grupos de reflexão,

Conversavam sobre como viam o próprio corpo e dos homens, contavam sobre a experiência da menstruação ou do aborto, narravam situações em que percebiam terem sido discriminadas por ser mulher na família ou no trabalho, comentavam a relação com o pai, com marido, com outros homens, diziam o que pensavam a respeito do desejo sexual e do prazer. (PEDRO, 2013, p.244).

Entender o corpo, o desejo sexual e as relações com o corpo do outro foram questões abordadas nas discussões desses grupos, que começaram a abordar temas, até então, vistos como íntimo, do campo privado, em que, muitas mulheres não compartilhavam/falavam sobre suas experiências. Conversar sobre esses assuntos foi relevante para se compreender, conforme Nilze Costa e Silva: “a gente foi estudar as violências mais específicas, que até a gente também comete com a gente própria quando desconhece o corpo, quando não se aceita⁵⁰”.

Foi na construção desses grupos que muitas mulheres despertaram para o feminismo, a UMC apareceu tal qual uma instituição que iria promover esse uso da palavra, compreendendo essa forma de comunicar-se com outro, também, atrelado à ideia de mostrar-se e dialogar.

Segundo Bakhtin: “A língua se deduz da necessidade do homem de expressar-se, de exteriorizar-se. A essência da língua, de uma forma ou de outra, resume-se à criatividade espiritual do indivíduo” (2000, p.289). A linguagem, em sua expressão com o outro, busca expandir a dimensão do indivíduo, na sua própria percepção de si, mas também, na percepção que o outro terá. A língua é, portanto, construção de si, no diálogo que se estabelece com seus pares, assim, muitas mulheres feministas buscaram se estabelecer e se expressar com a língua,

⁵⁰ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

com o uso da palavra, procuraram externar sua dimensão identitária. A expressão buscada, a partir da linguagem, foi a tentativa encontrada por essas mulheres de se reconhecer, tendo em vista o reconhecimento do outro. Segundo Merleau-Ponty: “A comunicação realiza-se quando minha conduta encontra neste caminho o seu próprio caminho. Há confirmação do outro por mim e de mim pelo outro”. (1999, p.252). Assumir a palavra/linguagem significou ação e, ao mesmo tempo, a dimensão da escuta do outro, foi assim que o ato de falar ganhou um sentido além, segundo Grace Vitorino: “eu tenho que dizer todas nós tínhamos voz, então, todas nós podíamos falar. Aquela que tivesse chegado naquela semana, na primeira reunião tinha voz”. A voz⁵¹, enquanto expressão do corpo, que se transmuta na fala, proporcionou para essas mulheres a ocupação do lugar social, que, conforme Certeau (2002), impõe-se enquanto algo necessário para conhecer e localizar o outro.

A construção da identidade feminista deriva de um processo de identificação, no qual as mulheres se veem fazendo parte e integrando um movimento, que é, antes de tudo, político. Assim, o percurso que as militantes da UMC fizeram para se perceberem enquanto feministas, passa por esse caminho da identificação. Segundo Grace Vitorino⁵²: “a UMC trazia essas reflexões, nós também, além de discutirmos, estudávamos, produzíamos, nós tínhamos que produzir textos, então, você, também, tem que se apropriar de tudo isso para ter uma reflexão mais consistente e isso acontecia”. As identidades feministas, que foram sendo constituídas nesse processo, passaram pela produção das subjetividades dos sujeitos, da construção do discurso narrativo, tendo a apropriação dos discursos como condutor desse aspecto de exteriorização do subjetivo. Consoante Duarte: “As identidades são, assim, pontos de apego, de caráter temporário, posições de sujeito construídas pelas práticas discursivas para nós”. (2012, p.28). E, ainda, podemos pensar, também, em “uma política feminista que tome a construção variável da identidade como pré-requisito metodológico e normativo, senão como um objetivo político”. (BUTLER, 2017, p.25). Desse modo, as identidades, que se constituíram, nesse processo de formação da UMC, devem ser pensadas como mecanismos de construção e reconstrução, nesse percurso de fazer/refazer, no qual as identidades feministas não são vistas nem devem ser enxergadas de maneira estática, tampouco problematizadas somente pela categoria: mulher. Pois, ainda de acordo com Butler: “se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é”. (2017, p.21). A interseccionalidade

⁵¹ Ver: ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: EDUC, 2000.

⁵² VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

que atravessa e atravessou o cotidiano dessas mulheres que militaram na UMC, e, conseqüentemente, dialogou para formação de diversas identidades políticas, que foram se transformando ao longo da militância. Para Nilze Costa e Silva⁵³:

A gente passou a estudar, nos estudar, o corpo mesmo, como ela disse a história do espectro e entender como era que era a gente e como era também que era ser pessoas diferentes, ser mulher, mas cada mulher, o sentir feminina, é a sexualidade diferenciada também.

A percepção de si, enquanto sujeito feminino, mas também, dessa construção de feminilidade, do corpo, da sexualidade, de se compreender diante de uma identidade em construção. O estudar do corpo, feito pelas próprias militantes, era uma forma, também, de apreender o sobre prazer, a sexualidade, os desejos e se perceber no processo de constituição identitária. Todavia, essa identidade feminista se confundiu, em certos momentos, com as chamadas “pautas gerais”, fazendo com que várias mulheres não percebessem a União das Mulheres Cearenses como uma entidade feminista plural e mais aberta ao diálogo das pautas do feminismo que vinham sendo colocadas. Essas contradições partiram, também, da própria dimensão da UMC.

A organização, no ano de 1983, contava com mais de 1.600 mulheres associadas, a sua ampliação, através dos núcleos que foram sendo criados, e a adesão de diferentes mulheres/militantes fez com que debates calorosos acontecessem, em torno dos rumos da entidade, isso possibilitou a discussão sobre quais deveriam ser as prioridades do movimento. Foi um dos fatores que culminou no “racha” da entidade, essas disputas não se deram de modo tranquilo. Para Grace Vitorino⁵⁴: “Eu acho que, hoje, nós poderíamos ter resolvido isso de modo mais tranquilo. Mas, quando você está no calor da luta política essa tranquilidade, ela não tá ali”. O modo de conduzir as discussões não era o mais calmo, no período, também, por conta das divisões internas, existentes na UMC, e que começavam a se apresentar por meio do discurso. Desse modo, acalmar os ânimos, diante da efervescência que cercava o ambiente político da organização, não foi tarefa fácil, aliás, tornou-se quase impossível. Ainda, de acordo Grace Vitorino⁵⁵: “criaram-se dois grupos, hoje, talvez, eu pensasse

⁵³ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁵⁴ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁵⁵ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

diferente, porque eu me aliei a um grupo, como é que eu diria mais formalista da época”. As disputas, na UMC, aconteceram pela maneira adotada, por certas mulheres, de conduzir a entidade, o modo mais “formalista”, o que pode significar, também, conservador, isso fez com que muitas militantes discordassem dessa postura e abandonassem a organização. Mas, discutiremos melhor essas disputas no terceiro capítulo.

Além das diferenças nas ideias, que estavam sendo colocadas pela UMC, é válido destacar que a fundação dessa instituição aconteceu a partir da junção de mulheres de setores da classe média, que, por mais diferentes que fossem, carregavam esse ponto comum na perspectiva de classe. A partir da formação da entidade, mulheres de diferentes classes sociais foram aderindo à instituição UMC. Segundo Grace Vitorino⁵⁶: “Porque éramos, na maioria, mulheres fazendo curso de graduação, sem nenhuma inserção muito direta no movimento popular mesmo, era mais o movimento estudantil, até havia algumas, mas com muito menos referência que as demais”. A inserção, portanto, de mulheres de outras classes sociais ocorreu, mas não na mesma proporção que as de setores médios da sociedade. Mas, essa não foi uma característica isolada da UMC, tendo em vista que os feminismos de “Segunda Onda” e as entidades, que se constituíram, a partir da perspectiva feminista, nesse período, foram compostas, em suma, por mulheres de camadas médias. Conforme Bastos, o movimento feminista de Segunda Onda:

[...] não foi um movimento de caráter popular nem no sentido de classe nem no sentido do raio de ação. A chegada até as camadas populares ocorreu como uma escolha política estratégica. O movimento feminista jamais conseguiu ser um movimento das camadas populares, mas sim um movimento levado a elas [...]. (BASTOS, 2007, p.131).

A diferenciação de classe, no tocante às lideranças, na UMC, também, era problematizada, visto que as mulheres, que integravam a organização, buscavam atender a demandas solicitadas pelas “bases” do movimento. No próprio Estatuto da UMC, a tentativa foi de diminuir as diferenças sociais, a saber (Artº26): “Pode integrar a entidade como sócia, qualquer mulher, sem distinção de nacionalidade, idade, cor, raça, classe social”. Essa prerrogativa do Estatuto tinha por intuito agregar, ainda, mais associadas e tornar o movimento mais plural, mas não deixava de ser estratégico, consoante apontou Bastos, fora relevante, naquele período, conseguir a adesão de movimentos populares, chegar a diferentes camadas, porque colaborava para o fortalecimento do grupo. Ao mesmo tempo, durante essa formação do grupo, fatores distintos, em relação ao que ocorria no MFPA, foram observados,

⁵⁶ Idem.

conforme Vitorino:

Com o fim do MFPA, e a criação da UMC, acentua-se a vinculação do movimento de mulheres com os setores populares, ampliando o esforço de expressão e participação política desenvolvida até então, tendo em vista que o MFPA, agrupava sobretudo, setores da classe média, sensíveis às prisões, às torturas e assassinatos dos atingidos pela ditadura. (VITORINO, 1994, p.119).

A UMC tentava conduzir os esforços da militância das mulheres do MFPA para si. Dessa forma, a entidade ganhava mais adeptas e tornava a militância mais ativa, conseguindo levar as pautas de discussão da UMC para diferentes bairros de Fortaleza-CE, mas também, conseguiu a adesão das mulheres de outros municípios do estado, que integravam o MFPA e, posteriormente, associaram-se à União das Mulheres. O intuito, na criação da UMC, sob influência de uma parcela de mulheres que compunham o MFPA, de acordo com Vitorino (1994), consistia em manter a estrutura orgânica do Movimento Feminino pela Anistia, porque o espaço do MFPA, também, era um local de disputa. De acordo com Duarte:

Após aprovação da Lei da Anistia, em 1979, lança-se a proposta de reestruturação da entidade em outros moldes, o que incluía a mudança de nome, passando cada núcleo a adotar estatuto próprio. Os núcleos ou parte no Ceará, Rio de Janeiro e Minas Gerais, por exemplo, não aprovaram a proposta e se desligaram para fundar entidade própria: o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas (MFPALD), reforçando a luta pela anistia e incorporando causas urgentes para a sociedade brasileira. (DUARTE, 2012, p.90-91).

Essas disputas, também, em torno do Movimento pela Anistia, reverberaram no Ceará, tanto que o intuito foi de algum modo “preservar” a maneira organizativa que já havia se iniciado, no núcleo cearense do MFPA, e que foi “absorvido” pela UMC. Conforme nos disse Vitorino (1994), a tentativa era manter a organicidade do grupo. O processo de criação da entidade passou por essa influência das disputas do Movimento de Anistia e se configurou como consequência dela também. Alguns conflitos foram observados no MFPA durante sua trajetória, um pouco antes da Lei da Anistia ser aprovada, em 1979:

É provável que a politização e gradativa perda do controle do protagonismo do Movimento, assim como evidente domínio do grupo “politizado” na elaboração do pensamento do MFPA, veiculado publicamente, tenham incomodado as familiares que temiam o esquecimento da luta, ajudando a explicar os ressentimentos expressos nas narrativas⁵⁷. (DUARTE, 2012, p.183).

As disputas dentro do MFPA, entre familiares e outras militantes, que abriam o

⁵⁷ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Jogos da Memória: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)*. Fortaleza-CE: INESP, UFC, 2012.

grupo para agregar outros temas, difundiu uma insegurança quanto aos rumos da entidade, foi nesse desenrolar que Therezinha Zerbini⁵⁸ decidiu por fim ao Movimento e outros grupos, como a UMC, surgiram.

Desde a formação da UMC, em 1979, e dos seus desdobramentos, até 1985, os Congressos, Palestras, Manifestações e outros eventos, presididos pela entidade, tiveram como tema principal, em suma, a violência⁵⁹ contra a mulher, a qual era uma bandeira levantada pela organização devido aos altos índices de violência e assassinatos de mulheres no Ceará. Dessa maneira, a formação da entidade estava atravessada pelo fator da violência, que recaía sobre a população feminina, no período, tanto que no art. 2º do Estatuto, é discutido que a UMC busca: “contribuir para a conscientização da população sobre a situação e a defesa dos direitos da mulher”. Para além da violência do Estado, por causa da ditadura militar e das perseguições, prisões e assassinatos, as mulheres enfrentavam, também, a violência atrelada ao gênero, fosse por seus companheiros ou não.

A UMC buscou atender a questões mais gerais, com o intuito de agregar mais adeptas à sua organização, contudo, isso acabou causando fissuras, no movimento, que serão abordadas no terceiro capítulo. A forte concentração das discussões, colocadas pelos partidos políticos, que atuavam próximos à entidade, corroborou para direcionar a organização para demandas que se distanciaram, em determinados momentos, do feminismo.

2.2. Constituição e organização da União de Mulheres Cearenses.

A UMC buscou se estabelecer, levando para diferentes locais suas propostas e ideias, de acordo com o artigo 4º do Estatuto: “Serão criados núcleos por bairro, categorias, interior, sob supervisão da diretoria que se encarregará de fazer reconhecer estes núcleos dando assim direito a representação no Conselho de Representantes”. (Art. 4º. Estatuto da UMC, 1981). O intuito era levar as ideias da organização, mas também, expandir a prática da entidade a várias regiões do estado, bem como, a diferentes bairros de Fortaleza-CE. Um

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Os dados encontrados, no Mapa da Violência de 2012, divulgados pelo Ipea, trazem a amostragem dos índices de homicídios femininos, no Brasil, na década de 1980. Entre os anos de 1980 a 1985, foram assassinadas 9.539 mulheres no país. Em 1985, a taxa era de 2,7 homicídios por cada 100 mil habitantes. MAPA DA VIOLÊNCIA. 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil. Não encontramos dados específicos em relação ao Ceará, nesse período, mas destacamos que todas as mulheres entrevistadas, nessa pesquisa, ressaltaram em suas narrativas, os altos índices de violência. Tendo por base os dados nacionais, podemos prever que o quantitativo era considerável para o período.

núcleo forte da UMC atuava no Conjunto Palmeiras, segundo Grace Vitorino: “eu me lembro que, uma época, nós tínhamos uma inserção muito grande no Conjunto Palmeiras, eu me lembro assim, eu fui, várias vezes, no grupo de mães, dar palestra, conversar e, assim, isso tudo mediado pelas pessoas que tinham referência lá no bairro⁶⁰”. O diálogo tecido, pela UMC, com as lideranças de bairros permitiu a inserção da entidade nas comunidades, no caso mais específico do Conjunto Palmeiras⁶¹, lideranças locais fizeram a intermediação para que reuniões, discussões acontecessem.

O processo de expansão era supervisionado pela diretoria que compunha o movimento. Dessa forma, é possível verificar determinadas hierarquias, no tocante à composição da entidade, visto que essa era dirigida por membros eleitos pelas associadas.

Apesar de a diretoria ser eleita em votação, de acordo com o art. 29 do Estatuto da UMC: “A diretoria será eleita em data constante no regime interno e dela podem participar todas as sócias da entidade, em conformidade com o Estatuto”. Os seus respectivos membros ocupavam, muitas vezes, um papel diferenciado em relação as outras associadas, já que, nas reuniões, congressos ou mesmo assembleias da entidade, as mulheres, que compunham a diretoria, eram as que tinham mais espaço para falar. Segundo Nilze Costa e Silva: “eu sempre fui contra esses movimentos terem uma diretoria, eu acho que esses movimentos, eles são... Muito autônomos⁶²”.

A fala de Nilze Costa e Silva contrapõe a necessidade da formação do quadro diretório da UMC, que, segundo ela, tornava muito burocrático o movimento, que deveria ter um caráter autônomo. Além disso, outro fator destacado, por Verônica Guedes, era o fato de a UMC ser uma organização mais tradicional, similar a outros setores da esquerda, talvez, por isso a adoção desse modelo estrutural, pois, de acordo com ela, “como a ideia me pareceu que era de juntar grupos, mulheres de diferentes, numa disputa de poder mesmo, como era tradicional no campo da esquerda, como um DCE, como um sindicato e o velho e bom

⁶⁰ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁶¹ É um dos 119 bairros de Fortaleza-CE. Atualmente, pertence a Regional VI do município, é o bairro com menor renda *per capita*, “analisando a distribuição espacial da pobreza em termos absolutos, constata-se que o Conjunto Palmeiras ocupava a primeira colocação no *ranking*, com 6.277 pessoas extremamente pobres”. Dados do IBGE, 2010. EDIÇÕES IPLANFOR - SÉRIE FORTALEZA 2040 - Nº 2 - ANO II – 2015.

⁶² SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

centralismo democrático⁶³”. Dessa forma, o modelo de estrutura adotado pela União de Mulheres assemelhava-se a outros órgãos da esquerda. A organização baseada em: Diretoria, Assembleia Geral, Conselho de Representantes e Congressos. Essa organização estava prevista no Estatuto e contava com atribuições, que cada órgão deveria atuar e desenvolver atividades. Além desses quatro poderes havia, também, os Departamentos, que tinham por atribuições dividir as tarefas e prestar serviços às mulheres, de acordo com a especificidade de cada um.

Os quatro Departamentos eram: Cultura e Educação, Imprensa e Propaganda, Saúde e Jurídico, os quais eram encarregados por diferentes demandas que ocorressem na organização. O Departamento Jurídico ficava responsável por auxiliar mulheres na luta por direitos, as que eram vítimas de violência, agressão ou algum caso envolvendo leis trabalhistas. O Departamento de Saúde objetivava promover campanhas de educação para a saúde da mulher. O Departamento de Cultura e Educação tinha o intuito de organizar eventos, congressos e debates promovidos pela UMC. Já o Departamento de Imprensa e Propaganda gerenciava a divulgação das atividades realizadas pela entidade. “Cada departamento escolherá um membro para manter contato com a diretoria para um trabalho conjunto”. (Art. 21).

Todos os departamentos deveriam estar alinhados à diretoria do movimento, segundo o estatuto, visto que era realizada uma reunião, quinzenal, com os membros diretórios e a integrante escolhida de cada departamento como representante. Essas reuniões pareciam funcionar com o intuito de assegurar o ajuste entre as diferentes composições da UMC, tanto no que diz respeito aos quatro departamentos, quanto à pluralidade de mulheres que compunham cada órgão. O artigo 26 do estatuto, que tratava sobre as sócias, previa que:

Pode integrar a entidade como sócia, qualquer mulher, sem distinção de nacionalidade, idade, cor, raça, classe social, partido político, credo religioso, que queira participar ativamente com trabalho e finanças, para que a luta de libertação da mulher, de acordo com os objetivos e finalidades da entidade.

A discussão sobre interseccionalidade, ainda, não aparecia com afinco, nesse momento, dentro da entidade, mas a tentativa de agregar e perceber essas pluralidades já demonstra que o debate caminhava para compreender essas conexões, que atravessam os sujeitos políticos. Assim:

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a

⁶³ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014).

A interseccionalidade é pensada, dessa forma, para tentar apreender os diferentes fatores que convergem a um corpo político, que atua sobre os sujeitos, pensando diferentes sistemas de opressão, como o racismo, o sexismo e as desigualdades de classe. Para além de compreender esses variados sistemas opressores, a interseccionalidade visa entender “múltiplas fontes da identidade”. (CRESHAW, 1994 *apud* HIRATA, 2014). É desse modo que a UMC, mesmo não abordando essa categoria de análise, em suas discussões, buscou, no seu processo organizativo, perceber esses fatores que atravessavam as diferentes mulheres que compunham o órgão. Não estamos afirmando que a discussão não ocorreu, tendo em vista que inúmeras leituras foram realizadas, sobre os feminismos de “Segunda Onda” pelas integrantes da entidade, mas, nos registros encontrados e entrevistas realizadas, não encontramos qualquer dado que diga respeito à discussão próxima do que entendemos, hoje, por interseccionalidade, mas isso não invalida o fato de pensarmos a aproximação da maneira pela qual a UMC se organizou e pensou sua constituição com a perspectiva da intersecção.

Ainda, pensando na maneira de organização da entidade, compreendemos que ela buscou, também, estruturar-se visualizando sua forma de funcionamento a partir dos respectivos órgãos e poderes criados de acordo com seu Estatuto. Desse modo, o Congresso funcionava como instância máxima de decisão da UMC e ocorria, anualmente, em manifestação ao dia 08 de março – Dia Internacional da Mulher. Na ocasião, eram deliberadas as principais metas, encaminhamentos e discussões propostas pela entidade.

O intuito era agregar mais mulheres, durante a construção da UMC, portanto, perceber as desigualdades socioeconômicas com o intento de freá-las. Essa questão estava atrelada ao fato de que, até 1980, a organização não contava com sede própria nem havia sido criado o Estatuto. Por isso, desde sua fundação, em 1979, havia a militância do grupo, mas sem uma ordenação estrutural, por exemplo, sem a sede ou um documento que iria reger as normas da entidade. Com a realização do I Encontro da Mulher Cearense, em 1980, foi composta a comissão de Coordenação provisória da UMC. O evento buscava sanar o hiato deixado pelo MFPA, no Ceará, mas ajudou, também, a fortalecer a União das Mulheres, tendo em vista que cooperou na tentativa de propiciar um portal de participação feminina derivada dos movimentos sociais, fosse partido político, associações de bairros e sindicatos, dentre

outros. O Congresso, também, era o evento com maior participação de mulheres associadas, logo, era o que tinha mais peso de decisão. As assembleias ocorriam nos intervalos de um congresso e outro, sendo de caráter ordinário e extraordinário, também, deliberava sobre qualquer assunto pertinente à organização. De acordo com Grace Vitorino:

[...] havia algumas reuniões... que elas aconteciam a depender das demandas. Então, muitas vezes, havia demandas quando, por exemplo, alguma mulher sofria violência ou era assassinada, então, nós nos mobilizávamos mais. Então, havia além das reuniões ordinárias, havia outras para atender essas demandas e, também, quando estava próximo de algum evento que a União das Mulheres organizaria⁶⁴.

As reuniões e assembleias aconteciam para sanar as demandas, discutir e operacionalizar eventos, tais como: Congressos, mas também, outras participações que a UMC encapava, por exemplo, greves de trabalhadores⁶⁵. Além disso, havia sempre o cuidado de se discutir pautas atreladas à questão da violência contra a mulher, quando Grace Vitorino narrou sobre essa questão, ela destacou o fato de a organização se mobilizar ainda mais.

O Conselho de representantes era formado por sócias, responsáveis pelos núcleos, e a coordenação deveria ser eleita por esse. O referido Conselho tinha como eixo principal: manter os núcleos da UMC, fossem eles em bairros ou em municípios do interior do estado, adequados à programação e a encaminhamentos retirados no Congresso, além disso, era responsável, também, por executar tarefas aprovadas por seus respectivos núcleos, sendo pautas de caráter mais geral ou específico.

O quarto poder ficava a cargo da diretoria, a qual era composta por uma presidente, uma vice-presidente, uma secretária-geral, uma tesoureira, uma vice tesoureira e um conselho fiscal. A direção era eleita pelas associadas em data, previamente, definida. A diretoria foi um dos órgãos que mais causou divergência entre as sócias, pois muitas mulheres

⁶⁴ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁶⁵ No relatório produzido pelo Sistema Nacional de Informação havia a análise da ligação entre as entidades feministas e outras lutas encampadas por diferentes categorias: “Sob o pretexto de comemorar o DIA DAS MÃES, as entidades contestatórias UNIÃO DAS MULHERES CEARENSES (UMC) e CENTRO POPULAR DA MULHER (CPM), a primeira, representando uma ala dissidente do PC do B, e a segunda ligada ao próprio PC do B, no dia 15 MAI 84 realizaram na Praça do Ferreira, em FORTALEZA/CE, um ato publico, no qual se fizeram presentes parlamentares da oposição, representações da CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES /CE (FRENTE SINDICAL/CE, COORDENAÇÃO NACIONAL DAS CLASSES TRABALHADORAS/CE (CONCLAT/CE), FEDERAÇÃO DE BAIROS E FAVELAS DE FORTALEZA (FBFF), ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO ENSINO OFICIAL DO CEARÁ (APEOC) e do Comitê Suprapartidário TEOTÔNIO VILELA. Dentre as pautas de discussão nesse evento encontrava-se o apoio a greve geral dos trabalhadores: ‘GREVE GERAL JÁ. PELO FIM DA DITADURA - CONVERGÊNCIA SOCIALISTA’”. (ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 2631/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI).

sentiam que a hierarquia diretória comprometia a autonomia do movimento, além de criar um clima de “controle” sobre as integrantes, visto que, dentre as atribuições da diretoria, constava zelar pelo cumprimento do Estatuto; orientar as atividades da entidade; executar e fazer cumprir as decisões dos congressos e assembleias gerais. De acordo com Nilze Costa e Silva⁶⁶: “eles não precisam dessa burocracia, ter uma diretoria, ter o secretário”. O modelo, no qual a UMC se estruturou, não foi unânime entre as associadas, que discordavam em certa medida, da burocratização da entidade.

Levando-se em consideração algumas dessas competências, que constam no Estatuto, havia uma hierarquia em relação às mulheres que compunham a direção, todavia, ao mesmo tempo, existia, também, uma cobrança em relação ao cumprimento das tarefas realizadas pela organização. Outra questão era o fato de a diretoria ser composta, em suma, por mulheres de classe média, intelectuais e universitárias. Esses condicionantes acabavam por criar um hiato entre base e a liderança, de acordo com Vitorino “a ação teórico-política da UMC diz respeito a intersubjetividade entre as ‘lideranças’ e a ‘base’ do movimento, que, de maneira geral, estabelece diferenças, conforme a condição de classe das mulheres”. (1994, p.138).

Nesse sentido, as diferenças de classes implicavam, também, nos direcionamentos promovidos pela entidade, visto que o quadro diretório era composto por mulheres de setores médios, logo, as pautas de discussões, mas também, o lugar social e as decisões, acerca da entidade, ficavam segmentadas a um grupo mais específico. Identificar o local, no qual essas mulheres estavam inseridas, de onde elas falavam permite analisar a forma como o movimento fora estruturado, afinal, algumas das demandas emanavam do lugar social. Dessa forma, muitas mulheres sentiram que as suas necessidades não eram colocadas da mesma maneira ou com o mesma relevância.

Todavia, a criação dos núcleos, em bairros e municípios, tinha como premissa dar visibilidade às demandas específicas, tais como: questão da infraestrutura, construção de creches, as quais eram colocadas em debate pelas mulheres que compunham o Conselho de representantes. Entretanto, essas questões, ditas específicas, não eram vistas, por algumas mulheres, como, necessariamente, demandas feministas.

As especificidades feministas, reiteradas vezes, não eram tratadas com a mesma relevância que outras pautas. Além disso, havia críticas quanto à base teórica do movimento, de acordo com Vitorino: “no âmbito da ação teórico-político da UMC, uma certa tendência de

⁶⁶ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

supervalorização da prática política em detrimento da teoria, podendo assim privá-la de sua capacidade crítica”. (1994, p.136).

Nesse sentido, a crítica ocorria devido à ausência teórica nas discussões, visto que, em muitos casos, a UMC organizava as mulheres em bairros, municípios, mas não era realizado um trabalho de estudos, que tivesse por intuito apresentar as discussões e leituras feministas do período. Essa escassez de discussão da UMC foi revista, pelas mulheres na formação de outros grupos, por exemplo, Nilze Costa e Silva relatou sobre sua experiência, no grupo 04 de janeiro, “a gente estudava, discutia, entre nós, foi muito importante o estudo⁶⁷”. Logo, o contato com as teorias feministas, também, era importante para as mulheres, tendo em vista que a carência desse diálogo delimitava, em certo sentido, a atuação do grupo, já que, em alguns casos, as associadas nunca tinham tido contato com as teóricas do feminismo⁶⁸ nem circulavam no meio acadêmico, isso acentuava a lacuna que havia entre lideranças da UMC e a base do movimento.

Nessa perspectiva, a dinâmica estrutural da União de Mulheres Cearenses já acentuava o grau de hierarquias que havia, delimitando as discussões a quem já tinha tido, previamente, contato com leituras, debates e acesso às inúmeras informações, que chegavam ao país, do feminismo de Segunda Onda. Dessa forma, a própria composição da diretoria já antecipava quem iria ou não pertencer à chapa, isso, óbvio, não acontecia de forma deliberada, mas, muitas mulheres sentiam-se inibidas frente a outras, que já tinham um trajeto mais consolidado, participavam de outros movimentos, tinham trajetória acadêmica, por exemplo, Maria Luiza Fontenele era professora de Sociologia, na Universidade Federal do Ceará. De acordo com Nilze Costa e Silva, as reuniões, por exemplo, eram um modelo disso, a saber: “porque é assim, aquelas pessoas que falavam mais, que coordenavam reuniões eram sempre as mesmas ... já tinha os nomes feitos e aí as pessoas, às vezes, tinham vergonha de falar⁶⁹”.

⁶⁷ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁶⁸ Leituras como as do *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, *A Mística Feminina* de Betty Friedan não chegavam a várias mulheres. De acordo com Borges: “a leitura de *O Segundo Sexo*, ou o simples acesso ao texto, foi se revestindo de um simbolismo, que conferia a suas leitoras e leitores o acesso a uma posição privilegiada dentro de um determinado círculo intelectual, o que tornou sua leitura um ‘modismo’”. (2007, p.57). Ainda, de acordo com Borges, as leituras de textos e autores centrais, tais como: Simone de Beauvoir, Betty Friedan e Alexandra Kollontai aconteciam, em vários círculos, mas as leitoras eram, predominantemente, mulheres de setores médios e acadêmico.

⁶⁹ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 10 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

De acordo com Nilze Costa e Silva, o modelo adotado, pela entidade, seguia um padrão, no que diz respeito às falas e ao comando das reuniões da organização. Nesse sentido, o fato de ser sempre as mesmas mulheres a falarem e a conduzirem o grupo criava um clima de hegemonia de um grupo, em detrimento de outros, visto que as mulheres, que não tinham hábito de falar, ficavam inibidas e acabavam por não expressar suas opiniões.

Dessa forma, a produção do discurso, também, estava voltada para as escalas de ordenação, portanto, os locais de quem falava e de quem ouvia estavam demarcados pelo movimento. A estrutura da UMC, logo, contava com a diferenciação entre base e lideranças, essas últimas, tendo maior destaque na entidade, conseqüentemente, eram responsáveis por dar rumos à organização.

Levando-se em consideração essa questão, era papel da diretoria orientar as atividades, presidir as reuniões, os congressos e as assembleias. Assim sendo, muito do que era discutido e falado ficava circunscrito aos membros que compunham a diretoria ou algum outro órgão da entidade, tais como: Departamento, Conselho de Representantes e Conselho Fiscal. Logo, as associadas, que não integravam qualquer categoria citada acima, estavam mais alheias às discussões, não que fossem impedidas, mas, muitas delas preferiam não falar, como foi exposto por Nilze.

Compreendemos que a pluralidade da UMC, em adesão de mulheres, não se configurava no modelo de direção ou de produção de discurso, fazendo com que o núcleo mais específico fosse encarregado das demandas e orientações da entidade. Segundo Vitorino: “a sua direção, composta majoritariamente por mulheres da classe média, profissionais liberais, procura manter um trabalho voltado essencialmente para a população menos privilegiada” (1994 p.127).

Na assertiva de Vitorino, a UMC buscava atender às demandas das mulheres menos abastadas. Além disso, a direção tentava consolidar um trabalho realizado entre mulheres moradoras de áreas periféricas de Fortaleza-Ce e de regiões mais pobres do estado do Ceará. Na Resolução do I Congresso da Mulher Cearense⁷⁰, é possível compreender essas questões, tendo em vista as deliberações feitas pela entidade, nas quais em suma visavam melhorias para a classe trabalhadora, como: aumento do número de escolas públicas, melhoria no transporte coletivo, construção de postos médicos em todos os bairros e favelas e no interior do Ceará. A UMC deveria realizar, também, campanha explicando sobre métodos

⁷⁰ A Resolução foi um documento produzido com as deliberações decididas, no I Congresso da Mulher Cearense e organizado pela UMC, em 1982, no Colégio Oliveira Paiva-Fortaleza-CE.

contraceptivos e construções de creches⁷¹.

A União das Mulheres conseguiu chegar e atrair diferentes sujeitos sociais. A narrativa de Maria Luíza Fontenele nos diz que: “nós criávamos núcleos de mulheres para ajudar na luta sindical... A companheira Beth, que era uma companheira muito destacada e era esposa de um metalúrgico, ela reuniu as mulheres dos metalúrgicos e passou a ter interferência na própria greve⁷²”. Segundo ela, a “interferência” das mulheres, na greve dos metalúrgicos, aconteceu, em certa medida, devido à participação na UMC, levando-se em consideração o processo de organização dos núcleos da entidade. Todavia, a participação dessas diversas mulheres não significou que todas tivessem o mesmo grau de atuação na organização. Conforme Grace Vitorino⁷³: “havia mulheres, também, das classes populares, mas eram mulheres de liderança e algumas outras que participavam numa posição mais secundária, mesmo que da direção”.

Contudo, a diretoria e o núcleo responsável pela organização eram compostos por mulheres intelectuais e da camada média da sociedade. De acordo com Vitorino, “outro aspecto relevante, em relação à ação teórico-político da UMC, diz respeito a intersubjetividade entre as ‘lideranças’ e a ‘base’ do movimento [...] a maioria da diretoria da UMC é composta por mulheres da classe média” (1994, p.138). O recorte de classe precisa ser feito, para que se possa compreender a perspectiva que se formou com a constituição do movimento, assim como, quais eram as demandas apresentadas e qual era o ponto de vista que essas questões estavam sendo pontudas.

Outra questão levantada, em contraponto à organização da UMC, era a abordagem realizada com as mulheres, já que algumas críticas ressoam quanto à maneira pela qual a entidade promovia suas ações. De acordo com Verônica Guedes⁷⁴: “a UMC não tratava de questões específicas, ela tratava da participação das mulheres, segundo a esquerda, das mulheres nas lutas gerais, contra a carestia”. Essa participação feminina em atos e movimentos/partidos políticos, não, necessariamente, fazia parte de uma agenda feminista, tampouco, significava que essas mulheres, que se engajavam, concordavam com as ideias

⁷¹ Resolução do I Congresso da Mulher Cearense.

⁷² FONTENELE, Maria Luíza. Entrevista, 19 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁷³ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁷⁴ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

abordadas pelo feminismo de “Segunda Onda”. O artigo 3º do Estatuto da organização, em um dos tópicos, faz referência a essa participação, quando diz que a UMC tem por objetivos:

“Contribuir com a participação efetiva da mulher em instituições de representação social tais como: conselhos de moradores, associações profissionais, sindicatos, partidos políticos e todas aquelas que digam respeito a organização e administração da vida pública e sociedade civil”. (Estatuto da UMC, 1982).

Assim, a entidade buscava inserir as mulheres, em diferentes órgãos, e efetivar a participação dessas, mas isso não estava ligado, em todos os sentidos, ao feminismo, podendo as mulheres se engajarem na luta feminista ou não. A UMC, portanto, colaborou para o protagonismo desses sujeitos, o que foi relevante em termos de representação, no cenário público e político, mas não foi suficiente, caso não fosse acompanhado de uma agenda que previsse a luta por direitos específicos no que diz respeito às mulheres, tais como os que eram pontuados pelos feminismos de “Segunda Onda”: descriminalização do aborto, métodos contraceptivos, liberdade sexual. Outro fator importante é compreender que a mudança desses novos arranjos, nos quais as mulheres passaram a ter maior participação política, não significou que a dinâmica estrutural, na qual os papéis sociais estavam construídos foi alterado. De acordo com Soihet:

[...] a conquista dos novos direitos de participação na política não implicava uma reformulação no âmbito das obrigações familiares distintas para mulheres e homens; às mulheres ainda cabia a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos na primeira infância. (SOIHET, 2013, p.232).

Dessa forma, a participação feminina foi ocorrendo, nos espaços públicos, todavia, as “tarefas”, desempenhadas pelas mulheres, principalmente, no ambiente doméstico, continuavam demarcadas pela divisão sexual. Muitas mulheres buscaram conciliar a militância com as responsabilidades da casa, criação dos filhos e outros trabalhos, fator que as sobrecarregava. Nessa perspectiva, é importante compreender o papel que as entidades feministas tinham para levar essa discussão sobre a divisão sexual do trabalho adiante. Para Nilze Costa e Silva: [...] “na época da UMC, a gente criticava muito algumas mulheres, que apareciam mortas de cansada, tinham feito o trabalho todinho e chegavam na reunião mortas de cansadas, cadê o marido, cadê os filhos que não dividiam⁷⁵”. Em sua crítica, mesmo na militância e tendo acesso às discussões, que chegam ao país, várias mulheres, ainda, permaneciam na divisão “tradicional” de papéis sociais, na qual, os serviços domésticos eram determinados como sendo responsabilidades femininas.

⁷⁵ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 10 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

É necessário entender que a crítica acabava por recair sobre as mulheres, porque não se questionava o sistema opressor que convergia/converge às mulheres maior peso e responsabilidade frente à casa, à criação dos filhos e afazeres domésticos, já, os parceiros, muitas vezes, passavam ilesos a certas críticas. Era preciso desnaturalizar o trabalho doméstico, como algo iminentemente feminino, mas isso não aconteceria, somente criticando as mulheres, que desempenhavam duplas/triplas jornadas de trabalho. Conforme Mello: “a desconstrução da ideia do trabalho doméstico como função feminina foi outra característica marcante dos femininos de Segunda Onda, e não só na América Latina”. (2011, p.89).

Ao que parece, apesar de a entidade ter procurado desconstruir essas associações, nas quais as mulheres estavam para o lar, para os serviços domésticos e para os cuidados com os filhos, ao mesmo tempo em que tentou dialogar sobre a importância da divisão das tarefas em casa, a criação dos filhos e sobre a relevância da ocupação feminina nos espaços públicos, de poder e na política. A orientação da UMC seguia uma linha mais tradicional, associada a outros movimentos da esquerda, os quais, segundo Soihet “a luta contra a discriminação sexual e a favor da emancipação feminina era considerada secundária e, de certo modo, perniciosa, já que contribuiria para retardar a luta pela conquista do objetivo principal – a instauração de uma sociedade sem classes”. (2013, p.233-4).

Esse segmento de luta foi constante na organização, desde sua fundação, visto que parte de seus integrantes enxergavam no socialismo a principal bandeira e que a emancipação feminina iria vir como consequência do novo sistema. De acordo com Bastos, “Para a esquerda tradicional, a revolução socialista colocaria um fim à submissão histórica à qual as mulheres estavam submetidas, sendo notória a ausência de qualquer preocupação com a temática por parte das organizações brasileiras” [...]. (2007, p.15). Mas, levando-se em consideração a rejeição que havia, por diferentes setores da esquerda, em relação aos feminismos, a chegada de um novo modo de produção, como o socialista, não iria significar o fim da opressão feminina e do sexismo. De acordo com Borges: [...] “na visão da esquerda o problema da opressão feminina pertencia ao contexto do capitalismo e era uma preocupação secundária” [...]. (2011, p.152).

Essa forma de pensamento esteve presente na União das Mulheres Cearenses, desde o seu surgimento, em 1979, e fez parte da estrutura da organização. É possível observar que as demandas da entidade, em determinados momentos, convergiram para pautas mais gerais, que não tinham ligação com os movimentos feministas, tais como: as deliberações realizadas no I Congresso da Mulher Cearense, em 1982: lutar por um salário mínimo unificado; fazer uma campanha pelo congelamento dos preços; lutar por uma reforma agrária

radical; aumentar o número de escolas públicas; lutar contra o desemprego e entre outras pautas, que poderiam agregar à luta das mulheres ou ficar no campo mais geral, agregando outras lutas⁷⁶.

Tal maneira de se organizar e de determinar quais seriam os encaminhamentos da organização fez com que a UMC fosse vista, por muitas integrantes, como um movimento de mulheres e não como um movimento feminista, tendo em vista as pautas de discussões que eram colocadas. Todavia, essa discussão, entre movimento de mulheres e movimento feminista, é abordada por Sarti como:

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava de movimento de mulheres pela sua pluralidade, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se num movimento interclasses. (SARTI, 1998, p.05).

E, ainda, de acordo com Pedro: “Quando a maioria esmagadora dos participantes são mulheres, o movimento social é chamado de ‘movimento de mulheres’. O feminismo é um tipo específico de movimento de mulheres”. (2013, p.257). Nem todos os movimentos organizados por mulheres se identificavam com os feminismos, a exemplo do MFPA, mas não era a junção de pautas gerais a pautas específicas que excluía um movimento de ser feminista. Essa discussão estava muito associada à ideia de um “feminismo bom para o Brasil”, que trazia a premissa de uma “mulher liberada”, de acordo Goldberg: “começou a ser positivamente veiculado, no início dos anos 70, um novo símbolo feminino – a mulher ‘liberada’, casada ou não, com poucas preocupações domésticas e muita preocupação com o corpo, a aparência física, a vida sexual”. (1987, p.47-48). Com o processo de urbanização acelerado, a entrada de mulheres nas universidades, as mulheres de classe média adentrando ao mercado de trabalho, essa nova configuração foi sendo moldada, mas a perspectiva da liberação feminina veio associada ao sexo. Ainda, conforme Goldberg:

O que me parece importante frisar é que todo esse processo modernizador de libertação sexual e profissionalização das mulheres se deu dentro de uma perspectiva individualista, competitiva, de êxito pessoal e de ascensão social, onde não havia aparentemente motivos para questionamentos a propósito dos ‘gêneros’ feminino e masculino (graças, inclusive, a existência de empregadas domésticas e da relação de ‘cumplicidade substitutiva’ com certas figuras femininas do universo familiar), ou para uma identificação com outras mulheres que suscitasse qualquer agrupamento ou mobilização coletiva feminina de novo tipo. (1987, p.51).

⁷⁶ Essas resoluções foram retiradas durante o I Congresso da Mulher Cearense, realizado nos dias 13 e 14 de março de 1982. O documento encontra-se anexo à dissertação de mestrado de Grace Troccoli Vitorino, defendida em 1994, no Centro de Educação da Universidade Federal do Ceará, com o título: *Feminismo e Pós-feminismo: a dupla tessitura das relações de gênero*. O documento produzido pela União das Mulheres buscou discutir e deliberar pautas em diferentes searas: carestia, educação, moradia, saúde, transporte, trabalho e lutas por liberdade.

A ausência de questionamentos sobre esse processo de “liberalização”, o qual foi associado à perspectiva individual e dialogou com o pensamento liberal, corroborou para não alimentar bases que produzissem mobilização, em torno de questões feministas, as quais buscassem problematizar e desmistificar diferentes estereótipos que havia no período. Nesse processo, a comunicação com as demandas, discutidas pela esquerda, no geral, tais como: luta de classe e combate à ditadura, fizeram com que a entidade aderisse a essas discussões, mas isso não invalidou o mecanismo organizativo da instituição, tampouco descaracterizou o movimento da UMC, organizado a partir de 1979.

Apesar de as críticas à UMC, Nilze Costa e Silva reitera que: “foi um movimento superimportante, foi o primeiro movimento, praticamente, que a gente teve aqui de mulheres, de feministas, que não eram feministas⁷⁷”. A UMC contava, em seu quadro de associadas, com mulheres que se identificavam de forma direta com os feminismos de “Segunda Onda”, mas também, com mulheres que não, necessariamente, traziam essa discussão, mas todas as associadas estavam dispostas a lutar contra diferentes tipos de opressão, desde as de cunho sexista às reproduzidas pelo regime militar. No I Congresso da Mulher Cearense, inclusive, ficou acordado, na Resolução, que a UMC iria lutar: “contra todas as formas de opressão e discriminação contra a mulher e pelos nossos direitos”. E, ainda, iriam lutar “pela conscientização das mulheres dos nossos direitos e do nosso papel na sociedade atual, partindo das próprias mulheres que participaram do Congresso”. O processo de aproximação com as pautas feministas variava dentro da organização e, também, entre as mulheres que a integravam, mas as finalidades e as discussões, por exemplo, abordadas, no I Congresso, revelam que a UMC dialogou bastante com o que vinha sendo apresentado pelos feminismos de “Segunda Onda”.

Isso não significa dizer que um grupo organizado, predominantemente, por mulheres seja um coletivo feminista. A forma pela qual a União de Mulheres buscou se estruturar ocasionou, também, as fissuras do movimento, tendo em vista o diálogo constante com outros setores da esquerda, os quais não colocavam os feminismos como pauta prioritária. Logo, quando algumas pautas feministas foram sendo colocadas em discussão, houve atritos. Nilze Costa e Silva:⁷⁸ “discutir a questão da sexualidade, também, era uma coisa nova pro (*sic*) movimento em geral, o movimento sindical, isso aí era coisa que eles

⁷⁷ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

⁷⁸ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

colocavam muito claro e a gente afrontou também”.

Dessa forma, a esquerda, em geral, não estava muito preocupada em pontuar as discussões mais específicas dos feminismos, então, quando as mulheres começaram a se reunir e abordar essas pautas, existiram divergências, mas os grupos de mulheres deram continuidade ao que vinham fazendo, porque, a ideia de emancipação feminina, trazida nas discussões, já tinha ganhado força e, cada vez mais, adeptas.

Apesar de a União de Mulheres não pontuar várias questões feministas, a entidade estava voltada para algumas discussões mais específicas, como a questão da violência contra a mulher, isso contribuiu para que muitas associadas e outras mulheres, que vivenciavam as ações realizadas pelo grupo, tivessem acesso às discussões e consciência sobre atos de violências.

A UMC foi se construindo e constituindo-se, a partir de muitas vertentes, sendo composta por diferentes mulheres, com diferença de faixa etária, etnia, classe social, crença e experiências. A organização buscou se manter plural e atender a todas de forma equitativa. Devido à proximidade com setores da esquerda e com uma militância, já muito bem definida, a entidade acabou por negligenciar, em certos momentos, as lutas mais específicas das mulheres, em contraposição ao que vinha sendo discutido e exigido pelo movimento feminista, que era a relevância de suas pautas diante das organizações da esquerda.

Diante disso, a expansão da entidade e adesão de várias mulheres, não passou sem ser notado pelos órgãos de Segurança Nacional, que estabeleceram, no país, um grande mecanismo de vigilância sobre as esquerdas e os grupos feministas, que surgiram durante a ditadura militar brasileira.

3. Capítulo II – “O olho que tudo vê”? Controle e vigilância da ditadura militar sobre os feminismos.

Neste capítulo, analisamos a forma pela qual o regime militar estipulou seu controle e vigilância, em relação aos femininos brasileiros, de maneira mais específica, sobre os cearenses, tais como: A União das Mulheres Cearenses. A partir dos órgãos de informações, instalados pela ditadura, predominantemente, a partir do governo do Gal. Costa e Silva, avaliamos os métodos, meios e disseminação desse sistema de vigilância, que tomou como objeto diferentes entidades da esquerda e organizações feministas.

Compreendemos que o intuito dos militares era garantir o domínio e a gerência dessas organizações, que faziam oposição, assim, um dos mecanismos utilizados pela ditadura foi a criação dos órgãos de informação. O Sistema Nacional de Informações-SNI foi criado, em 1964, pelo militar Golbery do Couto e Silva, mas já vinha sendo cogitado desde a década de 1950. A fundação desse órgão, ainda, no Governo de Castelo Branco, já era um indício do que os militares da chamada “linha dura”⁷⁹ pretendiam. Todavia, é necessário ressaltar que tratamos, nessa pesquisa, com a perspectiva de que a ditadura teve momentos de maior repressão, com prisões, torturas e desaparecimentos políticos, mas, isso não significa que possamos analisar como brando ou ameno algum de seus períodos, visto tratar-se de um regime autoritário, no qual a força, a censura e perseguições foram utilizadas, por todos os presidentes gerais, na sua vigência.

A criação do SNI é exemplo disso, posto que o intuito era fortalecer o controle acerca das organizações de esquerda. Esse órgão, antes de ser um aparelho repressor, tinha por principal funcionalidade coletar informações. Entretanto, isso não invalida o fato de que os dados obtidos eram usados para exercer repressão sobre as organizações de esquerda e seus militantes. Baseado na doutrina de Segurança Nacional⁸⁰, influência da Escola Superior de

⁷⁹ Esse grupo era integrado por uma extrema direita de oficiais militares, que, geralmente, divergiam das estratégias formuladas pela Escola Superior de Guerra- ESG. Conforme Alves: “o setor da linha-dura aglutinava-se em torno do Ministro da Guerra General Arthur da Costa e Silva, usando-o como instrumento de pressão política sobre as decisões do governo”. ALVES, M. H. M. (1985, p.59).

⁸⁰ “Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos”. ALVES, M. H. M. (1985, p.35). Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade: “A Doutrina de Segurança Nacional foi oficializada pelo Decreto-Lei nº314, de 13 de março de 1967, substituído pelo Decreto-Lei nº 898, de 29 de setembro de 1969. E pela Lei nº 6.620, de 17 de dezembro de 1978 e pela Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983, atualmente em vigor. No combate à guerra revolucionária e a expansão do comunismo, justificava-se toda a forma de opressão contra o inimigo interno”. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE- Relatório Final, Brasília, 2014, p.337.

Guerra-ESG, alguns militares buscaram difundir essa ideologia ou doutrina, pós 1964, mas já havia indícios de que agentes, ligados a ESG, perdiam fôlego após o golpe. A vinculação da criação desses órgãos a setores mais autoritários dos militares evidenciava a tensão que já existia no governo de Castelo Branco.

Essa tensão, entretanto, não impediu que o sistema de vigilância avançasse e se fortalecesse, no final da década de 1960 e início de 1970, o SNI, aliado a uma polícia política, exercia o controle de informações e corroborava nas decisões presidenciais. Conforme Carlos Fico (2001, p.74): “constitui-se em fonte bastante profissional de informações para os generais-presidentes, permanecendo quase sempre nos níveis subalternos as avaliações equivocadas”. Assim, o SNI projetou-se como sendo um meio de informações aos militares que iam desde dados de militância, ligação com partidos e organizações da esquerda, atuação política até informes pessoais, que diziam respeito à vida íntima dos militantes, pois:

[...] saber detalhes sobre a vida sexual de alguém era inútil, como informação, para as decisões governamentais; mas poderia ser essencial para as atividades clandestinas de espionagem do sistema, que poderia – como efetivamente fez – lançar mão de tais dados para desqualificar o inimigo. (FICO, 2001, p.76).

Na chamada “guerra revolucionária⁸¹”, proposta e defendida pelos militares, tudo era utilizado até apelações para a vida íntima do “inimigo”, porque esses conhecimentos poderiam ser utilizados, posteriormente, pelos agentes, de maneira psicológica e/ou moral, tendo como principal funcionalidade desestabilizar o “inimigo de guerra”. Desse modo, ter um mecanismo de vigilância eficiente era primordial para assegurar as atividades de controle sobre os movimentos de esquerda e os opositores ao regime. Mas, esses órgãos respondiam, também, à perspectiva de “manter a ordem” e a “tranquilidade” para os militares ao informar acerca das atividades de “subversão⁸²”.

Assim, esses mecanismos foram sendo estruturados pelo regime em busca de monitorar e produzir informes sobre qualquer sujeito, evento ou organização que fosse considerado suspeito por tentar “sabotar” o regime. O SNI estava estabelecido a partir de duas

⁸¹ Esse conceito aparece na formulação da Doutrina de Segurança Nacional, a qual se iniciou com uma teoria de guerra, dos mais variados tipos, entre elas, guerra revolucionária ou guerra subversiva. Segundo o Manual da ESG, a definição de “Guerra Revolucionária: conflito, normalmente interno, estimulado ou auxiliado do exterior, inspirado geralmente em uma ideologia, e que visa à conquista do poder pelo controle progressivo da nação”. (ALVES, 1985, p.37).

⁸² Atividades de subversão eram as consideradas contrárias ao regime militar, nas quais as militâncias de esquerda estavam inseridas. Toda e qualquer atividade considerada ameaçadora, à manutenção da ditadura militar, era considerada subversiva.

vertentes, a primeira era a atividade de informação, ou seja, buscar e coletar o maior número de dados possíveis, já a segunda era a produção da contrainformação, que consistia em barrar os informes realizados pelos “inimigos de guerra”.

Assim, participar de eventos, circular nos meios da esquerda, das entidades e dos coletivos feministas de modo a realizar “espionagem” colaborou para que os militares pudessem acessar pautas, discussões, listar nomes de “subversivos”, interceptar informações, manter sobre controle diferentes militantes e vigiar inúmeras atividades de “subversão”. Através de consulta realizada nos Fundos/Coleções do Sistema de Informações do Arquivo Nacional⁸³, especificamente, do Fundo Sistema Nacional de Informações-SNI⁸⁴ foi possível perceber que houve produção massiva de dossiês, relatórios e outros documentos, que tinham por finalidade coletar e enviar informações para o Ministério do Exército e para o Presidente Militar do regime. Ao utilizar palavras-chave, na aba de busca, no site do Arquivo Nacional, foram encontrados 91 dossiês produzidos sobre a União das Mulheres Cearenses, desde a realização dos Congressos, comemorações, pelo dia 08 de março, atividades realizadas, em cidades do interior do estado do Ceará, cursos de formação, indicativos de greve, mobilizações em comunidades da periferia de Fortaleza-CE e região metropolitana, dentre outros.

Sobre o movimento feminista de maneira mais geral, foram listados 390 registros. Desse modo, havia uma preocupação em controlar e vigiar as atividades realizadas por mulheres, durante a ditadura militar, contrariando a ideia que havia de irrelevância frente aos movimentos de mulheres. Segundo Duarte, “o que acontece, ainda hoje, é que atividades coletivas e públicas das mulheres tendem a ser qualificadas como produtos de engajamento social ou moral e não político”. (2010, p.02). Essa forma de perceber os movimentos de mulheres foi comum, durante a construção e mobilização do Movimento Feminino pela

⁸³ Há um número expressivo de documentos produzidos pelos órgãos de Segurança Nacional, durante a ditadura militar brasileira, atualmente, está disponível, no site do Arquivo Nacional para consulta, mas também, para download. Desses relatórios produzidos pelo Sistema Nacional de Informações, ligado à agência de Fortaleza-CE, constam dados de 1980, um ano após a criação da UMC, até 1989, período de redemocratização brasileira. O site disponível para consulta do Arquivo Nacional é: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. É necessário fazer um cadastro para realizar o *login* e ter acesso à documentação.

⁸⁴ Todos os dossiês analisados, nessa pesquisa, foram produzidos pelo Sistema Nacional de Informações-SNI. O Fundo SNI encontra-se disponível no site do Arquivo Nacional, os documentos foram digitalizados e constam diversas informações que foram coletadas, ao longo do período ditatorial, mas também, posterior a isso. Tendo em vista que mapeamos relatórios sobre a União das Mulheres até 1989. “Entre 2007 e 2009 foram recolhidos os documentos produzidos pelos organismos setoriais – as Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e as Divisões de Segurança e Informações (DSIs), que integravam a estrutura do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (SISNI) – conforme determinado por Aviso da Casa Civil da Presidência da República, de 2007. A identificação e consequente recolhimento destes órgãos foi resultado de pesquisa realizada pela equipe do Arquivo Nacional em Brasília, que efetuou levantamento na base de dados do SNI (recolhida com a documentação) e identificou 249 órgãos setoriais de informação”. (Arquivo Nacional).

Anistia, estendeu-se a outros modelos organizativos de mulheres. Tendo em vista que até hoje, ainda, há os estereótipos, em torno das mobilizações de mulheres, não é difícil imaginar a existência dos rótulos que existiam, durante a ditadura e que eram reforçados, inclusive pelas esquerdas⁸⁵.

Ao mesmo tempo, isso demonstra o quanto os militares estavam dispostos a intensificar o controle sobre as entidades e/ou qualquer pessoa que representasse uma “ameaça” ao regime. A produção, em série, de dossiês e outros documentos de informação demonstram, também, a tentativa de transformar os órgãos de informações no “cristal” dos militares, todavia, sabe-se que, a partir de 1974, com o enfraquecimento desse sistema, vários documentos passaram a ser produzidos sem qualquer dado consistente. Os próprios militares passaram a realizar esse processo de “criação” de informes, com o intuito de assegurar a manutenção desses mecanismos, tais como: o SNI. Segundo Fico:

No início do governo Geisel, diante da ameaça de decadência dos órgãos de segurança, advinda tanto do projeto de “distensão política” quanto da visível fragilidade dos comunistas, o SISSEGIN empenhou-se em “mostrar serviço” e afirmar a necessidade de sua permanência, lançando mão de supostos planos de “tomada de poder” de autoria de uma “frente” de várias organizações comunistas. (2001, p.215).

Tendo por base essa perspectiva, estamos atentas ao processo de produção desse material documental, posto que, além de tratar-se de dossiês, elaborados por militares e/ou apoiadores do regime, dessa forma, com a ótica e um posicionamento político demarcado, analisamos, também, a consistência dessa documentação, pois, na ânsia de não perder esses órgãos de informação, durante a ditadura, muitos documentos foram produzidos de forma massiva sem, necessariamente, fazer jus a algum evento, fato e/ou acontecimento.

O que buscamos, nesse capítulo, é demonstrar que, apesar das várias contradições e divergências, os feminismos de Segunda Onda foram alvos de vigilância, por parte do Estado. Ademais, no levantamento realizado, na documentação produzida, pelos órgãos de informação, foi possível observar que o movimento de mulheres e os movimentos feministas foram sendo controlados à medida que os militares começaram a perceber a efervescência dessas organizações. É notório, também, compreender que parte dessa vigilância vinha

⁸⁵ Na obra Guerra de Guerrilha, Che Guevara expõe o papel da mulher: “Ela é resistente e pode portar armas e combater ao lado dos homens, embora seu papel mais importante seja o de servir de agente de ligação e mensageira, pois ela chama menos atenção dos soldados inimigos e pode passar mais despercebida. Além disso, ele afirma que as mulheres podem servir como cozinheiras, professoras, costureiras e enfermeiras, ‘com uma doçura infinitamente superior à de seu rude companheiro de armas’”. (WOLFF, 2007, p.30). Ver: WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, Dez. 2007.

associada ao fato de que, para muitos militares, as entidades feministas funcionavam como “órgãos de fachada” para a esquerda e partidos políticos. Mas, o que vamos demonstrar, nesse capítulo, é que, apesar da ligação com partidos políticos e outras organizações de esquerda, os feminismos foram ganhando espaço para discutir suas pautas e foram se tornando, cada vez mais, independentes, ganhando autonomia, em relação a partidos de esquerda, e conseguindo articular suas demandas junto às chamadas pautas gerais.

No Relatório⁸⁶ Especial de Informações, produzido em 1983, o relator já apontava a necessidade da observação sobre os movimentos feministas, tendo em vista seu avanço frente a movimentos de esquerda e à adesão de diversas mulheres, conforme a narrativa a seguir: “Nossa intenção, ao elaborar o presente Relatório Especial de Informações é ressaltar o crescimento e a influência do Movimento Feminista, junto à sociedade, e como pode ser ou tem sido explorado por facções ideológicas⁸⁷”. Assim, havia um controle sobre essas organizações feministas de Segunda Onda, que surgiam, no Brasil, fazendo referência a uma possível ligação às esquerdas, mas não era, apenas, nesse sentido. Os militares já se davam conta do processo de articulação e divulgação das ideias feministas no período.

Dessa forma, buscamos demonstrar, nesse capítulo, como os movimentos feministas foram vistos pelos militares, mas também, qual a forma de controle e vigilância adotada pelos órgãos de informação para manter a observação sobre essas entidades. Nosso intuito é aprofundar a investigação sobre esse tema, visto, ainda, haver poucas pesquisas sobre o tema, que abordam esse patrulhamento exercido nos coletivos feministas por parte do regime militar. Uma das questões que buscam justificar essa ausência de pesquisa é que:

Os movimentos feministas, em sua diversidade de atuações, articulações políticas e abordagens ideológicas ainda são muito pouco explorados nestas pesquisas. Entre as principais hipóteses para o exame dos movimentos por reivindicações específicas das mulheres, em meio à documentação dos órgãos de vigilância, algumas se colocam de maneira mais clara, como o fato de não ter sido o feminismo no Brasil um movimento de massas, naquele momento. (DUARTE, 2019, p.02).

Segundo Duarte (2019), o fato de o feminismo brasileiro não ser considerado um

⁸⁶ O Relatório produzido, pelo Centro de Informações do Exército, em 1983, contou com 86 exemplares que foram distribuídos nos seguintes órgãos: Gabinete do Ministro (03); Estado-Maior do Exército (03); I Exército (18); II Exército (11); III Exército (18); IV Exército (08); CMA (08); CMP/11° RM (02); CIE (11); CISA (01); CIM (01); AC/SNI (02). De acordo com o próprio relatório, o intuito era: “O presente REI tem por objetivo fornecer subsídios para estudo aos analistas, tendo em vista o aproveitamento que as OS pretendam fazer do chamado Movimento Feminista”. O Relatório conta com 66 laudas, nas quais é analisada a chegada dos feminismos no Brasil, autoras, obras de influência, circulação das ideias, formação de grupos, diferenciação em relação a outros feminismos, como o europeu e estadunidense.

⁸⁷ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

movimento de massa, pelos próprios militares, fez com que, em certa medida, não levantasse a necessidade de maior intervenção, por parte do Estado, ao mesmo tempo, observamos que, à medida que esses feminismos foram ganhando espaço, os sistemas de controle e vigilância foram intensificando sua observação, através da produção de relatórios, bem como, do detalhamento das reuniões, dos congressos e dos atos realizados por essas organizações.

No levantamento que realizamos, acerca dos relatórios, que constam no Sistema de Informação do Arquivo Nacional, há mudanças significativas, na produção e relato dos dossiês, por exemplo, o relatório sobre o I Congresso da Mulher Cearense, realizado em 1982, constam 17 páginas; o II Congresso, realizado em 1983, já são 23 páginas com anexos; sobre o III Congresso, realizado em 1984, foram produzidos dois dossiês, um com 13 e outro com 07 páginas. Mas, não estamos presas, apenas, ao número de laudas produzidas, percebemos, também, uma riqueza maior de detalhes, nos quais as pautas foram melhor apresentadas e abordadas, nos dossiês, a identificação das composições de mesas de debate, quais foram as discussões apresentadas e o que ficou decidido ao final dos Congressos.

Isso nos leva a crer que, os militares passaram a ter uma atenção maior com os feminismos, bem como, buscaram compreender esse movimento, dando importância à sua articulação e à movimentação, para além do contato com a esquerda, posto que, ao mesmo tempo em que eles acreditavam que os coletivos de mulheres eram usados como fachada pelos partidos políticos, os militares procuraram entender as ideias feministas, que chegavam ao país, quais eram as principais demandas e autoras utilizadas para referenciar a teoria feminista no Brasil.

Logo, vamos apresentar, no tópico seguinte, como os militares buscaram fazer esse mapeamento, a partir do Sistema de Informação, quais foram as primeiras impressões e como isso foi mudando, ao longo do regime, visto que já expomos, anteriormente, as mudanças feitas, em termos de detalhamento de relatórios, e a análise dos eventos promovidos pelas organizações feministas. Apresentamos um panorama nacional, mas iremos nos concentrar no controle e vigilância exercida sobre a União das Mulheres Cearenses, haja vista ser nosso objeto de pesquisa. Para isso, valemo-nos dos dossiês, produzidos pela ditadura militar, bem como, das narrativas das mulheres, que vivenciaram esse período de exceção, pois, a compreensão delas é pertinente para apreendermos qual era a perspectiva que elas tinham sobre essa vigilância. Portanto, no segundo tópico, apresentamos a ótica feminina sobre esse controle e como elas sentiam os cerceamentos do regime na atuação feminista.

3.1. O “olhar” do regime militar brasileiro sobre os movimentos feministas.

As entidades feministas, em suas reuniões, valorizam o debate como um elo de integração entre procedimentos metodológicos, já consagrados, e posturas teóricas inovadoras, onde se sobressai o desejo das mulheres em ver a implantação de uma política social igualitária⁸⁸.

O Relatório Especial de Informações-REI, produzido em 1983, traz a demonstração do cerco que os militares já impunham aos grupos feministas, desde o final da década de 1970, intensificando-se no início dos anos 1980. A abordagem inicia-se com os apontamentos feitos acerca das reuniões e como o debate era encaminhado, mas, analisamos que já havia o indicativo de compreender quais eram as demandas levantadas pelos feminismos de Segunda Onda, no período, tendo em vista a narrativa do relatório que aponta para “uma política social igualitária”. Ou seja, os responsáveis, por observar as reuniões e eventos, estavam atentos ao que era colocado como pauta e, também, o que era tencionado e, ao mesmo tempo, dialogado com as esquerdas.

“A gestação de um feminismo ‘bom para o Brasil’ só teria sentido em articulação com as lutas sociais mais amplas”. (DUARTE, 2019, p.02). De acordo com Duarte (2019), os feminismos só não seriam encarados de maneira mais divisionista e negativa pelas esquerdas, caso alinhassem suas pautas às demandas gerais, tais como: combate à ditadura militar e à luta de classes, todavia, essas chamadas “pautas gerais” deveriam ter maior ênfase em detrimento das outras.

Em 1979, os movimentos de esquerda reiniciaram o “Trabalho de Massa” junto às classes operárias. Isto coincidia com as metas populares pretendidas pela luta feminista. Surgiu a dúvida: a incidência das questões feministas sobre a classe operária seria divisionista⁸⁹?

Na observação feita, no Relatório, percebemos que os militares, também, já estavam vigilantes às questões que vinham sendo discutidas de maneira interna, pelos grupos feministas frente às esquerdas, por exemplo, a ideia de divisão da luta, o que poderia gerar o enfraquecimento do movimento. Ainda, de acordo com Duarte:

[...] as dificuldades enfrentadas pelo feminismo para sua organização e expressão num momento de repressão diante dos agentes do regime, mas especialmente os problemas em impor suas reivindicações no campo da esquerda, liderada

⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

majoritariamente por homens, tendo suas pautas sido consideradas divisionistas. (DUARTE, 2019, p.02).

Essa é uma das implicações apresentadas, pela autora, para justificar a ausência de pesquisa acerca dos feminismos, durante a ditadura militar brasileira, e o controle e vigilância exercido sobre essas organizações, por parte do regime, isso, porque, como já dispusemos anteriormente, os feminismos de Segunda Onda que ressurgiram, no país, nesse período, foram vistos, muitas vezes, como organizações de fachada, assim como, sendo utilizadas, pela esquerda, para se aproximar do movimento de mulheres. Essa visão dos militares pode estar associada ao fato de que muitas organizações de esquerda, pós 1975, costumaram enviar “mulheres militantes de partidos para os grupos de mulheres com a ‘missão’ de fazer proselitismo e conquistar pessoas para as causas que consideravam ‘realmente importante⁹⁰’”. Ou seja, não significa que os coletivos feministas funcionassem enquanto fachadas, para os partidos de esquerda, mas que havia uma tentativa, por parte da militância partidária, em “cooptar” as feministas com o intuito de fortalecer as lutas gerais. Com a criação do Centro da Mulher Brasileira⁹¹-RJ, algumas divergências foram apontadas, conforme Goldberg:

As divergências que apareceram nessa primeira fase do CMB, desde a própria decisão de sua fundação, que repousavam aparentemente em questões de estrutura, forma e denominação, indicam a presença de três orientações ideológicas: um feminismo radical, um feminismo liberal e um marxismo ortodoxo. (1987, p.110).

Essas divergências internas estavam associadas, também, ao modo pelo qual a entidade buscava se estruturar e os conflitos que surgiram, com essas três orientações ideológicas, que disputaram o espaço da organização. No caso da corrente ligada ao marxismo ortodoxo, o “movimento de mulheres constitui o setor do partido revolucionário de vanguarda responsável pela conscientização das mulheres com respeito à emancipação pelo trabalho e a exploração capitalista⁹²”. Essa corrente vinculada ao Partido Revolucionário, disputava, dentro do CMB, o espaço de construção, em mais uma demonstração de que os partidos buscavam trazer as feministas para a luta geral, abdicando das pautas feministas. Ainda, de acordo com Goldberg: “marxistas ortodoxas buscaram intervir ideologicamente e transformar o feminismo nascente num movimento de mulheres desde o começo”. (1987, p.117). A

⁹⁰ PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 252.

⁹¹ “Considerada a primeira entidade feminista nesse período, criada em 1975. A partir de então, teria ocorrido o aparecimento de outros espaços de união e movimento feminista em outros lugares do Brasil”. (PEDRO, 2006, p.250).

⁹² GOLDBERG. (1987, p.117).

tentativa de transformar o movimento feminista, em uma célula do partido, foi uma prática adotada, nas décadas de 1970-1980, tendo em vista o crescimento/fortalecimento dos feminismos de “Segunda Onda”.

Isso, portanto, não passou despercebido aos órgãos de controle e vigilância do Estado, que souberam perceber essas nuances e avaliar, na feitura dos relatórios, as dissidências e discordâncias, que aconteceram, nesse período, entre a esquerda e os feminismos. “O MR-8⁹³ não aceita que as feministas participem dessas organizações autônomas... Isso, para o MR-8, representaria no final, o enfraquecimento da luta da mulher por seus direitos⁹⁴”. Na relatoria, observamos que, ao acompanhar as reuniões e discussões das organizações da esquerda, os agentes estavam atentos ao que era debatido, também, sobre os feminismos e identificavam as divergências que havia entre militantes partidários e as feministas. Na assertiva acima, analisamos que as organizações de esquerda eram vigiadas, mas também, identificadas, no sentido de seu posicionamento, em relação ao fortalecimento das entidades feministas no período.

Através dessa vigilância, em torno dos feminismos, ao mesmo tempo em que eram produzidas, nos relatórios, essas insatisfações, analisamos que esses movimentos não eram vistos de forma tão sem importância, pelos militares, como se acreditou, por muito tempo, tendo em vista que, além de produzir dossiês específicos, sobre as organizações feministas, os militares, também, apontavam as dissidências nos partidos, conforme observamos nas fontes e na análise dos relatórios/dossiês utilizados nessa pesquisa. Partimos, portanto, para entender que, mesmo com o cerceamento e compreendendo que, naquele período, os agentes do Estado realizavam a vigilância de praticamente qualquer atividade considerada “suspeita”, o movimento de mulheres e o movimento feminista não estiveram isentos disso, contrariando determinados estereótipos que havia em relação à organização feminina.

⁹³ “Nome adotado sucessivamente por dois grupos revolucionários que pretendiam derrubar, através da luta armada, o regime militar instaurado no Brasil em abril de 1964. O dia 8 de outubro corresponde à data da morte de Ernesto “Che” Guevara, líder da Revolução Cubana assassinado na Bolívia em 1967 quando preparava núcleos guerrilheiros para dar início à revolução socialista nesse país. O primeiro MR-8, formado por dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no estado do Rio de Janeiro, atuou no centro-oeste do Paraná e foi praticamente dizimado pela polícia em agosto de 1969. O segundo MR-8, criado nesse ano também por antigos membros do PCB, integrantes da chamada Dissidência da Guanabara, persiste até os dias atuais”. (CPDOC, FGV). Ver mais: *A Arma da Crítica e a Crítica das Armas: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI/GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)*. Higor Codarin Nascimento. Campinas, SP [s.n.], 2018. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

Durante o surgimento e atuação do Movimento Feminino pela Anistia⁹⁵, esses estereótipos foram reforçados, tendo em vista que o MFPA encontrou maior liberdade de ação, em detrimento a outras organizações de esquerda e/ou de cunho político, “as mulheres instrumentalizaram o gênero a seu favor, uma vez que os homens enfrentam situação de vulnerabilidade maior diante da repressão⁹⁶”. A experiência com o Movimento Feminino pela Anistia fez com que muitos acreditassem que as organizações de mulheres ou majoritariamente de mulheres não eram alvo dos militares e eram vistas de forma menosprezada. Todavia, observamos que, ao mesmo tempo em que certas características eram reforçadas, tanto nesses movimentos, como o MFPA, quanto pelos militares, havia, também, a análise dessas organizações, principalmente, após a percepção de que, embora não fosse um movimento de massa, as entidades de mulheres e feministas ganhavam espaço na militância.

Não temos o intento de afirmar que mulheres não foram perseguidas, durante a ditadura militar brasileira. A historiografia aponta que o cerceamento às liberdades individuais e coletivas foi exposto a diferentes sujeitos, pois, “as militantes de esquerda, assim como os companheiros, foram presas, torturadas, tiveram filhos sequestrados, foram mortas e alvos preferenciais de violência sexual⁹⁷”. O que pontuamos, nessa pesquisa, é que os reforços de gênero, enquanto estereótipos e papéis sociais, foram ressaltados, no período, tanto pelos militares quanto pelas esquerdas. Mas, acima de tudo, nesse sistema repressor, as mulheres enfrentaram a perseguição por sua militância, bem como, os rótulos associados ao “ser mulher” no período. Não era esperado, portanto, que as mulheres se organizassem, principalmente, de forma autônoma, essa visão era partilhada tanto por agentes do Estado quanto por militantes da esquerda.

Não é surpresa, então, compreendermos “a utilização de tutela como forma de definir a ação política do MFPA faz pensar a não aceitação dos órgãos de informação e repressão do movimento desenvolvido de forma independente pelas mulheres⁹⁸”. Observamos que não era esperado, ou melhor, tinha-se a expectativa de que as mulheres não se

⁹⁵ “A primeira ação do Movimento foi a elaboração de manifesto em defesa da anistia. O breve texto traz a concepção de luta pelo MFPA, que pretendia: ‘a pacificação da família brasileira, indispensável para a recomposição do pacto social’”. (DUARTE. 2012, p.60-61). Esse manifesto, segundo Duarte (2012), foi a “espinha dorsal” do MFPA. Distribuído para vários estados com o intuito de aderir mulheres ao movimento. As estratégias usadas de “pacto social” buscavam fugir da repressão da ditadura militar.

⁹⁶ DUARTE, 2012, p.39.

⁹⁷ Idem, p.40.

⁹⁸ DUARTE, 2012, p.71.

organizassem sozinhas e que, quando isso acontecesse, teoricamente, o movimento estava sendo utilizado, pelas esquerdas, como “cortina de fumaça”. Como demonstra o documento produzido, em 1982, pelo Serviço Nacional de Informação-SNI,

O movimento feminino na área vem recebendo apoio de diversos setores de atividades, cujos componentes estão ligados a movimentos de pressão e facções de esquerda (PCB e PC do B), proporcionando, assim, a disseminação de propagandas sistemáticas e insidiosas, adversas ao governo e ao regime⁹⁹.

Ou seja, mesmo quando esses movimentos não eram vistos enquanto fachada, eles eram colocados como espaços aptos a receber o apoio das esquerdas e esse vinha associado a um possível agenciamento pelos partidos políticos que estavam na clandestinidade. Para os militares, essa aproximação, entre “movimento feminino” e partidos de esquerda, gerava uma tensão, pois, esses últimos, corroboravam, nas entidades de mulheres, uma propaganda negativa do regime militar. Isso reitera a ideia de que as mulheres, em certa medida, eram vistas de forma manipulável pelos militares, mas também, por muitos militantes. E as mulheres, de algum modo, aproveitaram-se desses modelos, que eram reforçados, para assegurar proteção dos seus respectivos movimentos, mas também, conseguir executar as ações que eram planejadas pelas instituições feministas. Era desse modo que as entidades, a exemplo da UMC, conseguiam realizar suas atividades, como Congressos, reuniões e outros eventos,

Nos dias 13 e 14 MAR 82, realizou-se em FORTALEZA/CE, no Colégio Oliveira Paiva, de propriedade do vereador JOSE MARIA BARROS DE PINHO (PMDB/CE), o I CONGRESSO DAS MULHERES CEARENSES", com participação de cerca de 200 (duzentas) mulheres. O programa constou de 4(quatro) temas: "Mulher, Família e Sexo"; "Mulher e Comunidade"; "Mulher e Sociedade"; "Mulher e Trabalho", distribuídos a igual número de grupos, constando cada um de 30(trinta) mulheres, que discutiram questões relacionadas com os temas¹⁰⁰.

O I Congresso da Mulher Cearense, promovido pela União das Mulheres Cearenses, em março de 1982, foi monitorado pelos militares e, a partir dessa vigilância, foi produzido um relatório sobre o evento, todavia, em nenhum momento, o Congresso foi ameaçado com a premissa de não acontecer. Ele foi controlado, vigiado por agentes do Estado, mas não interrompido. Nesse período, início da década de 1980, a ditadura militar já dava sinais evidentes de desgaste, tanto entre os próprios militares, mas também, na

⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

¹⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

população civil, que havia sido conivente¹⁰¹ com o golpe em 1964. Mas, apesar do desgaste da Lei da Anistia, em 1979, os generais permaneciam no poder, exercendo as funções presidenciais, o controle continuava sobre diferentes órgãos. As atividades e eventos, tais como: o Congresso da Mulher Cearense continuava a ser vigiado, mas não era impedido de acontecer.

Partimos, então, para pensar que, mesmo com todas essas questões pontuadas anteriormente, um evento promovido por uma organização feminista, que contava, majoritariamente, com mulheres, ainda, era visto de forma menos ofensiva e perigosa pelos militares. Os agentes de segurança analisavam que a sistematização, em grupo por parte das mulheres, era muito mais uma questão de manutenção de determinados “privilégios” ou “status”, despersonalizando o movimento político feminista, quando afirmavam que,

[...] existem grupos de mulheres que labutam pelas causas feministas, sem qualquer elo obrigatório com entidades políticas. Esses grupos tentam influenciar uma mudança, que dizem necessária, á situação de mulher. Suas bases estão localadas junto às massas femininas, tentando preservar o atual "status quo" da mulher¹⁰².

No Relatório, produzido pelos militares, sobre os feminismos, no Brasil, observamos que eles trazem a perspectiva de mudança cultural e social para a mulher, na sociedade, mas reiteram o fato de que essas mulheres não tinham, necessariamente, um elo com “entidades políticas”, descaracterizando o movimento feminista como um movimento de ação política. Ou seja, as mulheres só estavam “fazendo política” se estivessem vinculadas a algum partido de esquerda, o qual era comandado, predominantemente, por homens. Além disso, a premissa dos militares, em relação à ascensão feminina na sociedade, ao fazer referência ao “status quo da mulher”, significando que as feministas buscavam a manutenção de determinados “privilégios”, que manteriam esse pretense “status”. Ao mesmo tempo, a intenção de compreender o surgimento e o desenrolar dos feminismos brasileiros, por parte dos militares, talvez, com o intuito de preservar-se, diante do avanço do movimento, mais ainda, manter sobre o controle todas as atividades que eram vistas de forma “subversiva”.

Essa ideia da “subversão” era utilizada como justificativa para diferentes setores militares, que buscavam legitimar suas ações, utilizando-se desse argumento para espionar, perseguir, prender e torturar todos aqueles que fossem considerados “perigosos” para o

¹⁰¹ CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, set. 2009. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1546/1008>>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

¹⁰² ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

governo, esse ideário foi utilizado de maneira a representar quase uma fábula, na qual os militantes da esquerda eram apresentados de maneira vil e grotesca, portanto, deveriam ser combatidos e ficava a “moral” da história, que era não se envolver com organizações clandestinas, pois, poderia acontecer de tornar-se, também, um “comunista”, palavra associada sempre com desprezo pelos militares e por vários setores da sociedade civil. “Vilões e traidores paradigmáticos foram construídos – como costuma ocorrer em toda narrativa consolidadora de uma certa memória¹⁰³”. Dessa forma, a tentativa era vigiar, conseguir informações, que pudessem ser utilizadas para desqualificar os militantes da esquerda, e, ao mesmo tempo, criar um imaginário social, no qual esses sujeitos seriam vistos, pela sociedade civil, como “inimigos” do país.

Isso aconteceu, também, com as mulheres que militaram, tendo em vista que os rótulos fizeram-se presentes na construção de uma imagem da “mulher militante”. Ou seja, associada a um desvio de conduta e ameaça à moralidade e aos costumes, comprometendo o lar e a família, visto que, apesar das mudanças significativas, nas décadas de 1950-1960, devido ao processo de urbanização, a ocupação das mulheres em novos espaços públicos, tais como: Universidade e mercado de trabalho, ainda, era vigente o reforço de determinados rótulos associados à conduta feminina.

Apesar da modernização da sociedade brasileira, intensificada nas décadas de 1960 e 1970, pelas mudanças com a entrada maciça de mulheres de classe média no mercado de trabalho, e a disseminação da pílula anticoncepcional, as transformações da família tradicional foram acontecendo de maneira lenta e conflituosa com valores modernos e arcaicos se confrontando a todo instante. (DUARTE, 2012, p.56-57).

A dialética, exposta entre as mudanças e permanências de certos papéis sociais relacionados às mulheres, demonstra que exercer a militância feminista, bem como em organizações de esquerda, foi um desafio constante, visto que os valores morais foram reproduzidos por militares, mas também, por companheiros de partido e militância. A premissa de esperar uma determinada conduta reforçou, muitas vezes, as hierarquias do gênero nas relações¹⁰⁴ entre as esquerdas, mas esteve presente, também, na forma com que os militares visualizavam as militantes femininas. A própria forma pela qual a ditadura percebia e identificava, por exemplo, o movimento estudantil, mas também os estudantes, como um todo, faz referência à construção de inúmeros estereótipos, que cercavam o imaginário dos militares em relação à prática “subversiva”.

¹⁰³ FICO, 2001, p.137.

¹⁰⁴ WOLFF, Cristina Scheibe. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, Dez. 2007.

Os estudantes eram muitíssimo visados pelos órgãos de informações do regime militar. Ao aspecto político da atuação oposicionista do movimento estudantil, juntava-se a dimensão moral da ‘educação dos jovens’, tidos como vulneráveis a quaisquer doutrinações a que fossem expostos. Assim, a comunidade de informações via nas transformações comportamentais típicas dos anos 1960/1970 – referidas à sexualidade e às drogas, por exemplo – a confirmação do que supunha ser uma intenção deliberada de degeneração de supostos valores morais. (FICO, 2001, p.187).

A ditadura observava os estudantes caracterizando-os de forma “subversiva” e associando às mudanças comportamentais da época, conforme pontuamos ao nos referirmos às alterações colocadas pelas mulheres, em relação ao mercado de trabalho, entrada nas universidades e as próprias modificações que ocorreram nas relações de gênero, consequência, também, dos avanços dos feminismos nesse período. A maneira dos militares relacionar os jovens a questões de sexualidade e uso de drogas, por exemplo, demonstra a pretensa ideia de manter uma ordem e controle sobre condutas “desejadas” pelo regime. E, ao mesmo tempo, essa vinculação era utilizada com o intuito de desqualificar o movimento estudantil, os estudantes, no geral, criando rótulos na tentativa de deturpar a imagem de resistência frente à ditadura.

Durante a realização do I Congresso da Mulher Cearense¹⁰⁵, ocorreu uma marcha, pelas ruas de Fortaleza-CE, o evento foi todo acompanhado por agentes do Estado, e as falas, feitas pelas militantes, foram vigiadas, “alguns manifestantes usaram da palavra, destacando-se a estudante de letras da Universidade Federal do Ceará (UFC), MARIA DE FÁTIMA CHAGAS CARVALHO – ‘FATINHA’, em cuja alocução disse: ‘Já está na hora de mudar este regime que está aí’”¹⁰⁶[...]. O destaque feito, pelos militares, foi muito mais no fato de Fátima Carvalho ser estudante de Letras da UFC, que ser uma militante da União das Mulheres Cearenses. Isso pode nos dizer que havia uma construção, em torno dos estudantes, muito mais forte que em relação ao movimento feminista, apontando o movimento estudantil como algo mais preocupante e mais propenso a torna-se “inimigo” do regime. De acordo com Gorender:

Politizado no sentido da esquerda, o movimento estudantil não podia deixar de ser um dos alvos preferenciais da repressão ditatorial [...]. As invasões policiais nos recintos universitários se tornaram fato corriqueiro e deram lugar a agressões brutais, como a de 23 de setembro de 1966 – o Massacre da Praia Vermelha. (1998, p.138).

¹⁰⁵ O I Congresso da Mulher Cearense ocorreu nos dias 13 e 14 de março de 1982, no Colégio Oliveira Paiva, em Fortaleza-CE.

¹⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

Para os militares, os estudantes eram visualizados de forma dúbia, muito semelhante ao que ocorria com a organização de mulheres, ora eram vistos como manipuláveis pelas esquerdas, ora como uma potente força organizativa. “Se, em alguns momentos, os jovens e estudantes eram entendidos como passíveis de serem manobrados, em outros eram vistos como capazes de elaborar estratégias sofisticadas, com o fim de engrossar as fileiras das organizações clandestinas” (FICO, 2001, p.189). Desse modo, a atenção dada a esses movimentos de jovens e estudantes foi bem eficaz e realizada pelos órgãos de informação, pois, como já mencionamos, havia duas formas de cooptação de informações, uma delas era a de investigação, que consistia em obter o maior número de dados possíveis, a outra era a contrainformação, que objetivava barrar os informes trocados entre os militantes de esquerda.

Essa forma de contrainformação foi relevante para os militares, porque eles conseguiam desarticular diferentes ações, promovidas por grupos da oposição, tais como: as realizadas pelo movimento estudantil. Diferente do que ocorreu em Ibiúna, em 1968, durante o Congresso da União Nacional dos Estudantes, em que vários estudantes foram presos e o Congresso foi interrompido, pelos militares, os Congressos promovidos pela União das Mulheres Cearenses aconteceram de maneira corriqueira, sem muitos transtornos por causa de intervenção militar.

Isso pode indicar que havia, sim, uma preocupação com as organizações feministas, tendo em vista que os Congressos eram vigiados, mas a dinâmica da ditadura militar havia passado por alterações, posto que, nos anos 1980, nenhum dos Congressos realizados pela UMC foi proibido de ser feito. É notório que falamos de um processo de reabertura política e entendemos que houve o enfraquecimento e a desestabilização dos órgãos de informação, bem como da ditadura militar brasileira.

“Desde meados do governo Geisel, portanto, a conjuntura econômica, social e política tornou desacreditado o discurso das comunidades de segurança e de informações” (FICO, 2001, p.218). Assim, o fôlego desses órgãos não era mais o mesmo e ficava, cada vez mais, difícil a manutenção desses aparelhos de informação e a ditadura via a dificuldade de permanecer financiando tamanho aparato de informes. Ou seja, não eram, apenas, essas agências de informação que enfraqueciam, mas também, o próprio regime militar, que dava sinais de esgotamento e via mais perto o processo de redemocratização.

Todavia, é necessário destacar que esse declínio não aconteceu de forma branda, as esquerdas e demais movimentos de oposição sentiram o reflexo dessa derrocada. “Quando

se viram em fase decadente, lançaram mão de tópica tradicional de fundo ético-moral (a família fragilizada, os valores degenerados)”. (FICO, 2001, p.218). A tentativa desses órgãos era demonstrar sua relevância, como eles haviam sido importantes no combate a esses “inimigos”, “vilões” e “traidores” da pátria. Ademais, era uma investida na busca de amenizar os erros cometidos pela estrutura de informações e, ao mesmo tempo, inculcar uma memória que fizesse jus ao “heroísmo” exercido pelos militares e agentes que compunham esses órgãos. A construção dessa memória, assim como de uma identidade “subversiva”, diz-nos da pretensão dos militares ao criar o Sistema Nacional de Informações e sistematizar diferentes estruturas de vigilância. O intuito era ter respaldo, mas também, e, provavelmente, justificar ações realizadas por agentes do Estado, tais como: prisões, torturas e assassinatos.

“Havia uma predisposição das Forças Armadas em lançar mão de todos os instrumentos disponíveis – entre os quais a tortura – para assegurar o que consideravam a ‘segurança interna’ do país”. (JOFFILY, 2008, p.37). Essa era uma das maneiras de ação exercida pelos militares, obter informações, manter o controle e a vigilância sobre os movimentos de oposição e, ao mesmo tempo, utilizar-se de técnicas, como a tortura, com o fim de sustentar a ideia de “segurança” e “estabilidade” trazida pelos militares, a partir de 1964. Toda essa forma de se estruturar, ajuda-nos a compreender a maneira pela qual a ditadura esteve “presente” de forma tão eficaz, em diversas ações de vigilância, e estabeleceu um verdadeiro mecanismo de controle, que deu conta de observar as mais variadas organizações e eventos, desde Congressos até reuniões menores, com a presença de poucas pessoas.

No dia 04 Jan 84, as 1900 horas, realizou-se no CENTRO POPULAR DA MULHER (CPM), Rua Solon Pinheiro, 360, FORTALEZA/CE, uma reunião com a participação de 20 mulheres aproximadamente, para debater o tema: "A VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA A MULHER, SOB TODOS ASPECTOS"¹⁰⁷.

Observamos que os agentes de segurança não estavam infiltrados, apenas, em grandes eventos, tais como Congressos, que contavam com a participação de centenas de pessoas, mas também, em ambientes de menor porte, reuniões com poucos integrantes. Isso faz com que pensemos, também, em quem eram os responsáveis por produzir esses relatórios de informação, tendo em vista tratar-se de um pequeno grupo, no qual um sujeito externo seria facilmente identificável. Tendo em vista que os agentes do SNI eram:

¹⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 39673/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

Tais homens e mulheres provinham de órgãos variados (Marinha, Exército, Aeronáutica, Polícia Federal e polícias civis e militares), possuíam formações diversas, níveis culturais distintos e, assim, careciam de uma formação comum que, por isso mesmo, era reclamada pelos dirigentes. (FICO. 2001, p.129).

O fato de esses agentes serem designados desses órgãos, os mais variados possíveis, nos faz questionar se eram eles que acompanhavam as reuniões de menor porte, posto que, em um grupo com poucas mulheres, seria mais fácil a identificação deles. Desse modo, quais eram as estratégias usadas para conseguir informações das mulheres que militavam nas organizações? Havia um “recrutamento” de possíveis “colaboradoras” ao regime militar? Nas fontes analisadas e nas entrevistas coletadas, não encontramos nenhuma referência a uma possível “traição” das militantes, mas, sabemos que, em um período de exceção como a ditadura militar, utilizar-se de instrumentos, tais como: tortura, ameaças e perseguições eram práticas comuns, que tinham por intuito conseguir informações sobre os movimentos de esquerda. Segundo Joffily: “Havia uma predisposição das Forças Armadas em lançar mão de todos os instrumentos disponíveis – entre os quais a tortura – para assegurar o que consideravam a “segurança interna” do país”. (2008, p.37). Os agentes do SNI poderiam estar infiltrados nessas organizações, mas havia a possibilidade de ter membros ligados a própria organização que repassavam as informações para os agentes, por razões várias, as quais apresentamos.

Em um relatório, produzido acerca do Centro Popular da Mulher¹⁰⁸, houve uma reunião que contava com aproximadamente 20 mulheres. Como era um grupo bastante pequeno, é provável que fosse alguém que não era estranho ao grupo e que já tinha hábito de acompanhar outras reuniões, que pudesse, talvez, ser conhecida por algumas mulheres da organização. Alguém suspeito seria impedida de participar, além disso, nossa hipótese é que, provavelmente, tratava-se de uma mulher para poder circular com maior tranquilidade pelo grupo. Episódios de agentes identificadas já havia ocorrido. Como relembra a ex-militante da UMC e do Grupo 4 de Janeiro, Verônica Guedes: “no dia lá do lançamento da União das Mulheres Cearenses, no processo de reunião, votação, aquela assembleia, aí se descobriu que tinha uma mulher lá que era infiltrada, que era da polícia e a mulherada botou ela pra fora debaixo de grito¹⁰⁹”. Quando uma agente do SNI era identificada, pelas militantes, não se permitia que ela continuasse presente nos eventos, reuniões, assembleias. As responsáveis por

¹⁰⁸ O Centro Popular da Mulher foi criado, em 1982, vinculado à ala mais oficial do PC do B. Abordaremos com mais ênfase essa entidade no terceiro capítulo.

¹⁰⁹ GUEDES, Verônica. Entrevista realizada dia 28 de agosto de 2018/Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

coletar informações ou já haviam conquistado a confiança do grupo para não levantar suspeitas ou integravam a organização de algum modo?

A reunião do CPM (a qual contava com cerca de 20 mulheres) foi vigiada até o final, assim como, foram sistematizadas, em relatório, as pautas de discussão, os encaminhamentos e, ainda, o anexo do panfleto que foi distribuído, em Fortaleza-CE, fazendo referência à autonomia da entidade e à proposta de luta que a mesma tinha. “Durante os debates, foram enfatizados os seguintes assuntos: ‘Impunidade dos crimes praticados contra a mulher’; ‘desemprego e discriminação salarial’; ‘Lei Fleury’; ‘estupros e mortes¹¹⁰’”. Por ser uma reunião mais fechada, com a participação reduzida de mulheres, as discussões tiveram um cunho mais específico, abordando temas tais como: violência, desigualdade salarial e assassinatos, ao mesmo tempo, percebemos o diálogo com demandas mais gerais, mas, tendo como bandeira principal a questão da violência contra a mulher, ponto, também, destacado pela União das Mulheres Cearenses em suas reuniões.

Outra questão que destacamos é o próprio fato de que essa reunião estava sendo vigiada, porque se tratava de um grupo pequeno, no qual as demandas foram discutidas, quase em um teor de grupo de estudo, sem adesão de tantas mulheres, mas, de toda forma, foi uma reunião monitorada e feita relatoria dela. Isso corrobora com nossa prerrogativa de que os feminismos não foram vistos sem relevância pelos militares e que eles não se propagaram e as mulheres não circularam ilesas ao regime militar.

O intuito dos órgãos de informação era monitorar tudo e todos, qualquer atividade suspeita, mas, demandar agentes a uma reunião de pequeno porte e produzir relatórios sobre tal demonstra que é bem possível que os feminismos levantassem, sim, a preocupação da ditadura militar e, mais ainda, que eles estavam dispostos a aprofundar o conhecimento acerca do movimento e das integrantes dos grupos feministas, tendo em vista que as mulheres, pelo menos, as que eram consideradas lideranças, eram sempre identificadas e apontadas nos relatórios. Algumas delas figuram na lista de nossas entrevistadas, a saber: Maria Luíza Menezes Fontenele, Maria Verônica da Silva Guedes e Maria de Fátima Chagas Carvalho. Nessa reunião, específica do CPM, nove mulheres foram identificadas, no relatório, isso, também, nos diz que, apesar de tratar-se de alguém que não levantava suspeita, o/a responsável por vigiar e produzir o dossiê não conhecia todas as participantes, tendo em vista que foi constatado o equivalente a metade do grupo que compunha a reunião.

O controle e a vigilância sob esses órgãos ocorriam e, mais ainda, eram

¹¹⁰ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 39673/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

identificados, também, fatores internos referentes a essas organizações, tais como: divisionismo e “rachas” nas entidades. Durante a realização do Congresso, as entidades, responsáveis pelo evento, já denotavam as cisões que ocorriam, assim como, as desavenças e que isso era observado e analisado pelos agentes de segurança. É importante destacarmos esse ponto, porque exprime o fato de que a ditadura vigiava não, apenas, por vigiar, mas havia toda uma estrutura responsável por compreender e avaliar o que era posto pelas organizações de oposição, então, não era um trabalho feito de forma amadora nem despreziosa. Os militares exploravam essas “brechas” e utilizavam-se disso a favor do regime. Ao mesmo tempo, é relevante percebermos essas questões de divergências, já que nos ajuda a compreender e, ao mesmo tempo, dimensionar a pluralidade dos feminismos de Segunda Onda, tendo em vista o surgimento de diferentes organizações e como cada uma delas dialogou com as pautas abordadas pelos feminismos do período.

Compreender os feminismos de Segunda Onda foi uma demanda militar, que se preocupou em vigiar e controlar as entidades, mas também, de entender o que significava esse movimento que ressurgia, no Brasil, quais eram as demandas, pautas, quem eram as teóricas e o que isso poderia acarretar para o regime.

[...] a escritora ROSE MARIE MURARO¹¹¹, feminista militante do Centro da Mulher Brasileira, ligada ao PCB em Jan 83, lançou o livro “SEXUALIDADE DA MULHER BRASILEIRA¹¹²”, que já se encontra em sua 4-edição. Trata-se de pesquisa sobre o comportamento da mulher, realizada na Cidade do RIO DE JANEIRO, no sertão de PERNAMBUCO, e na periferia de SAO PAULO¹¹³.

No Relatório Especial de Informações¹¹⁴, produzido sobre os feminismos brasileiros, observamos o destaque dado à escritora Rose Marie Muraro e ao livro da mesma, o fato de os militares ressaltarem que já constava na 4º edição e a análise atribuída ao assunto

¹¹¹ “A jornalista, escritora e psicanalista carioca Rose Marie Muraro teve seus passos minuciosamente registrados por órgãos de vigilância desde pelo menos 1968, por participação em reuniões com movimentos sociais. A recepção à Betty Friedan no Brasil, para o lançamento de seu livro *Mística Feminina*, pela Vozes, onde era editora, em 1971 é registrada, assim como suas ligações com a organização do I Conselho Nacional de Mulheres, em 1972”. (DUARTE, 2019, p.13).

¹¹² “No início da década de 1980, Rose realiza e publica o que concebemos como seu mais audacioso projeto “A Sexualidade da Mulher Brasileira: corpo e classe social no Brasil”. Financiada pela Fundação Rockfeller, a pesquisa situa-se num contexto em que, não apenas temia-se a explosão demográfica mundial, como ainda, percebia-se que a mesma decorreria da pobreza que permeava os países de capitalismo periférico e tardio como o Brasil. [...] O livro teve imensa repercussão no país, transformando-se logo num sucesso editorial. Vendeu cinco mil exemplares em três dias, chegando a vinte mil no final de 1984”. (PINHEIRO, 2015, p.4-5).

¹¹³ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

¹¹⁴ Produzido pelo Centro de Informações do Exército-CIE. Agência Central em Brasília-DF.

do livro, que trazia a discussão sobre o comportamento feminino em três diferentes estados, mostra, mais uma vez, a atenção dada ao movimento feminista, a preocupação com a divulgação e a propagação das ideias desse movimento. A dinâmica militar de mapear os registros e acompanhar de perto o que era pontuado e a busca por compreender, também, quais eram as principais influências dos feminismos brasileiros. Além disso, os militares realizaram, no seu mapeamento, acerca dos feminismos, características que diferenciavam de outros movimentos feministas no exterior.

A atual conceituação das entidades feministas difere, em muito, das idéias e slogans apregoados pelo “WOMEN'S LIB¹¹⁵”, da década de 1960, tendo à testa a americana BETTY FRIEDAN¹¹⁶. Contando com a simpatia de feministas oriundas de classes privilegiadas, tal movimento procurava culpar o homem pela posição secundária vivida pelas mulheres, admitindo uma campanha de rejeição aos “machos”, greve de sexo, ou queima de sutiãs¹¹⁷.

O objetivo, na análise, era diferenciar os feminismos brasileiros, por exemplo, dos movimentos que havia ocorrido nos Estados Unidos, que, segundo os militares, possuía um cunho mais radical, com uma campanha de “rejeição aos machos”, “queima de sutiãs”. Dessa forma, o intento era discorrer sobre os feminismos brasileiros, mas, apontando como um movimento de cunho menos radical, que reivindicava pautas distintas das estadunidenses, e, ao mesmo tempo, utilizado pelas esquerdas com finalidades político-partidárias.

As feministas brasileiras revêem conceitos e formas de lutas e, hoje, abandonam posições tidas como radicais pelas adeptas do movimento, da década de 60, que culpavam o comportamento do homem pela situação marginalizada e de subalternidade a que estariam sendo submetidas, no âmbito da sociedade¹¹⁸.

Os militares construíram um ideário, uma análise do que eles acreditam ser as feministas brasileiras e suas pautas de discussões. Havia um controle e uma vigilância sobre

¹¹⁵ Foi em fins dos anos 60, a partir da experiência dos grupos de conscientização feministas criados como parte do *Women's Liberation Movement*, nos Estados Unidos, que se forjou a expressão: ‘o pessoal é político’. Esses grupos reuniram, originalmente, mulheres ativistas, a maioria de inclinação socialista e autoidentificadas como ‘radicais’, para discutir questões pertinentes ao “ser mulher” na sociedade americana. (SARDENBERG, 2018, p.16).

¹¹⁶ Betty Naomi Goldstein, ou Betty Friedan, foi autora de um dos livros que deu fôlego para o surgimento dos feminismos de Segunda Onda. *A Mística Feminina*, lançado em 1963, “se tornou *best seller* nos Estados Unidos, mesmo tendo sido rejeitado, no começo, pela imprensa, discutia a crise de identidade feminina, analisando minuciosamente a construção da imagem da mulher como dona de casa perfeita, mãe e esposa. Tornou-se um dos principais desencadeadores da chamada segunda onda feminista que varreu o Ocidente”. (DUARTE, 2006, p.287).

¹¹⁷ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

¹¹⁸ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

as entidades que se organizavam, no país, principalmente, após 1975, mas, ao mesmo tempo, observamos que a tentativa era discorrer sobre um feminismo brasileiro que não representasse ameaça ao regime militar, afinal de contas, as brasileiras “abandonam posições tidas como radicais”.

Assim, os feminismos não representavam um “movimento de massa”, tampouco um “movimento radical”, que pudesse ser visto de maneira danosa. Essa visão foi atribuída em um dos relatórios produzidos. Todavia, compreendemos que, por diversas vezes, a ditadura preocupou-se com a organização das mulheres e manteve sob vigilância esses órgãos, tendo atenção à movimentação realizada pelas feministas, às suas atividades, à realização de Congressos, eventos, à participação em greves e reunião de sindicatos, enfim, manteve sob vigília o fluxo das entidades feministas do período. Isso demonstra certa contradição, em relação aos próprios órgãos de Segurança Nacional, posto que, ora os feminismos eram vistos de maneira irrisória, ora eram vigiados e conservado sob o controle da estrutura de informação.

O movimento feminista brasileiro foi alvo de vigilância por parte do regime autoritário instalado em 1964, assim como outros movimentos sociais e organizações políticas. A documentação produzida por órgãos de informação sobre esse tema, especialmente a partir de meados dos anos de 1970, ainda é pouco explorada pela pesquisa histórica brasileira, mas traz importantes elementos para pensar tanto a própria dinâmica dos grupos espalhados por todo o território brasileiro como as representações construídas sobre a organização de mulheres pelos órgãos de repressão. (DUARTE, 2019, p.15).

Isso nos diz que, apesar das contradições e das colocações, tidas como irrelevantes em relação aos feminismos, a ditadura estabeleceu a vigilância sobre essas entidades e produziu informações acerca delas, mais ainda, buscou sistematizar e mapear as entidades, a sua relação com partidos políticos e o seu engajamento no combate ao regime militar. Estabelecer, portanto, uma produção documental, sobre a realização de eventos, a participação das mulheres em Congressos, greves e outras atividades, tidas como “suspeitas”, demonstra uma preocupação, ou no mínimo, uma precaução com a sistematização dos feminismos no país. Por conta disso, foi comum os agentes do SNI acompanharem eventos, reuniões e congressos,

Teve lugar nos dias 06, 07 e 08 Abr 84, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do CEARA (UFC), o III CONGRESSO DA MULHER CEARENSE, uma promoção da UNIAO DAS MULHERES CEARENSES (UMC), entidade criada e dirigida pelo Partido Revolucionário Comunista/CE¹¹⁹. (ACE 42610/84, p.02).

¹¹⁹ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 42610/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

Havia uma cautela, em relação a essas entidades, posto que a fiscalização era efetuada pelos agentes, os quais identificavam as organizações, mas também, buscavam vincular a outros comandos, tais como o supracitado relatório, o qual associava a UMC ao Partido Revolucionário Comunista. Ao mesmo tempo, essa questão reitera o que já vínhamos discutindo, ao longo desse capítulo, que é o fato da ligação dos movimentos feministas com outras organizações da esquerda e como isso era encarado pelos militares. Pois, por mais que essas entidades estivessem alinhadas a partidos políticos, elas exerciam sua autonomia frente à sua forma de organização e discussão das pautas.

Foi essa mesma autonomia que causou divergências, entre diferentes entidades feministas, ao longo das décadas de 1970 e 1980, porque as diversas organizações buscavam se consolidar, enquanto órgãos feministas, e cada uma trazia sua perspectiva de abordagem dos feminismos de Segunda Onda, o que ocasionou algumas dissidências. Todavia, discorreremos melhor sobre esses conflitos no 3º capítulo. Mas, já pontuamos essas questões, compreendendo a pluralidade do movimento e percebendo que o mesmo não era uma simples “massa de manobra” para alguns partidos políticos da esquerda.

Além disso, outro fator observado, pelos militares, para além das discordâncias, eram as pautas abordadas nas reuniões desses grupos feministas. Havia uma preocupação em discorrer acerca das pautas, mas também, do que ficava acordado entre os membros. Por exemplo, durante o III Congresso da Mulher Cearense, ocorrido entre os dias 06, 07 e 08 de abril de 1984, os agentes de segurança fizeram-se presentes e abordaram, na relatoria, quais foram as pautas aprovadas no evento,

Realização de um novo Encontro de Mulheres Cearenses, nos dias 12 e 13 Mai 84, na sede da UMC, para discutir, com mais profundidade, a questão do aborto; Reformulação do Código Civil, no tocante à legalização do aborto nos seguintes casos: estupro, incesto, deformidade físico-mental, e condição sócio-médica (solicitação médica)¹²⁰.

Abordar as pautas e, mais que isso, buscar compreendê-las era imprescindível para o regime militar, que tentava de toda forma fazer-se presente em todo ato “subversivo” promovido pelas esquerdas. O movimento feminista era visto, muitas vezes, enquanto movimento de aparência pelos partidos, então, saber quais eram as discussões significava acompanhar de muito perto o desenrolar das organizações e o alcance dos feminismos frente

¹²⁰ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 42610/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

às massas. Além disso, funcionava, também, na tentativa de barrar qualquer informação que pudesse fortalecer os grupos de oposição à ditadura militar, visto que já mencionamos que uma das técnicas dos órgãos de informação era a contrainformação, que consistia, basicamente, no fato de impedir a comunicação entre os militantes e outros grupos da esquerda.

Ao mesmo tempo, a ditadura usava as demandas feministas para buscar desqualificar o movimento e criar até certa repulsa frente à sociedade civil, valendo-se de valores morais e preceitos mais conservadores, apontavam o risco de mulheres que discutiam sobre aborto, divórcio e sexo livre, como isso seria danoso para a constituição e manutenção da família e do lar.

Após a publicação e sucesso no BRASIL, do livro "RELATORIO HITE¹²¹", onde foi analisado o desempenho e insatisfação das mulheres norte-americanas em suas relações sexuais, (descrição com o homens ou mulheres realizam o ato sexual ou a masturbação) tivemos, em nosso meio, a divulgação de livros que, teoricamente, teriam a mesma finalidade. No fundo, ainda sob o impacto da divulgação de conceitos tão inéditos e da curiosidade que o assunto despertava, nossas autoras feministas aproveitaram para externar suas mensagens com declarado cunho político-ideológico¹²².

A relação estabelecida, na divulgação entre ideias feministas e questões de “cunho político-ideológico”, faz referência à perspectiva que os militares tinham do que as feministas brasileiras estavam realizando, ou seja, os escritos produzidos, no país, dialogavam com as pautas e demandas feministas associadas às pautas gerais, o que, na visão dos militares, corroborava muito mais para o debate das esquerdas do que das pautas específicas.

Na própria perspectiva dos militares, as mulheres “aproveitavam-se” da ascensão dos feminismos para incorporar as discussões promovidas, pelos partidos políticos, ao mesmo tempo, reiteramos que havia a dimensão de descaracterizar os feminismos, enquanto movimento político, posto que as pautas de cunho político faziam alusão às chamadas “pautas gerais”. Situação que vinha sendo colocada desde o fortalecimento do Movimento Feminino pela Anistia. Isso nos diz que os militares observavam esses movimentos de mulheres e

¹²¹ “O relatório Hite sobre a sexualidade feminina obteve repercussão ao divulgar, através de relatos das próprias mulheres, a extraordinária capacidade orgástica clitoriana e a ênfase na masturbação como fonte de satisfação sexual. Hite organizou as respostas de mulheres com idade entre 14 e 78 anos para lançar o The Hite Report (Relatório Hite sobre a Sexualidade Feminina) em 1976 nos EUA. O relatório foi traduzido e lançado em dezessete países, tendo sido censurado em alguns, inclusive proibido no Brasil até 1978. Shere Hite se formou em História Americana e Ideologia das Ciências na Flórida e fez doutorado em História na Universidade de Columbia. É autora de diversos livros sobre a mulher e foi fortemente influenciada pela 2ª onda do movimento feminista na década de 60 e 70”. (SENA, 2008, p.1-2).

¹²² ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 59708/83, 1983. Brasília-DF: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

movimentos feministas dotados de ausência teórico-político, ressaltando, mais uma vez, os estereótipos do gênero e da militância feminina.

É a perspectiva, muitas vezes, de que as mulheres militantes estavam nesse campo de disputa, por alguma influência masculina, por ter sido “cooptada”, “iludida”. Havia uma perspectiva de que as mulheres seriam ingênuas, de que o espaço da militância não seria apropriado para elas, de que as que estavam nesse movimento teriam sido levadas por manipulação de alguma figura masculina. Mais uma vez, observamos o reforço dos papéis sociais, os quais delimitam e demarcam quais são os espaços de ocupação de cada sujeito. Nesse exemplo, o espaço público era impróprio para as mulheres, que deveriam se recolher ao espaço privado, ao lar e à família, ou seja, ao ambiente “verdadeiramente” feminino, conforme as determinações dos papéis sociais de gênero.

Visão, também, compartilhada, por diversos setores da esquerda, durante a chamada Segunda Onda do feminismo, que ocorreu concomitante à ditadura militar brasileira, na qual muitos militantes acreditavam que: [...] “as mulheres deveriam manter-se concentradas nas tarefas de cuidado, extensão daquelas tradicionalmente realizadas no âmbito familiar, ou, se fosse o caso, utilizar sua suposta ‘fraqueza’ para enganar os inimigos”. (WOLFF, 2013, p.441). Na militância feminina, era exigida uma performance que estava associada aos papéis sociais do gênero, os quais ditava certas atitudes e modos de se portar e agir.

3.2. “Você não sente nem vê”: a percepção dos grupos feministas sobre a vigilância militar.

Neste tópico, iremos analisar em que medida as mulheres que militavam/militaram, durante a ditadura militar brasileira, portaram-se em relação à vigilância do Estado, posto que, muitas delas, não percebiam que estavam sendo vigiadas e que as reuniões eram acompanhadas por agentes de segurança vinculados ao Estado. Conforme mencionamos, no tópico anterior, havia, de certa forma, uma construção, no imaginário social, de que os militares não estavam preocupados com o movimento de mulheres, o que permitia que elas circulassem com maior “liberdade”. De acordo com Duarte:

É mesmo comum encontrar entre ex-militantes feministas e pesquisadores da temática um ar de surpresa, quando relatamos a existência de documentos com detalhamento de grupos, ações, falas, mesmo quando afirmam que desconfiavam ou sabiam de infiltrações em reuniões e atos. (2019, p.2)

As próprias militantes não acreditavam que estavam sendo vigiadas, pelo regime, apesar de acharem que existiam infiltrados nos movimentos, desconfiavam, e até mesmo de encontraram policiais disfarçados nos eventos, congressos e reuniões. Mesmo assim, havia a premissa de que as feministas não eram observadas do mesmo modo que outros militantes e que os feminismos não eram vigiados tais como as esquerdas.

Mas, já apresentamos que isso não se deu de tal modo, pelo contrário, as mulheres foram vigiadas, tiveram suas atividades controladas pelo regime, foram perseguidas, presas, torturadas e mortas pela ditadura militar. Compreendemos os processos de percepção feminina em relação a esse controle, a partir dos modos de identificação e de mecanismos utilizados pelas mulheres para “livrar-se” da vigilância.

Um dos primeiros fatores utilizados, para despistar os militares, eram as mudanças realizadas, tanto de cidades, estados, regiões do país, mas também os deslocamentos que ocorriam nas sedes partidárias, os chamados “aparelhos”. Essa estratégia era operacionalizada pela esquerda de maneira geral, pois não era uma especificidade do movimento feminista. Isso foi uma forma de manter tanto as discussões em sigilo, bem como, a segurança dos militantes. Muitos deles estavam sendo procurados e essas mudanças frequentes ajudavam na manutenção da “liberdade” desses sujeitos.

[...] eu tinha acabado de voltar do Rio, tinha ficado lá desde os 14 anos, que eu fiz em 72 (1972). Em 72, eu fiz 15, tinha ido com 14 pro Rio. Comecei tudo lá, minha vida toda lá, primeiro de tudo lá, aí já participava da luta política, já tinha contato com organizações clandestinas, já tinha tido uma irmã presa [...] tava começando o movimento de anistia, não o movimento pela anistia, mas o movimento de anistiar pessoas e, nessa época, eu vim para o Ceará, final de 79, início de 80¹²³.

As mudanças faziam parte do cotidiano das militantes, que buscavam escapar das perseguições dos agentes do Estado. No caso de Verônica Guedes, a estadia, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu, também, pelo fato de a irmã estar presa nessa cidade, mas, posteriormente, houve o retorno para o Ceará. Notamos que, nesses processos de permuta, havia trocas e essa foi uma das maneiras encontradas de fazer com que determinados materiais¹²⁴ tivessem circulação nacional, por exemplo, no caso de periódicos, mas ainda, de pautas que vinham sendo debatidas, nos diferentes círculos feministas e organizações, nos

¹²³GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva. Acervo pessoal.

¹²⁴ Periódicos feministas como: *Brasil Mulher, Nós Mulheres, Mulherio, ChanacomChana*. Ver: CARDOSO. E. P. *Imprensa Feminista Brasileira pós-1974*. 2004, 132f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/> Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

finais da década de 1970. No caso dessa entrevistada, percebemos esses fatores ao se falar acerca do processo de anistia e do surgimento do movimento. Essa circulação de ideias proporcionava maior adesão de mulheres aos grupos feministas, mas também permitia que as diferentes discussões chegassem as mais variadas regiões do país, compreendendo as especificidades, mais ainda, entendendo as conexões que existiam nos feminismos de Segunda Onda e nas pautas abordadas por ele.

Essa circulação de ideias era um fator observado pelos militares no processo de vigilância em relação a esses grupos feministas, saber o que era debatido, quais as principais demandas, as diferenciações dos grupos feministas brasileiros em relação aos estrangeiros. Os agentes do SNI identificavam as demandas e as feministas responsáveis por falas/discursos em eventos, no relatório produzido sobre o I Congresso da Mulher Cearense, há identificação dos membros encarregados pela coordenação de mesas e discussões de pautas:

VALERIA FEITOSA, do Núcleo da Mulher Secundarista; INES SILVIA VITORINO SAMPAIO, representante do Centro Acadêmico Batista Neto, da Faculdade de Ciências Sociais da UFC, que defenderam o tema: "Mulher, Família e Sexo". REIJANE FERREIRA DE OLIVEIRA do Núcleo dos Funcionários do Sindicato dos Bancários, representante do grupo que defendeu o tema "Mulher e Trabalho", levantou os problemas da profissionalização e da discriminação da mulher no trabalho¹²⁵.

Além da identificação das feministas e das respectivas entidades, das quais faziam parte, os agentes de segurança, também, analisavam e chegavam a conclusões sobre os assuntos debatidos nas reuniões, congressos e assembleias composta por mulheres. Os militares estavam atentos a toda movimentação proposta pelas entidades feministas do período. De acordo com Nilze Costa e Silva: “o movimento feminista ele não era clandestino, mas ele era essencialmente esquerdista, não é possível, não existe, não conheço, até hoje, uma feminista de direita, porque o movimento mesmo ele é de esquerda¹²⁶”. Os feminismos foram associados à esquerda, mas havia as diferentes correntes do movimento, dentre elas, o chamado feminismo liberal¹²⁷, que dialogava com o liberalismo econômico. As pautas envolviam,

A luta pela igualdade dos sexos, tendo como objetivos a conquista de direitos civis e

¹²⁵ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

¹²⁶ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018, em Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva. Acervo pessoal.

¹²⁷ GOLDBERG, Annete. *Feminismo e Autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante*. 1987, 217f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 1987.

a abrogação de todas as formas de discriminação sexual presentes nos âmbitos social, econômico e político. É também o feminismo liberal que enfatiza as possibilidades de realização pessoal, de conquista de liberdades e de emancipação para mulheres exemplares, sendo, como já foi dito, a tendência que mais se aproxima do individualismo contemporâneo. (GOLDBERG, 1987, p.114).

O contraponto feito entre a associação do feminismo à esquerda e ao feminismo liberal demonstra as variações do movimento e suas diferentes correntes, bem como, situa o lugar social ocupado por muitas militantes do período, que viam, no feminismo, uma forma de ascensão pessoal, política e econômica, sem necessariamente, fazer a crítica à origem da discriminação/desigualdade entre os sexos.

O diálogo, que havia entre as feministas e as esquerdas, era comum e observado, inclusive, pelos órgãos de segurança, que apontaram a ligação com as “facções de esquerda (PCB e PC do B). Todavia, mesmo as feministas tendo forte contato com as esquerdas, muitas delas integrarem partidos políticos, dessa forma a relação era cercada por embates e conflitos. A linha era tênue entre vinculação partidária e atuação feminista. Conforme Bastos: “para muitos militantes, a questão de gênero não estava colocada, todo o esforço estaria voltado para a revolução socialista, ou ainda, era classificado como um movimento burguês, de mulheres feias, complexas, histéricas, divisoras do proletariado”. (2007, p.122). O vínculo existia, as feministas pertenciam, em suma, às esquerdas brasileiras, mas a relação entre feminismo/esquerda era permeada por dissensos e embates teóricos/práticos de ação frente à luta contra o regime.

Os militares, muitas vezes, encaravam os movimentos feministas como “entidades de frente” para as esquerdas e que, portanto, essas se utilizavam para criar uma “cortina de fumaça” em relação às atividades proferidas pelos órgãos da esquerda. Ao mesmo tempo, destacamos que, boa parte das mulheres, que compunham essas entidades feministas, durante a ditadura militar integrava alguma outra organização, o que corroborava, em certa medida, para que os militares acreditassem que esse movimento estivesse sendo utilizado pelas esquerdas e/ou era manipulável. De todo modo, a vigilância sobre ele existia e, conseqüentemente, sobre as mulheres que integravam as organizações.

Mas, ressaltamos que muitas militantes não se davam conta dessa vigilância, talvez, por conta dos próprios estereótipos que havia, naquele período, os quais reforçavam que as entidades de mulheres não eram vistas como ameaças e que os militares não estavam preocupados com o movimento de mulheres/feminista. Ao mesmo tempo, a percepção dos grupos feministas, em relação à vigilância do Estado, não se dava de maneira tão nítida pela própria perspicácia que os órgãos de informação tinham em realizar esse controle. É muito

provável que vários agentes de segurança estivessem infiltrados nas organizações, mas também, que informações sobre esses grupos fossem repassadas por pessoas vinculadas às organizações. Dessa forma, identificar “espionagem”, por parte dos militares, era bem mais complicado do que imaginamos. Muitas militantes/feministas não se davam conta dos instrumentos utilizados para vigiar e do controle exercido sobre os órgãos feministas,

Uma das razões que eu fui embora, também, teve a ver com isso, eu soube que a polícia federal tava me procurando, eu tive sorte, também, porque [...] era também por causa da minha participação política em outras vertentes, não no movimento feminista, que aí quando eu saí daqui, eu fui direto pra Porto Velho, me esconder por lá¹²⁸...

Muitas militantes, a exemplo de Verônica Guedes, acreditavam que a perseguição dos militares ocorria por conta da vinculação a outros grupos, que não fossem os feministas. Entretanto, conforme já analisamos, os militares, também, estavam preocupados com a movimentação dos feminismos de “Segunda Onda” no Brasil. O controle e a vigilância eram exercidos sobre diferentes órgãos da esquerda, mais ainda sobre as diferentes organizações feministas que surgiram nesse período. Então, muitas vezes, as militantes acreditavam que a perseguição se dava, porque pertenciam a partidos políticos, quando havia uma junção no mecanismo de controle dos militares. Com a noção de “guerra interna¹²⁹”, tanto os militantes estavam atentos à perseguição, quanto os militares estavam dispostos a levar adiante a perspectiva imoderada de persecução aos civis. De acordo com Fico:

[...] permitir que brasileiros civis fossem indiscriminadamente acusados de “subversivos” – base jurídica e conceitual indispensável para que a linha dura passasse da simples condição de grupo de pressão para a perigosa posição de “sistema de segurança”, com permissão para investigar, prender e interrogar, erigindo-se em polícia política. (FICO, 2001, p.56).

A liberdade de perseguição, exercida pelos militares, já no governo de Castelo Branco, demonstrava que o cerceamento só seria intensificado, e foi o que houve, com o decreto do Ato Institucional nº5, no governo de Costa e Silva,

Fechava-se o Congresso por tempo indefinido. Suspendiam-se todas as garantias constitucionais e individuais. Em todo o país, o Exército procedeu a manobras que representavam verdadeira ocupação. Opositores de todos os matizes ideológicos eram presos aos milhares. (ALVES, 1985, p.131).

¹²⁸ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹²⁹ “A guerra não-declarada ou não-clássica, por outro lado, é uma guerra de *agressão indireta*: ‘pode incluir o conflito armado no interior de um país, entre partes de sua população’. O manual da ESG define-a como guerra de ‘subversão interna’. O conceito empregado abrange a *guerra insurrecional* e a *guerra revolucionária*”. (ALVES, 1985, p.37).

Compreendemos que a perseguição, em relação à militância de oposição, intensificou-se, ainda mais, com o AI-5, que era visto como uma ferramenta do Estado de Segurança Nacional para manter a “ordem”, depois de algumas derrotas no Congresso, mas também, de manifestações de oposição ao regime militar. Ainda, de acordo com Alves: “O Congresso Nacional tornou-se um espelho da inquietação na sociedade civil. Os parlamentares de oposição eleitos em 1966 reagiram ao clima político, vendo-se forçados a apoiar o crescente movimento de protesto de massa”. (1985, p.128-129). Assim, os militares impuseram o AI-5 como uma resposta às manifestações. As reivindicações ocorriam em decorrência do aumento da força dos militares. Segundo Fico:

Portanto, uma das questões historiográficas mais momentosas da recente história do Brasil é a resposta à seguinte pergunta: o AI-5 decorreu da opção extremada pelas armas, feita por boa parte da esquerda comunista revolucionária, ou, ao contrário, induziu tal escolha (já que, com o AI-5, a opção legal tornou-se indefensa)? (2001, p.57).

Desse modo, a problemática abordada, pelo autor, faz referência sobre os métodos para a tomada de decisão acerca do AI-5, mas, essa questão não é o cerne da nossa pesquisa, tampouco, temos como destrinchar “essa questão historiográfica”, nesse dado momento, todavia, refletimos sobre as diferentes possibilidades que corroboraram para o acirramento militar, pós 1968, com o decreto desse ato.

A política de Segurança Nacional se intensificou, após esse ato, e, conseqüentemente, o mecanismo de controle e vigilância do Estado sobre os militantes da esquerda, mais ainda de outros movimentos políticos, tais como os feminismos. De acordo com Verônica Guedes¹³⁰: “No Rio de Janeiro, as mulheres eram vigiadas, houve invasão de jornais feministas, de jornais de mulheres, de grupo de mulheres. Por exemplo, o Brasil Mulher foi invadido mais de uma vez. Foram levados exemplares”. A vigilância ocorria e, mais ainda, diversas mulheres sentiam isso. Entretanto, há um elemento específico destacado por ela, que é o fato de sentir esse controle em outro estado brasileiro, Rio de Janeiro, na sede do periódico Brasil Mulher¹³¹, mas não destacar essa questão, no Ceará, por exemplo, quando informada de que os militares vigiavam os Congressos realizados pela União das Mulheres

¹³⁰ Entrevista, 07 de dezembro de 2018. Entrevistadoras: Ana Rita Duarte, Elyssan Frota e Sarah Silva. Fortaleza-CE.

¹³¹ “No período-pós 1975, o primeiro jornal dirigido às mulheres e feito por mulheres foi o Brasil Mulher, publicado pela Sociedade Brasil Mulher (foram 16 edições regulares e mais quatro denominadas “extras”), de 1975 a 1980. (LEITE, 2003, p.235). Ainda de acordo com Leite: A tiragem do Brasil Mulher era de 5 mil exemplares, mas houve números que saíram com 10 mil”. (p.237).

Cearenses.

Destacamos a fala de Verônica, em diferentes entrevistas, nas quais ela ressalta o fator da vigilância. Na entrevista¹³², falando sobre o cerco ser maior no Rio de Janeiro. Mas, surpreendeu-se¹³³ ao saber da vigilância exercida sobre elas nos Congressos da UMC. Durante os três dias o evento¹³⁴, foi acompanhado e registrado, pelos militares, produzido dossiê sobre o evento, evidenciando as principais pautas, discussões, identificando as participantes e as falas. Havia membros responsáveis por coletar informações, produzir relatório e encaminhá-los ao Ministério do Exército. Logo, podemos compreender que o mecanismo de controle era bem mais vasto, que o previsto pelos militantes de oposição, ao mesmo tempo, ele acontecia de maneira muito discreta, o que permitiu a muitos agentes circularem entre os opositores do regime sem serem notados.

Ainda, sobre o I Congresso da UMC, notamos, no dossiê produzido, que diversas organizações foram listadas e identificadas pelos militares, bem como suas integrantes com o intuito de discorrer sobre o que havia sido discutido, mas também perceber as nuances que cercavam essas diferentes organizações de cunho feminista no início dos anos 1980. De acordo com o relatório:

Além da UMC, majoritária e organizadora, há mais quatro entidades que diferem entre si: Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (NEDIM), encarregado do estudo e documentação das questões específicas do sexo; Grupo 4 de Janeiro, de cunho eminentemente feminino; Departamento Feminino do PMDB, de caráter partidário e o Centro Popular da Mulher (CPM), recém criado¹³⁵.

Os agentes da Segurança Nacional observavam o que era discutido, mas também, as próprias divergências, entre os grupos feministas existentes, todavia, essas disputas internas serão melhores avaliadas no capítulo posterior. Mas, o que destacamos, dessa abordagem, é a preocupação que havia, em torno do controle desses grupos, porque, alguns deles, eram de organizações pequenas, com pouca adesão de militância e que tiveram curta duração, a saber:

¹³² GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹³³ Disponibilizamos a nossa entrevistada uma cópia do dossiê produzido pelo Sistema Nacional de Informação-SNI, o qual relatava todo o andamento do I Congresso da Mulher Cearense, ocorrido em 1982.

¹³⁴ Aqui fazemos referência ao I Congresso da Mulher Cearense, em 1982, organizado pela UMC. No respectivo evento uma agente foi descoberta e expulsa do Congresso. Porém, ele foi vigiado durante os três dias de sua realização. Conforme o documento produzido, em 1982, pelo Sistema Nacional de Informações (ACE, 1136/82, 1982).

¹³⁵ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

o 4 de Janeiro. Segundo Verônica Guedes¹³⁶: [...] “eu não sabia que havia uma preocupação tão grande com um pequeno grupo como o 4 de janeiro”.

Ou seja, percebemos o destaque dado, por Verônica Guedes, ao relatar a apreensão que se tinha sobre os feminismos de Segunda Onda, por conta, principalmente, das mulheres que foram e voltaram do exílio¹³⁷, trazendo ideias, discussões e o debate feminista que vinha se espalhando. Outra questão é o fato de que essas mulheres não percebiam o controle dos militares sobre seus grupos, mesmo que fossem pequenos. Notamos um espanto em relação à vigilância sobre o 4 de Janeiro, no relato de Verônica Guedes. Isso pode derivar dos estereótipos que havia, no período, em relação à organização de mulheres, de acordo com Nilze Costa e Silva¹³⁸: “mas, a minha impressão é que a ditadura não se incomodou muito com o feminismo, porque achava que era coisa de mulher, coisa que não ia contribuir muito. Porque, muitos grupos se reuniram naquela época”.

O fato de estar sendo vigiados e listados já demonstra que havia uma cautela, quando se tratava dos feminismos, os próprios dossiês, que foram produzidos com o intuito de analisar os feminismos brasileiros, demonstram que os agentes do Estado estavam empenhados na compreensão do movimento e no engajamento das mulheres nessas organizações.

Ao mesmo tempo, percebemos que parte do que fora colocado, em relação à organização de mulheres, pode derivar da herança do que significou o Movimento Feminino pela Anistia, no qual muitas participantes não se identificavam com os feminismos, não pertenciam a nenhum grupo político e/ou partido, além disso, muitas vezes, acabaram por reproduzir certos valores morais na luta pela anistia. De acordo com Duarte:

¹³⁶ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹³⁷ Um dos exemplos do contato de mulheres exiladas com as discussões feministas foi a criação do Círculo de Mulheres Brasileiras, em Paris, fundado em janeiro de 1976. “O Círculo, de um pequeno núcleo inicial, cresce, ganha legitimidade face à comunidade exilada, torna-se conhecido pelo movimento feminista francês e se transforma numa das mais bem estruturadas organizações de brasileiros no exílio e no mais importante grupo feminista de exiladas desta nacionalidade, chegando a congregar em suas assembleias mais de oitenta mulheres”. (ABREU. 2010, p.172). Ainda, de acordo com Abreu, o Círculo surgiu a partir do contato das exiladas com o feminismo francês, o que corroborou para a criação do grupo: “A idéia de formação do grupo surgiu a partir desse contato e da percepção da necessidade de uma discussão e uma prática feminista, que, não poderiam ser levadas a cabo no seio dos grupos de brasileiras existentes”. (2010, p.176). Ver mais: *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris*. Maira Luisa Gonçalves de Abreu. Campinas, SP : [s. n.], 2010.

¹³⁸ Entrevista, 07 de dezembro de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadoras: Ana Rita Duarte, Elyssan Frota e Sarah Silva.

O caráter apartidário do Movimento Feminino pela Anistia, sua composição – formado em grande parte por mulheres, familiares de presos políticos – e a sua busca de conciliação, além do rígido controle da ação programática por parte de Therezinha Zerbini, fizeram com que a concepção de anistia predominante no MFPA fosse associada à ideia de liberdade, justiça e pacificação da família. É visão exposta em diversos momentos e em diversos documentos do MFPA. (DUARTE, 2012, p.87).

Desse modo, observamos que alguns papéis sociais acabaram por ser reforçados pelo próprio MFPA, corroborando para criar, no imaginário social, o ideário de que não havia a necessidade de se preocupar com a organização de mulheres, afinal, elas estavam fazendo o que a sua “natureza” e “instinto” mandavam. O reforço disso ressoou, em muitas mulheres militantes, que compraram a premissa de que não eram vigiadas pelo Estado, ao menos não por conta da militância feminista. Todavia, sabemos que foi uma estratégia bastante utilizada pelo próprio MFPA os “jogos de gênero¹³⁹”, porque, dessa forma, as mulheres conseguiram circular e se manifestar de maneira mais autônoma e com maior liberdade. Essa variabilidade que se deu em um movimento que ora flutuou entre o arcaico, com valores mais tradicionais, ora envolveu-se com pautas mais progressistas e modernas. Isso, conseqüentemente, criou diferentes performances, mas também, alimentou diferentes percepções, as quais se fizeram presentes tanto na ótica militar, quanto na aceção dos militantes da esquerda.

Muitas militantes acreditavam/acreditam que suas atuações feministas não foram vistas de maneira relevante pelo Estado, e, por conseguinte, os feminismos conseguiram circular de forma “tranquila”, durante a ditadura militar, conforme Nilze Costa e Silva¹⁴⁰: “A minha opinião particular é que eles não se incomodaram muito com isso não. Eles achavam besteira, eles eram tão machistas que relevavam pra um segundo plano. Eu acho que eles não tinham nem noção de que o feminismo ia crescer tanto”. Logo, a maneira de organização de grupos de mulheres os quais não eram vistos como ameaça reverberou na construção de uma pretensa “liberdade de ação” das feministas durante a Segunda Onda. E essa circulação de ideias e movimentação ocorreu, todavia, ela não foi visualizada pelos militares de modo despreziosa, muito pelo contrário, a atuação feminista foi vigiada e, mais ainda, estudada pelo Estado.

Apesar de várias mulheres não terem percebido, muitas vezes, a vigilância do Estado, isso não significou que ela não tenha ocorrido ou tenha sido de maneira irrisória. O

¹³⁹ “Os jogos de gênero definem-se como instrumento, à semelhança do jogo de xadrez, onde os atores políticos tentam intervir no espaço público. Situam-se sobre a noção de intervalo em encenação entre o que é verdadeiro e o que é percebido pelo adversário”. (DUARTE, 2012, p.27).

¹⁴⁰ Entrevista, 07 de dezembro de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadoras: Ana Rita Duarte, Elyssan Frota e Sarah Silva.

que representa essa não percepção de vigilância é a associação aos rótulos que havia e, conseqüentemente, determinava o local da mulher na sociedade, levando-se em consideração os estereótipos e a divisão social dos papéis, mais ainda, a divisão sexual do trabalho, que reverberou na atuação feminina frente às organizações de esquerda e corroborou para aprofundar a forma pela qual as militantes eram vistas, não, apenas, pelos militares, bem como a esquerda no geral. É válido destacar que as mulheres, também, olhavam-se, buscavam identificação e mais ainda construíram em torno de si e dos grupos a tentativa de uma “identidade feminista”, o que ocasionou disputas e rupturas.

4. Capítulo III – “Deixe-me ir, preciso andar”: o rompimento de mulheres com a UMC.

Durante a formação da UMC, a entidade fora composta por diferentes mulheres, que integravam diferentes grupos/organizações, conseqüentemente, traziam variadas perspectivas para o órgão. Nesse traçar de múltiplas formações/opiniões, buscar a homogeneidade seria inviável, ou, por que não dizer, utópico e, ainda, é provável, que essa não fosse a pretensão do grupo. Mas, diante de tanta pluralidade, chegar a determinados consensos, muitas vezes, pode ser desafiador ou, até mesmo, inviável. Nesse quesito, a UMC buscou sanar as “rivalidades” e divergências que havia no grupo, em prol de consolidar a organização no Estado. Todavia, os descontentamentos que existiam, em relação a algumas formas de gerir a entidade, foram fatores cruciais para determinar “rompimentos” e fazer com que diferentes mulheres deixassem a instituição e, muitas delas, integrassem outras entidades feministas que foram surgindo, no Ceará, nos anos de 1980.

Com as discussões sobre a “Segunda Onda” dos feminismos, chegando ao Brasil, a partir de 1970, as leituras sobre a situação da mulher ¹⁴¹e o retorno ao país de várias mulheres que haviam sido exiladas, a sistematização dos feminismos brasileiros foi sendo orquestrada por diferentes coletivos que começaram a surgir, tais como: *SOS e Liberta*, no Rio Grande do Sul; *Brasília Mulher*, em Brasília-DF; *Brasil Mulher* em Salvador-BA; *Federação das Mulheres de Pernambuco*-PE, dentre outros. Nesse contexto, a ditadura militar era vigente e o mecanismo de organização de qualquer órgão contrário ao regime era complicado, porque passava por constante vigilância e controle, conforme discutimos no capítulo anterior, mas também, havia a perseguição, atentados, os/as militantes não estavam seguros, pelo contrário, existia uma exposição e o risco de morte: “jogaram uma bomba embaixo do carro dela, e ela, obviamente, não foi a vítima, foi a culpada, porque teve que passar horas e horas depondo na polícia federal¹⁴²”. O caso, narrado por Verônica Guedes, sobre o atentado ao carro de Lilian de Oliveira¹⁴³ demonstra que participar de algum grupo

¹⁴¹ Leituras como a do *Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir. *A Mística Feminina* de Betty Friedan e *Sexualidade da Mulher Brasileira* de Rose Marie Muraro figuravam entre as leituras feministas do período. Este último livro tendo sido observado pelos militares e analisado no Relatório Especial de Informações produzido pelo Centro de Informações do Exército: Brasília-DF.

¹⁴² GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁴³ Maria Lilian Coelho de Oliveira foi militante da UMC, posteriormente, do Grupo Feminista 4 de Janeiro. Mudou-se para São Paulo, em meados dos anos 1980. Integrou a organização dos Cadernos Pagu, na Unicamp: Campinas-SP. Foi professora da Universidade Estadual de Campinas e faleceu em 2016. As informações sobre a sua atuação foram dadas por Verônica Guedes, durante a entrevista realizada dia 28 de agosto de 2018.

vinculado à oposição à ditadura era perigoso. Manter a identidade “protegida” era difícil, visto que os mecanismos de informação dos militares eram muitos e os órgãos trabalhavam em conjunto.

Apesar dessas dificuldades para se constituir enquanto grupo, a UMC gerenciou uma formação plural e com bastantes adeptas, desde sua fundação, em 1979. Com um quadro tão vasto, mais de 1600 mulheres associadas, nem sempre as discussões chegavam a acordos de modo tão fácil e/ou tranquilo, ademais, não eram todas as associadas que participavam das votações e decisões retiradas em Assembleias ou nos Congressos. A quantidade de adeptas não significava que a adesão às pautas e discussões fosse assegurada, muitas vezes, era mais uma questão burocrática de conseguir associadas, visto que “se preocupava muito com as inscrições, as fichas de inscrição, havia uma coisa mais protocolar¹⁴⁴”. O número massivo de participantes não, necessariamente, significava envolvimento das sócias, já que esse número foi contabilizado a partir das fichas de inscrição da UMC.

Os Congressos contavam com uma média de 300 mulheres, ou seja, mesmo as decisões sendo deliberadas, pela maior parte que compunha o evento, não era, necessariamente, a maioria das sócias da organização.

O primeiro Congresso da UMC, realizado em 1982, contou com cerca de 200 mulheres. Segundo o relatório¹⁴⁵, o Congresso fora dirigido por Rosa Maria da Fonseca¹⁴⁶, à época presidente da UMC e contou com uma programação vasta, que fora dividida em quatro eixos de discussões: “Mulher, Família e Sexo”; “Mulher e Comunidade”; “Mulher e Sociedade” e “Mulher e Trabalho”. O Congresso, segundo o Estatuto da UMC, “é a instância máxima de decisão da UMC¹⁴⁷”. As deliberações e interesses da entidade eram debatidos durante sua realização.

Nesse momento, também, era possível observar os campos de disputas que havia,

¹⁴⁴ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁴⁵ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

¹⁴⁶ Além de ser a Presidente da UMC, nesse período, Rosa da Fonseca integrava, também, o PC do B, estava vinculada à campanha de Maria Luíza Fontenele para Deputada Estadual. Era uma das organizadoras do Jornal Mutirão, que circulou em Fortaleza-CE, até meados de 1982. O jornal de caráter popular era distribuído, predominantemente, nos bairros periféricos de Fortaleza-CE e trazia reivindicações das comunidades, bairros populares e trabalhadores. (GOMES, 2013). Além disso, em 1982, passou a lecionar na Escola Municipal Creusa do Carmo Rocha, no bairro Granja Portugal, em Fortaleza-CE. Após pedir exoneração do cargo de auditora fiscal da Secretaria da Fazenda do Ceará. (FIRMO, 2017).

¹⁴⁷ Artigo 7º do Estatuto da União das Mulheres Cearenses, aprovado dia 08 de março de 1981, registrado em cartório.

em torno da organização, tendo em vista que, por contar com um número maior de associadas presentes, as divergências que existiam se tornavam mais evidentes e eram observadas, inclusive, pelos órgãos de vigilância da ditadura militar:

Algumas divergências foram observadas no Congresso entre as entidades participantes. Além da UMC, majoritária e organizadora, há mais quatro entidades que diferem entre si: Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (NEDIM), encarregado do estudo e documentação das questões específicas do sexo; Grupo 4 de Janeiro, de cunho eminentemente feminino; Departamento Feminino do PMDB, de caráter partidário e o Centro Popular da Mulher (CPM), recém criado¹⁴⁸. (ACE 1136/82, 1982).

A própria formação de outros grupos é consequência disso, mas, iremos aprofundar essa discussão no segundo tópico desse capítulo. Só pontuamos a questão dos conflitos para demonstrar que era algo observado, por diferentes óticas, até mesmo, pelos militares. Essa divergência, no entanto, derivava da própria perspectiva de que os feminismos traziam sobre a necessidade de se compreender o movimento na sua pluralidade de ideias e pontos de vistas. De acordo com Mello, sobre a adoção do termo feminismos no plural:

Usamos o plural admitindo que o feminismo ocidental dos anos 1960-80, que seria entendido como feminismo de Segunda Onda, não foi um movimento homogêneo ou centralizado, mas sim um fenômeno heterogêneo e plural, melhor representado pelo termo “feminismos”. (MELLO, 2011, p.73).

A dimensão de pensar o termo no plural denota a proporção de ideias que circulavam, em torno do movimento feminista, e no que isso acarretaria em termos de dinâmica das identidades construídas a partir dessa multiplicidade de ideologias. Além disso, é necessário destacar, também, as especificidades que cercaram os feminismos, no Cone Sul, posto que vários países, na América Latina, estavam experienciando ditaduras militares nas décadas de 1970-80. De acordo com Woitowicz e Pedro:

No contexto da América Latina, o feminismo se organizou diante da necessidade de resistir à opressão imposta pelas ditaduras militares que se estabeleceram em diversos países. E, juntamente com a militância política nas ruas, a criação de veículos alternativos esteve associada à necessidade de lutar pela democracia e defender os direitos das mulheres. (WOITOWICZ E PEDRO 2011, p.326).

Os feminismos de “Segunda Onda”, no Brasil, chegaram carregados de especificidades, tanto pelo contexto, quanto pela forma que foi gerido. A diversidade do movimento era observada dentro das próprias organizações, a UMC não fugiu à regra nesse sentido. Então, o aparecimento de divergência era quase que “esperado”, levando-se em

¹⁴⁸ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1136/82, 1982. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1982. Fundo SNI.

consideração toda essa multiplicidade. As pautas de discussão convergiam para dialogar a luta contra a opressão do regime militar e a opressão que as mulheres sofriam. Esse alinhamento de pautas, nos debates feministas, foi campo de disputas e corroborou, também, para acirrar alguns dos conflitos, tendo em vista que muitas feministas discordavam do modo de colocar a luta contra a ditadura militar como sendo a “principal”.

Nesse capítulo, abordamos a perspectiva de mulheres que saíram da UMC, buscando entender os fatores que levaram a essa ruptura, a partir do diálogo, problematizamos as motivações, razões que levaram a esse rompimento, ao mesmo tempo, traçando a dinâmica de construção identitária dessas mulheres com os feminismos vigentes nesse contexto. E, ainda, até que ponto essa “ruptura”, com a UMC, significou de fato uma divisão do movimento feminista, se isso, realmente, pode ser encarado de modo “divisionista” e que tenha causado instabilidade/esvaziamento, visto que outros grupos feministas foram formados e muitas militantes continuaram na luta feminista.

4.1. “Vida, vento, vela, leve-me daqui”: A saída de mulheres da UMC.

[...] “Tô criando um grupo, que vai ser possível que as mulheres discutam a sua falta de liberdade, e entre no caminho da libertação e era o nosso propósito, a libertação da mulher era o nosso propósito¹⁴⁹”.

A narrativa de Nilze Costa e Silva fala acerca da criação do Grupo Feminista 4 de Janeiro, em 1981, após a saída de algumas mulheres da UMC. O intuito do grupo, fundado por Verônica Guedes¹⁵⁰ e Lilian de Oliveira, era abordar discussões não contempladas na União das Mulheres Cearenses, ou, pelos menos, não da forma que muitas militantes esperavam que fossem. As chamadas questões mais específicas, como a sexualidade, os métodos contraceptivos e o aborto eram discussões trazidas pelos feminismos de “Segunda Onda”, mas que, em certos momentos, acabavam sendo colocados em segundo plano, por conta da conjuntura em que o país vivenciava, e fazia com que as feministas abdicassem, muitas vezes, de levar esses debates adiante, em prol de discutir o combate à ditadura militar e à luta de classes, vistas como pautas mais urgentes pelas esquerdas.

Além disso, havia a preocupação das esquerdas com essas novas militâncias que

¹⁴⁹ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁵⁰ Verônica Guedes, 61 anos de idade. Atualmente trabalha na Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, é a idealizadora/organizadora do Festival *For Rainbow* (Festival de Cinema pela Diversidade).

surgiam devido à ideia de divisionismo. “Existia muito essa preocupação, na esquerda, de um modo geral de uns ganharem os outros, de tirar o fulano do PC do B e botar não sei aonde, tirar não sei quem ‘do sei de onde¹⁵¹’”. Verônica Guedes narrou as disputas que havia dentro das organizações de esquerda, durante o combate à ditadura militar brasileira, mas isso, também, valia-se para as disputas que surgiram nos grupos feministas do período.

A tentativa de adesão a seus respectivos coletivos criou um campo de disputa, entre diferentes entidades, tendo em vista que cada uma contava com ideias e pontos de vistas que poderiam convergir e divergir a depender do tema de discussão. “A pauta era trazida pela liderança sempre, como em qualquer movimento, a pauta quem traz é a liderança, isso é o que tá na ordem do dia hoje, então, vamos¹⁵²”. Segundo Grace Vitorino, as discussões, que havia na UMC, eram trazidas pela direção da entidade, nesse caso, o que a diretoria deliberasse, enquanto pauta, seria discutida pelas outras mulheres que compunham o órgão. Esse fator, também, foi determinante para aprofundar divergências na UMC, posto que muitas mulheres ficavam descontentes com a ausência de certas discussões ou o não aprofundamento dessas.

Nilze Costa e Silva narra como foi sua saída da UMC, para integrar o Grupo 4 de Janeiro e quais foram suas motivações: “Eu estava na União das Mulheres Cearenses, quando fui convidada e eu gostei da proposta, que falava de questões mais específicas¹⁵³”. O rompimento de Nilze Costa e Silva com a UMC dialoga com o que abordamos sobre o entrelaçar de pautas gerais com pautas específicas que descontentou muitas feministas, por causa da hierarquização de demandas mais gerais. Ao mesmo tempo, há opiniões que vão de encontro a esse ponto de vista sobre as hierarquias e viram, nesse diálogo, uma forma de coletivizar o movimento. Para Grace¹⁵⁴ Vitorino: “havia, havia esse diálogo, havia contribuição dos companheiros, que não estavam, lógico, na UMC, mas que colaboravam muito conosco nos encontros e tudo mais. Foi um momento de muito aprendizado coletivo¹⁵⁵”. Apesar de pensarmos as “rupturas” dentro da UMC, nem todas as mulheres, que

¹⁵¹ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁵² VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁵³ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁵⁴ Grace Vitorino atualmente é professora na Universidade de Fortaleza-Unifor e não integra qualquer organização feminista ou Partido político.

¹⁵⁵ VITORINO, Grace. Entrevista, dia 08 de março de 2019, Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Pinho da Silva.

saíram da organização, estavam desconfortáveis com a postura da entidade frente ao diálogo com outros movimentos da esquerda. Então, dialogar com pautas democráticas/gerais era constante e fazia parte do cotidiano da organização, ainda, de acordo com Grace Vitorino: “A liberdade, a luta contra a ditadura, Diretas¹⁵⁶”. Eram pautas abordadas, pela UMC, porque, ainda, era experienciado um período ditatorial, com abertura política, Lei de Anistia, mas ainda sim, uma ditadura militar vigente.

Conforme Grace Vitorino, os conflitos surgiam de maneira diferenciada, estando presentes, no discurso da entidade, em ações, muitas vezes, por questões simples, mas que causavam discordância entre as associadas: “Aparecia nos discursos, na luta por hegemonia permanentemente, só não aparecia, muitas vezes, em questão de encaminhamento, mas discursos apareciam, às vezes, era uma bobagem a divergência”. Quando se tratava de encaminhamentos, no sentido mais geral, ou seja, pautas mais decisivas, no que dizia respeito às discussões realizadas, em Congressos e Assembleias, as divergências não eram evidentes, mas, em determinadas falas/discursos, as contradições e conflitos ideológicos se tornavam mais nítidas, “dizia¹⁵⁷ que o grupo só tinha sapatão e maconheira... bebedora de cachaça, a negra que não prestava, ia pras reuniões de maiô, depois da praia, uma coisa horrível¹⁵⁸”. A perspectiva de discutir pautas, tais como: liberdade sexual, identidades e relações de gênero causou dissenso, dentro da UMC, visto que algumas integrantes¹⁵⁹ não gostavam de posturas “mais libertárias”, encaravam de maneira “provocativa”, porque acreditavam que ingerir bebida alcoólica ou ir a uma reunião, depois da praia não denotava o devido respeito ao movimento que era articulado no período. Havia uma premissa de “moralidade” e ortodoxia, dentro de muitos movimentos políticos de esquerda, naquele período, devido às vertentes que regiam os partidos, segundo Green:

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Na entrevista de Verônica Guedes, ela faz referência ao modo como alguns homens, que participavam indiretamente da UMC, fosse por ser companheiro de alguma associada, amigo ou parente, referiam-se às mulheres que estavam compondo, concomitantemente, o Grupo 4 de Janeiro.

¹⁵⁸ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁵⁹ Algumas mulheres que tinham postura mais conservadora, na UMC, foram nomeadas, durante a entrevista, todavia, não foi autorizado que seus nomes fossem divulgados no momento da transcrição.

Os partidos comunistas pró-soviéticos ou pró-chineses, com sua ênfase na construção de uma base na classe operária ou campesina, e a nova onda de organizações revolucionárias inspiradas pela Revolução Cubana, compartilhavam o ponto de vista comum de que a homossexualidade não poderia existir dentro da “verdadeira” classe trabalhadora e entre revolucionários da classe média. (GREEN, 2003, p.33-34).

Esse “moralismo”, adotado pela esquerda mais tradicional, foi conflituoso, tendo em vista os avanços dos movimentos feministas e homossexuais nas décadas de 1970-1980. Considerar que a “verdadeira” classe trabalhadora ou os “verdadeiros” revolucionários não poderiam ser homossexuais corrobora para uma visão conservadora e excludente, na qual os sujeitos homossexuais, que integravam essas organizações, não se sentiam confortáveis para assumir sua sexualidade e abordar essas questões nas discussões do grupo. Havia, ainda, o argumento semelhante ao que era utilizado, em desfavor dos feminismos de Segunda Onda, que era a possibilidade de se distanciar das lutas mais gerais, ainda, de acordo com Green:

A esquerda marxista deveria promover alianças classistas enraizadas na classe operária. Uma vez que os movimentos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros têm uma composição multiclassista, alguns marxistas afirmavam que o movimento poderia, por vezes, defender propostas distanciadas dos “interesses” da classe trabalhadora e suas organizações. (GREEN, 2003, p.36).

Essas controvérsias corroboraram para a saída de algumas mulheres da UMC, tendo em vista que muitas delas participavam dessas reuniões e discordavam da postura conservadora adotada por algumas participantes. Esses conflitos foram se acentuando, no início dos anos 1980, e acabou culminando na retirada de integrantes, que deixaram a UMC e/ou integraram ou fundaram novas entidades feministas no estado do Ceará. Muitas mulheres buscavam se identificar com os feminismos que estavam sendo debatidos. Nesse processo de percepção identitária, algumas, acabaram por romper com a UMC, porque não visualizavam essa identificação. Consoante Verônica Guedes¹⁶⁰: “é uma ideia mais libertária de uma construção de uma identidade, de afirmação, na verdade, de construção não, de afirmação da nossa identidade como mulher”. Um processo tanto de identificar-se com pautas e debates, quanto com as outras integrantes do grupo, partilhar ideias e perspectivas, isso não significa homogeneizar o movimento, mas sim, compartilhar de pontos comuns. Ao mesmo tempo, podemos tencionar o próprio entendimento que havia/há, em torno da categoria mulher, enquanto esse “sujeito de identidade”. Para Butler:

O próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou

¹⁶⁰ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

permanentes. É significativa a quantidade de material ensaístico que não só questiona a viabilidade do sujeito como candidato último a representação, ou mesmo a libertação, como indica que é muita pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, a categoria das mulheres. (BUTLER, 2017, p.18).

Mais uma vez, trazemos a premissa da volatilidade das identidades feministas, nesse percurso de constituição de si, dos sujeitos políticos, nessa formação constante de fazer-se a si mesmo. As tensões do que poderia compreender ou mesmo compor a categoria mulher, enquanto consensos, tendo em vista que pensar em uma “afirmação” da categoria mulher é complexo, se analisarmos as variantes que cercam toda essa construção identitária de categoria, que se transforma, constitui-se, reconstitui-se e se reinventa na dinâmica do que são as identidades. A ação política é atravessada, pelos usos que são feitos das identidades, em suas mais variadas manifestações, a premissa é compreender,

A identidade como aquilo do qual se parte (para chegar a outro lugar), isto é, como uma estratégia política pessoal e/ou coletiva de sobrevivência, independentemente de quão múltipla, fluída e contraditória a estratégia possa ser. A identidade, assim concebida, passa a ser algo pelo qual se deve lutar constantemente, e não simplesmente algo que nos é concedido na construção de alianças e contiguidades transpessoais¹⁶¹. (COSTA, 2002, p.78).

As identidades como algo que ajuda a construir a política, enquanto sujeitos de ação, nos quais não se pode compreender a identidade como algo dado, mas sim, constituído, seja de modo coletivo ou individual, causando conflitos e discordâncias.

A própria disputa, em torno dessas identidades, ocasionou fissura no movimento, posto que a procura por uma “legítima” identidade feminista corroborou para criar conflitos na trama do que seria “uma feminista ou não”. Conforme Verônica Guedes¹⁶²: “um grupo feminista que tem o setor sindical, o setor bá bá bá (*sic*), não tem, os grupos feministas não tem essa estrutura, entende, exatamente aí, voltamos a marcar o que é um grupo feminista e o que é um grupo de mulheres¹⁶³”. As disputas, em torno do que significaria “ser feminista”, também, foram fatores que contribuíram para a saída de algumas mulheres da UMC. Essas disputas, em torno do que seria uma “verdadeira” feminista, vinham desde as narrativas

¹⁶¹ COSTA, C. L. *O sujeito nos feminismos: revisitando os debates*. Cadernos Pagu, 2002. pp.59-90.

¹⁶² GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁶³ Entendo, como movimento feminista, as lutas que reconhecem as mulheres como especificamente e sistematicamente oprimidas. É a afirmação de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza e, portanto, são passíveis de transformação. Como movimento de mulheres, entendo movimentos cujas reivindicações não são de direitos específicos das mulheres. Trata-se de movimentos sociais cujos componentes são, em sua maioria, mulheres. (PEDRO. 2006, p.269).

fundadoras do movimento, no Brasil, durante a década de 1970,

Disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, de um lado, e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro. (PEDRO, 2006, p. 250)¹⁶⁴.

O processo de identificação que, nesse caso, é a construção constante feita, em torno do movimento e das ações políticas, nesse sinônimo de tornar-se, há os marcos/eventos/organizações que contribuem para permitir essa identificação, na qual as mulheres se veem e tornar-se é algo contínuo, já que “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção¹⁶⁵”.

Ao questionar a estrutura do grupo, a divisão em setores, Verônica Guedes pontuou que essa não seria a forma de um coletivo feminista se organizar. A crítica feita, em relação à forma de a UMC se estruturar, também, foi outro elemento que ocasionou desentendimentos no grupo.

Em contrapartida, havia, também, a prerrogativa de que seria importante, para a própria manutenção da UMC, adotar um modelo mais organizativo. Segundo Grace Vitorino¹⁶⁶: “A diretoria era a direção, a direção sempre conduz qualquer momento, qualquer espaço, havia uma condução da diretoria, realmente havia, porque se a direção não puxa os demais ficam meio que perdidos, porque era muita coisa para ser feita”. Para outras integrantes, era importante, mas também, necessária a formação de uma direção na entidade, a distribuição de tarefas de modo mais formal, para que as atividades pudessem ser realizadas. Segundo Grace Vitorino¹⁶⁷: “Mas, eu não estou nem pensando na hierarquia, estou pensando na direção, como uma direção mesmo de dirigir processos, liderar o processo”. Para Grace Vitorino, tratava-se muito mais de uma questão de liderar a organização, por causa, também, do próprio número de associadas que havia, no sentido de conduzir a entidade de maneira mais organizativa, do que necessariamente com hierarquias e um modelo mais rígido de militância.

¹⁶⁴ PEDRO, J. M. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez.2006.

¹⁶⁵ HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.106.

¹⁶⁶ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁶⁷ Idem.

Todavia, muitas vezes, uma determinada “rigidez” era adotada, dentro da entidade, porque era um reflexo, também, do que acontecia em outras organizações da esquerda, nas quais as mulheres deveriam performar uma determinada conduta. Segundo Schlatter Junior¹⁶⁸:

A partir do momento que um/uma militante ingressasse em determinada organização, deveria agir performaticamente, tomando certas atitudes e deixando de tomar outras, vestindo um tipo de roupa e deixando de vestir outro, se alimentando de uma forma que talvez não se alimentasse isoladamente. (SCHLATTER JUNIOR 2011, p.398).

A UMC foi uma entidade que derivou do Movimento Feminino pela Anistia, além disso, várias integrantes participavam, também, de outras organizações de esquerda. Muito do comportamento e da postura adotada, em outros movimentos, acabavam por ser reproduzidos na entidade. Era um reflexo, também, do modo como a esquerda se portava naquele período. Então, a própria adoção de uma direção, divisão em departamentos, fichas de inscrição eram práticas que seguiam um modelo adotado pela esquerda, naquele contexto, e que era reproduzido pela entidade. O diálogo, também, com pautas mais gerais derivava dessa perspectiva, na qual a UMC traçava uma militância muito próxima a de outras organizações da esquerda.

O próprio Estatuto da organização trazia, em alguns dos seus artigos, essa dialogicidade com assuntos mais gerais, uma das finalidades da entidade era: “atuar juntamente com as outras entidades e movimentos sociais na luta por melhores condições de vida e liberdade”. (Art.2º). Essa postura, adotada pela UMC desde a sua fundação, foi gerando, aos poucos, insatisfação, em algumas integrantes, visto que o intuito do órgão deveria ser agregar às pautas feministas. Para Verônica Guedes¹⁶⁹: “eu não vejo problema do grupo feminista ter suas lideranças formalizadas, o que eu vejo problema é que ela queira abranger todas as questões, centralizar e começar fazer papel dos outros fóruns sociais, que já existem, dos outros espaços de luta que já existem”.

Na tentativa de manter uma aproximação com outros movimentos da esquerda, durante a ditadura militar brasileira, a UMC gerou discordância, em relação ao modo de

¹⁶⁸ SCHLATTER JUNIOR. S. L. Sujeitos e Amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). *Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul*. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.391-407. A performance era algo que poderia influenciar a permanência e aceitação das mulheres nas organizações de esquerda, isso influenciou na subjetividade dos indivíduos direta e/ou indiretamente.

¹⁶⁹ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

conduzir suas pautas e debates, em meio à conjuntura, mas também, em relação ao que vinha sendo abordado pelos feminismos nas décadas de 1970-1980. Essa constante disputa, por militância e adesão de mulheres, gerou um campo, no qual os conflitos estavam cercados por uma busca de identidades tidas por “legítimas”, em que o reconhecimento do outro fosse uma das premissas de validação dessa construção identitária. A construção de uma identidade feminista coletiva, também, afinal, a UMC buscou se firmar, enquanto organização, abrangendo diversas pautas de discussão, mas tentou assegurar o caráter de entidade feminista.

A nossa discussão, sobre os feminismos de “Segunda Onda”, está atravessada, também, pela discussão das identidades, que buscaram se constituir nesse período. Butler defende que “‘o agente’ é diversamente construído no e através do ato”. (2017, p.245-246). Pensar essa perspectiva, abordada por Butler, é dialogar, também, com o que nos propõe Scott acerca da historicização das experiências, consequentemente, das identidades. Segundo Scott:

Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. Experiência nesta definição torna-se, então, não a origem de nossa explanação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, sobre o que o conhecimento é apresentado. (SCOTT, 1998, p.304).

São os atos produtores desses agentes, os quais são experienciados e historicizados pelo diálogo mantido entre os sujeitos nessa constituição, na qual, nós historiadores/as, buscamos problematizar esse conhecimento apresentado por meio das experiências produzidas. Produção essa que se faz e é feita por meio de “agentes” constituidores e constituídos, os quais são atravessados pela ação. Ainda, de acordo com Butler: “se o sujeito é culturalmente construído, mesmo assim ele é dotado de ação, usualmente representada como a capacidade de mediação reflexiva, a qual se preserva intacta, independentemente de sua inserção cultural”. (2017, p.246). Os sujeitos se constituem, mas não são acabados pela linguagem discursiva e pela inserção cultural, esses são elementos úteis à produção, mas não são os finalizadores do processo de construção das identidades.

Nessa discussão, voltamos à problemática que é discutir as identidades e o processo de identificação que cercam os “agentes” produtores desse circuito. Muitas vezes, as definições identitárias acabam criando campos de exclusão, no qual o reconhecimento do outro gera identificação, mas, o contrário, acaba por gerar restrição. Para Nilze Costa e

Silva¹⁷⁰: “o que me levou foi isso. Era uma questão de objetivo, de achar que os objetivos de um grupo, não digo superiores. Mas, tinham mais a ver com o que eu pensava sobre o feminismo”. A narração destaca acerca do processo de identificar-se com o Grupo Feminista 4 de Janeiro, o que motivou sua saída da UMC. Nesse percurso, as identificações com os feminismos e a construção dessa “identidade feminista coletiva”, a partir do reconhecimento do “outro” pelo “eu”, que compõe a organização é relevante para dar a pretensa validade que se busca em meio à política de identidades.

Essa busca por identificação e validação causou, também, a “exigência” de uma lealdade ao grupo que se fazia parte, tendo por base sempre a premissa de manter-se alinhado às pautas e à organização, para Verônica Guedes¹⁷¹: “Mas o que afastou mesmo a gente foi essa pirraça mesmo aí de sempre estarem colocando em dúvida uma fidelidade nossa a questões que não nos diziam respeito, é como se a gente passasse o tempo tramando, não tivesse mais nada pra fazer”. A narrativa faz referência à “cobrança”, feita em relação à adesão de mulheres nas discussões de pautas mais gerais, tendo em vista que a UMC dialogava com outras entidades e movimentos. O debate estava atravessado por demandas que abordavam diferentes temas. Ao mesmo tempo, essa “fidelidade”, apontada por Verônica Guedes, pode nos dizer, também, sobre as identificações com a entidade e com as discussões que eram promovidas por ela.

Nessa seara das identificações e das construções identitárias, há a dialética que se conduz entre memória e identidades, que segundo Thomson: “construímos nossa identidade em relação a histórias de outras pessoas a nosso respeito e nossas próprias histórias a nosso respeito, histórias a respeito do nosso passado e nosso presente e acerca daquilo que queremos nos tornar”. (1997, p.80). As reminiscências integram essa trama identitária, na qual as memórias dialogam com as perspectivas individuais, mas também, coletivas, as quais buscam identificar o sujeito, no qual se tornou ou se quer se tornar, esse alinhamento das lembranças é fator crucial para compreender esse complexo jogo do recordar, no qual as “reminiscências são *passados importantes* que compomos para dar um sentido satisfatório à nossa vida¹⁷²”.

A busca por construir uma consonância entre memórias e identidades, sejam elas passadas ou presentes, a tentativa de construir esse passado com o qual se possa identificar e

¹⁷⁰ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁷¹ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁷² THOMSON. Alistair. (1997, p.57).

conviver com ele, na premissa de uma adaptação ao que se pretendia ou pretende ser. Toda essa dialogicidade é fruto da perspectiva do constate processo de fazer-se a si mesmo e, nesse percurso, memória/linguagem/performance integram a gama que contribui para compor essa variantes identitárias. Mas, será que podemos considerar uma “identidade coletiva feminista”, na qual as mulheres se identificassem e estivessem dispostas a partilhar essa ideia da política de identidade? Os símbolos, signos e a própria experiência individual, mas também, a inserção no social dialoga para perceber uma pluralidade, mas isso não significa dizer coletividade.

Segundo Niethammer: “a identidade deveria sempre ser plural, deveria levar em consideração os muitos lados que devem estar em harmonia nos indivíduos, e, quando se trata de coletividade, você não pode simplesmente saltar do indivíduo para o coletivo”. (1997, p.137). Nesse aspecto, a tentativa de tornar as identidades um fator coletivo é arriscado, porque, conforme nos diz Niethammer, apenas, saltar do individual para o coletivo deixa margem e não agrega toda a complexidade que há em perceber essas diferenças entre o indivíduo e o social. Há um percurso que deve ser realizado e, mais ainda, é necessário fazer uma análise desse processo intermediário, que envolve esse “saltar” de um campo a outro (individual/coletivo). É cauteloso observar o modo pelo qual essa política de identidades vai buscar “formar” esses sujeitos, os quais compõem esses grupos, mas também, se, nesse processo de composição, a ação individual é posta à margem, sem que haja a necessária análise sobre a produção do ato de fazer.

Conforme Butler: “o raciocínio *fundacionista* da política da identidade tende a supor que primeiro é preciso haver uma identidade, para que os interesses políticos possam ser elaborados, e, subsequentemente, empreender a ação política”. (2017, p.245). A premissa de que é necessário “fundar” uma identidade, nesse caso, pensando muito mais em uma perspectiva coletiva, para que se possa alcançar uma ação política, pode reduzir o sujeito a uma identidade, a qual precise ser validada, identificada e, muitas vezes, resulte na exclusão.

Com isso, não estamos dizendo que as identidades e esse reconhecimento não foram/são importantes para os feminismos, as mulheres, que migraram da UMC para outros grupos, buscavam se identificar com questões que fossem mais relevantes para elas, naquele momento, com assuntos que tocassem mais sua militância e a sua forma de construir uma política feminista. Mas, ressaltamos a necessidade de análise desse discurso identitário, que não pode reduzir os “agentes”, constituidores de ação, a uma identidade pronta, acabada e coletiva. É preciso atentar-se às experiências, que compõem esses sujeitos, historicizar esse movimento político, que é o feminismo e suas ações práticas que envolvem os “agentes” de

ação. Ao mesmo tempo, esse percurso de identificações corroborou para fazer com que muitas mulheres passassem a integrar outros grupos, visto que encontraram discussões com as quais se familiarizaram e faziam mais sentido naquele período.

4.2. É divisionismo? Formação de outros grupos feministas no Ceará.

[...] “A gente foi conhecendo a Deise¹⁷³, eu não me lembro mais, a Pipira¹⁷⁴ e tal e resolvemos criar esse grupo, que a gente chamou Feminista 04 de Janeiro, que foi o dia que a Celizete morreu”. Verônica Guedes¹⁷⁵ narrou como aconteceu o processo de fundação do Grupo Feminista 4 de Janeiro, em 1981, após a cisão entre algumas mulheres que compunham a UMC, e decidiram sair da organização para integrar o novo grupo. A formação do grupo 4 de Janeiro, uma das dissidências da UMC, foi caracterizado marcadamente pelo suicídio de Maria Celizete Ribeiro Moreira, tanto que o nome do grupo faz referência ao dia de sua morte. Mulher de classe média, tinha 30 anos de idade, residente no bairro Aldeota, em Fortaleza-CE. “Embebedou” seu vestido de querosene e ateou fogo. Ainda foi socorrida pela mãe e o irmão, que a levaram para a Unidade de Queimados da Assistência Municipal em Fortaleza-CE.

O marido dela, ao saber do ocorrido, foi ao hospital e conseguiu uma gravação, na qual Maria Celizete dizia que o esposo era inocente¹⁷⁶. O suicídio ocorreu após a esposa não conseguir “cumprir” 12 obrigações que foram postas pelo marido. Os 12 “mandamentos¹⁷⁷” deveriam ser seguidos à risca pela companheira, sem contestações, não conseguindo cumprir

¹⁷³ Deise foi um nome citado, por Verônica Guedes, durante a entrevista, mas por ela não lembrar o sobrenome ou qualquer outra informação, não conseguimos mapear, na documentação, mais informações sobre a militância de Deise.

¹⁷⁴ O apelido refere-se a Iraci Sampaio. Militante da União das Mulheres Cearenses, posteriormente, do Grupo 4 de Janeiro.

¹⁷⁵ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁷⁶ “Mulher se mata com fogo porque não podia cumprir leis impostas pelo marido”. *Jornal do Brasil* (07/01/1981, p.18). Maria Celizete Ribeiro Moreira cometeu suicídio após não suportar mais os maus tratos do marido e por não conseguir cumprir um acordo firmado entre eles, no qual ela deveria cumprir 12 “mandamentos” que ela havia determinado.

¹⁷⁷ Entre alguns deles estão: 1- Nunca ofender com palavras ásperas. 6-Trasferir todo o patrimônio que estiver em seu nome para seu marido, não podendo, desta data em diante, comprar nada no seu nome. 8-Sempre reconhecer a autoridade do marido em qualquer ocasião. 10-Não levar problemas de família para perturbar o sossego do casal. 11-Não dar nenhuma ajuda financeira para a família, afora o permitido. *Jornal do Brasil* (07/01/1981, p.18).

e convivendo constantemente com maus tratos Maria Celizete Ribeiro Moreira suicidou-se.

A inocência do marido Raimundo José Moreira foi contestada, pela família dela e houve uma luta, encapada pelo grupo 4 de Janeiro, após sua morte, “nós fomos pesquisar e isso daria um processo de indução ao suicídio, parece que só existia um na América Latina, dois no mundo, era uma coisa assim¹⁷⁸”. Ele foi condenado a quatro anos de prisão, em 1981, por júri popular. Mas ficou foragido, até 1986, quando foi preso. Todavia, foi liberado, 72 horas depois, e cumpriu a pena em regime aberto¹⁷⁹.

A reivindicação, feita pela família e pelo Grupo 4 de Janeiro, rendeu a condenação do marido de Maria Celizete pelo júri popular, demonstrando o apelo feito à sociedade, em torno das violências sofridas pela vítima, entretanto, a pena foi cumprida, em regime aberto, sem alterações no cotidiano do agressor. A “naturalização” da violência contra a mulher ou a pouca importância dada a isso foram fatores que contribuíram bastante para mobilizar os grupos naquele período, inclusive, até hoje.

Para Nilze Costa e Silva¹⁸⁰, o Grupo 4 de Janeiro funcionou com uma nova forma de perceber a emancipação feminina. As novas possibilidades de formação desses grupos estavam atreladas às disputas, acerca dos feminismos, da política de identidades, da perspectiva de militância e da abrangência de pautas. Esses foram alguns fatores que culminaram nesse “racha” da UMC no início da década de 1980. Para Grace Vitorino¹⁸¹, a formação de outros grupos esteve vinculada, também, à prerrogativa partidária que havia, naquele momento, “à época foi uma divergência político partidária mesmo, foi isso. Isso que determinou”. A ligação com partidos políticos de esquerda, também, foi um fator crucial para que muitas mulheres deixassem a UMC e integrassem outros grupos, com os quais se identificavam mais. A UMC era vinculada ao Partido Revolucionário Comunista, então, algumas associadas não concordavam com determinadas posturas do partido, isso criava certa tensão entre as participantes,

[...] o movimento de mulheres tinha por trás o antigo PRC, que era o Partido Revolucionário Comunista, do qual eu fiz parte, mas eu também saí por discordar de muitas coisas, eu fui praticamente expulsa assim, mas eu pedi pra sair também com

¹⁷⁸ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁷⁹ “Juiz concede ao autor do ‘Código Conjugal’ a brandura da lei penal”. *Jornal do Brasil* (26/07/1986).

¹⁸⁰ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁸¹ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

uma carta, porque eu discordava dos métodos e discordava também da política e daí eu tive que sair da União das Mulheres Cearenses, por movimento do partido¹⁸².

Na fala de Fátima Carvalho, a observação feita, em relação ao partido, denota que a influência partidária era forte e dialogava bastante com a organização da UMC, a ponto de ela não se sentir confortável em permanecer na organização, após romper com o partido. Ainda, de acordo com Fátima Carvalho¹⁸³: “A UMC jamais me colocaria pra fora, eu que não me senti bem, como que saí do partido e sabia que tinha forte influência na UMC, então, eu que saí”. Não havia a prerrogativa de que, para participar da UMC, deveria estar vinculada ao PRC, todavia, os processos de “ruptura” com o partido, também, influenciavam na dinâmica da entidade, fazendo com que algumas mulheres, a exemplo de Fátima Carvalho, não se sentissem confortáveis e abandonassem a organização.

O desconforto partia, principalmente, porque várias integrantes compunham, também, o quadro partidário do PRC, para Fátima Carvalho¹⁸⁴: “tinham pessoas influentes que conduziam a UMC, que participavam do partido também, e tinha fortes influências, eram maioria”. A influência partidária criava essa tensão, o que acabava por fazer com que algumas mulheres saíssem da organização ou as que se identificavam com outros partidos saíram também e fundaram seus respectivos grupos: o Centro Popular da Mulher¹⁸⁵, que tinha vinculação com o Partido Comunista do Brasil-PC do B.

A criação de outros grupos feministas esteve associada à premissa de uma ligação partidária, na qual as militantes se identificavam e passavam a integrá-los. Essas ditas divisões começaram a surgir, já nos primeiros encontros organizados pela UMC, nos Congressos da Mulher Cearense, em que a UMC era a principal responsável pela organização, gerenciamento, coordenação e tinha maior peso nas discussões e falas. Durante o III Congresso da Mulher Cearense¹⁸⁶, a UMC deliberou a decisão de lançar uma nota de repúdio

¹⁸² CARVALHO, Fátima. Entrevista, 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ CARVALHO, Fátima. Entrevista, 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁸⁵ O Centro Popular da Mulher foi um grupo que surgiu, em 1982, vinculado à linha oficial do Partido Comunista do Brasil-PC do B. Essa linha causou divergências, dentro da sigla, porque omitiu dos militantes a derrota na Guerrilha do Araguaia e não permitiu a autocrítica dentro, da organização, isso causou rupturas no partido, fazendo com que alguns militantes rompessem e integrassem o Partido Revolucionário Comunista. (DUARTE, 2012).

¹⁸⁶ O III Congresso da Mulher Cearense ocorreu nos dias 06, 07 e 08 de abril de 1984, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

contra o CPM, o que foi observado e analisado pelos militares, que realizavam a vigilância do Congresso, no dossiê produzido, observa-se: “Nota de repúdio ao CENTRO POPULAR DA MULHER, por ter dividido o movimento feminista cearense”. (ACE, 42610/84, 1984¹⁸⁷). A ideia de divisão entre os grupos não era algo circunscrito à esquerda e aos movimentos feministas do período, a ditadura militar e seus agentes de segurança, também, estavam atentos a esse processo de divisionismo do movimento. Ao mesmo tempo, o repúdio, demonstrado pela UMC, em relação à fundação do Centro Popular da Mulher, mostra os conflitos que começaram a surgir de modo mais aparente, quando outros movimentos foram se organizando de maneira autônoma com relação à UMC. O Centro Popular da Mulher, em contrapartida, lançou uma nota, em 1984, que foi distribuída, nas ruas de Fortaleza-CE, a qual demonstrava o caráter de autonomia e de liberdade que deveria existir na organização dos movimentos feministas no período. Segundo a nota o:

Centro Popular da Mulher, entidade que tem em Fortaleza o seu âmbito de ação, não pretende o monopólio das opiniões e das ações de todas as mulheres, pois considera que a perspectiva democrática que orientou sua criação, esta em sintonia com os interesses da uma população saturada de autoritarismo e que anseia por um regime de amplas liberdades; pelas eleições diretas para presidente da República e por uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. (ACE, 39673/84, 1984).¹⁸⁸

A referência da nota em não pretender o “monopólio das opiniões e das ações de todas as mulheres”, pode estar relacionada à crítica que havia, em torno da UMC, no que diz respeito à tentativa de homogeneização da entidade, então, a defesa do CPM à democracia e de como essa questão era um valor para a organização dialoga com seus preceitos. Isso se baseia, também, nas fissuras que ocorreram na União das Mulheres e convergiram para o rompimento, além disso, o CPM era um grupo vinculado ao Partido Comunista do Brasil¹⁸⁹, já a UMC era ligada ao Partido Revolucionário Comunista¹⁹⁰. Os atritos, que havia entre os

¹⁸⁷ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 42610/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

¹⁸⁸ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 39673/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

¹⁸⁹ “Nesse período, o referido partido possuía duas estruturas partidárias: uma, formada a partir de 1974, fruto do encontro de Rosa da Fonseca, recém saída prisão, com o casal Jorge Paiva e Célia Zanetti, além da professora Maria Luíza Fontenele, que havia retornado dos Estados Unidos [...] e outra, ligada diretamente ao Comitê Central do partido, criado em 1979, constituídas de antigos militantes, liderados por Gilse Avelar e Benedito Bezerril”. (PONTE JUNIOR, 2000, p.16).

¹⁹⁰ “O processo de unificação da dissidência do PC do B resulta na fundação em 21 de janeiro de 1984 do PRC (Partido Revolucionário Comunista), que estabelecia como objetivo político-tático a derrubada revolucionária da ditadura militar, dando início, após intento, a construção do socialismo no Brasil”. (PONTE JUNIOR, 2000, p.17).

partidos, acabavam por chegar, também, nas entidades feministas que tinham, muitas vezes, vinculação a diferentes partidos da esquerda. Para Fátima Carvalho¹⁹¹: “em todo canto, em todo partido, em todo movimento tem pessoas mais flexíveis e outras mais duras”.

A relação que Fátima Carvalho faz, em sua narrativa, entre a rigidez dos partidos e como isso pôde implicar na continuidade de uma militância ou não, reverbera, também, nas ações das organizações feministas, as quais estavam ligadas aos partidos e, conseqüentemente, acabavam por reproduzir essas práticas, o que influenciou de modo direto/indireto na saída de associadas e na formação de outros movimentos. Ainda, de acordo com Fátima Carvalho¹⁹²: “os sectários não admitiam que eu ficasse dentro dos movimentos, com aquelas posições que eu tinha, porque eu sou uma pessoa mais livre, que admitia outras posições dentro do movimento e dentro do partido também”.

A postura e a adoção de determinadas ideias e posições poderiam interferir na maneira pela qual as militantes se inseriam nas respectivas organizações e partidos, na fala de Fátima Carvalho, “suas posições” não eram admitidas de modo tranquilo por setores mais “sérios” associados ao movimento feminista e ao partido político. O que significou para a ação política a visão mais “liberal” de mulheres vinculadas aos partidos? Qual foi a repercussão na militância ter a atuação de mulheres que romperam com as “amarras” partidárias?

No caso específico da entrevistada, a saída do partido significou a recepção negativa diante de suas práticas/ações mais livres e não associadas a uma forma de se portar, o que poderia ser “exigência” partidária para seguir na militância, “eu não queria obedecer aquelas regras do jeito que elas eram e você sabe que num partido vem de cima pra baixo e eu não admitia isso¹⁹³”. Na discussão do que vinha sendo os feminismos de Segunda Onda, contestar ou mesmo romper com setores “sectários” dos partidos de esquerda, fomentava a urgência de discutir a presença feminina, nas organizações, de modo autônomo e independente.

A similaridade que existia, nas ações partidárias e o que era reproduzido nas organizações feministas, reforçam, ainda mais, as especificidades que marcaram os

¹⁹¹ CARVALHO, Fátima. Entrevista, 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁹² CARVALHO, Fátima. Entrevista, 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁹³ CARVALHO, Fátima. Entrevista, 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

feminismos de “Segunda Onda”, no Brasil, durante a ditadura militar. Essas trocas, que existiam entre a prática no partido e no movimento feminista, eram comuns/frequentes, porque, nesse período, os feminismos surgiram, no país, e a chamada “dupla militância”, também, foi algo corrente entre as feministas, que dividiam sua militância entre os partidos de esquerda e os coletivos de mulheres, isso ocorreu, porque:

[...] o autoritarismo também era marca dos grupos de oposição ao regime militar, que rejeitavam a demarcação da diferença como “diversionista”, “antirrevolucionária”, algo que atrapalharia “a luta” por causas “mais importantes” ou “prioritárias”, Assim, tematizar a questão “mulher” em meio ao regime autoritário significou manter um delicado equilíbrio entre situar-se nos grupos de oposição e criar um discurso novo, que levasse a condição feminina em consideração. (ROSEMBERG, 2013, p.341-342).

A tentativa de equilibrar essa balança que ora pendia para o partido, ora para a militância feminista criou a premissa de que não seria viável, não naquele período, estabelecer uma ação política feminista, dentro das organizações de esquerda partidárias, tendo em vista a necessidade de militar em movimentos distintos. Além disso, havia a prerrogativa da divisão sexual dentro da própria esquerda, o que corroborou para a dupla militância, visto que,

Era também muito difícil que mulheres atingissem cargos de comando dentro de uma organização de esquerda e quando atingiam a cobrança sobre elas era maior do que sobre os líderes homens; diante de qualquer erro que cometessem poderia ser utilizada a justificativa de que esse não era um “trabalho de mulher”. (HENTZ; VEIGA. 2011, p.153-154).

Essas prerrogativas foram cruciais para definir uma dupla militância, mas também, para caracterizar a saída de algumas mulheres de seus partidos e adotar exclusivamente a militância feminista. As que permaneceram, em suas respectivas organizações, tentaram abordar alguns temas e pautas feministas, mesmo que a recepção não fosse a mais positiva.

Essa dupla militância significou a inserção de pautas de discussão nos partidos de esquerda, de acordo com Pedro: “a presença de mulheres em grupos de esquerda chegou algumas vezes a configurar uma ‘dupla militância’, já que elas levavam para esses grupos ideias extraídas do movimento feminista”. (2013, p.252). Ao mesmo tempo em que algumas práticas eram reproduzidas, nas organizações de mulheres, também, conseguiam levar ideias e discussões para os seus respectivos partidos. Esse diálogo permitiu que novas formas de pensar a militância feminista fossem sendo vistas, inclusive, pelas esquerdas, que não via com “bons olhos” a militância feminista. Mas, as cisões, que aconteceram nos coletivos feministas, estavam motivadas, em grande parte, por desentendimentos em relação à condução das pautas

feministas e às ações dos grupos. Para Fátima Carvalho¹⁹⁴: “era só uma questão de leitura e interpretação da conjuntura que nos separava”. Desse modo, a perspectiva, muitas vezes, era relacionada às diferentes formas de perceber a conduta prática/política das ações de militância no período. A narrativa reitera que a separação ocorreu, também, por questões de visão, enquanto maneiras de agir, e conduta na luta contra a ditadura e na militância feminista.

Essa divisão, que ocorreu na UMC e ocasionou a formação de outros grupos, tentou ser barrada por algumas associadas, que enxergavam, nessa cisão, um prejuízo para a luta contra a ditadura militar, a luta de classes e os feminismos. Para Maria Luíza Fontenele:

[...] havia necessidade de que todos esses movimentos formassem um movimento único contra o capitalismo, não essa coisa partida, como tava acontecendo, fragmentada, só no nível das mulheres, você tinha na União das Mulheres, o movimento negro, as mulheres lésbicas, as mulheres índias, entendeu, então, indígenas, e aí a gente lutava para que não houvesse essa fragmentação, mas sim, um movimento único. Não conseguimos¹⁹⁵.

Ou seja, havia a tentativa, dentro da UMC, de “frear” esse movimento de separação que ocorria, a partir dos anos 1980, mas, conforme, Maria Luíza Fontenele nos disse, não houve êxito e muitas militantes saíram para formar/compor novos grupos. Esses movimentos até partilhavam lutas comuns, participavam dos Congressos, de outros espaços de militância, mas existia, entre eles, o descontentamento por causa da divisão. A nota de repúdio da UMC contra o Centro Popular da Mulher, acusando-o de dividir os feminismos, durante o III Congresso da Mulher Cearense, em 1984. Na nota emitida pelo CPM, em 1984, percebemos que havia a premissa de encarar a luta contra a opressão feminina de maneira conjunta, porque a divergência entre a UMC e o CPM era por questões partidárias, consoante discutimos anteriormente, e, além disso, o grupo,

[...] defende a existência natural das entidades representativas das mulheres e a defesa intransigente dos seus interesses, que somam-se à luta de todo o povo brasileiro. O CPM pugna pela unificação dessas entidades, de forma que traduza de fato o conjunto das lutas e opiniões das mulheres do Ceará. (ACE, 39673/84, 1984)¹⁹⁶.

Ao mesmo tempo em que havia a defesa pela autonomia dessas entidades de se

¹⁹⁴ CARVALHO, Fátima. Entrevista, 17 de maio de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁹⁵ FONTENELE, Maria Luíza. Entrevista, 19 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁹⁶ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 39673/84, 1984. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1984. Fundo SNI.

organizar e representar os diferentes interesses das mulheres, também, havia a preocupação de manter uma unificação, em prol do fortalecimento da luta contra a opressão, que se somasse a outras pautas reivindicatórias. Apesar das fissuras dentro da UMC e dos outros grupos que surgiram posteriormente, existia a tentativa de manter o diálogo, entre essas entidades feministas, que, apesar das desavenças, partilhavam de objetivos comuns.

Então, nesse limbo, no qual havia diferentes entidades, as quais divergiam, mas, ao mesmo tempo, uniam-se, em prol de questões comuns, é possível falar de divisionismo, enquanto fator de enfraquecimento da militância feminista? Será que o surgimento de novos grupos, os quais se propunham a exercer a pluralidade das ideias feministas, podemos considerar que foi um “problema” para o desenvolvimento dos feminismos no Ceará? As mulheres que fundaram/integraram outros grupos, após a saída da UMC, encaravam que estavam dividindo a luta? O que podemos afirmar é que, em meio a tantas questões e tensões, a formação de novos grupos trouxe, para o cenário cearense, ainda mais, discussões aprofundadas sobre os feminismos de “Segunda Onda”, tendo em vista que as militantes buscaram dar continuidade, mas também, aprimorar muito do que já vinha sendo debatido pela UMC.

Todavia, a formação dos novos grupos sugeriu, em certa medida, que havia uma fragmentação na forma de pensar/agir em relação às práticas feministas e à maneira de conduzir a militância e as pautas de discussão. A UMC representava uma entidade forte, com muitas associadas, mas que trazia, também, a influência partidária, o diálogo com pautas mais gerais, isso gerou descontentamento, ademais, algumas sócias tinham uma postura mais “conservadora”, quando o assunto era militância e o debate de algumas pautas.

Para Verônica Guedes¹⁹⁷: “a gente já tinha iniciado esse processo de grupo, então, foi ficando meio insuportável, era muito preconceito, eu lembro que teve uma época que a gente ficou irritada mesmo, sabe com essa coisa, inclusive de estar sendo muito vigiada por eles”. O peso do preconceito foi um fator determinante nas dissidências nesse período, apesar de as discussões sobre sexualidade já estarem sendo reivindicadas, nesse momento, em vários países, como Argentina, México, Porto Rico, Nicarágua e Estados Unidos¹⁹⁸. O país, ainda,

¹⁹⁷ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

¹⁹⁸ “A rebelião de Stonewall, ocorrida em 1969, na cidade de Nova Iorque, iniciou um amplo movimento político nos Estados Unidos que, eventualmente, fortaleceu e positivou os estudos sobre gays e lésbicas. A rebelião de Stonewall contra a polícia, ocorrida em um bar do Greenwich Village ó um evento que é hoje comemorado com a Passeata Anual do Orgulho Gay em diversos países do mundo - simboliza o advento de um novo movimento social”. (GREEN, 2003, p. 22).

não havia avançado tanto, em relação ao debate: “O Brasil estava notadamente ausente desse processo ainda que possuísse um vivo segmento homossexual masculino - bastante proeminente durante o carnaval - e com uma, embrionária, sociabilidade lésbica”. (GREEN, 2003, p.30). Mesmo com as articulações dos movimentos homossexuais, ainda, eram ausentes as discussões, mais abertamente, nos segmentos da esquerda durante as décadas de 1970-1980. A falta do debate ressonou para a criação de grupos mais específicos, que buscaram trazer as discussões sobre sexualidade de modo mais livre.

Então, quando o Grupo Feminista 4 de Janeiro começou a ser pensado, ainda, tendo ligação com a UMC, Verônica Guedes já trazia sua insatisfação com o modo que a UMC buscou realizar um “controle”, em torno do agrupamento de algumas mulheres, ela destacou, ainda, a questão do preconceito, que estava direcionada a fatores citados, anteriormente, tais como: uma maior liberdade sexual maior de algumas mulheres, o fato de ingerir bebida alcoólica, nos intervalos das reuniões, chegar de maiô vindo da praia. Esses elementos que culminaram na saída de algumas mulheres, tais como: Verônica Guedes e Nilze Costa e Silva, que integraram o 4 de Janeiro e foram entrevistadas nessa pesquisa. Ainda, em relação a essa questão da “vigilância” exercida por algumas sócias¹⁹⁹ da UMC,

Havia assim um policiamento quanto ao comportamento, por exemplo, você tá num congresso, você tá numa reunião, você tem que se comportar daquele jeito, você não pode dar aquela saidinha, fumar um cigarro, quem fuma, eu não fumo, mas quem fuma tem que sair na rua, aí lá se vem o policiamento, tá tendo uma votação e você não tá lá, não sei o quê, aí assim, a gente se sentia comandada²⁰⁰.

Essa espécie de “vigília” que a UMC exercia, sobre algumas mulheres, era na tentativa, também, de barrar essas organizações paralelas que aconteciam e que culminaram nas fissuras dentro da entidade. Essa ideia de “vigiar” traz a prerrogativa de manutenção de um aspecto “conservador”, no qual as mulheres eram abordadas, caso estivessem fora da reunião, fumando um cigarro ou dado uma saída rápida, além da exigência de um comportamento que deveria atender a determinadas normas, que não fossem essas posturas mais livres. A ideia de um “comando” e do sentir-se comandada, por algumas associadas, reitera a premissa do “controle” da UMC sobre muitas filiadas. Mas, esse “controle” acabou causando, ainda mais, desconforto, para Verônica Guedes:

¹⁹⁹ Ressaltamos que alguns nomes foram citados durante a entrevista, mas não foi autorizada a divulgação na transcrição.

²⁰⁰ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 10 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

[...] quando a nossa amiga lá ia na nossa reunião, ela não ia pra discutir as coisas com a gente, existia quase um negócio, vamos ver o que que elas estão fazendo, acho que eles tinham medo que a gente tivesse tramando alguma coisa de vamos acabar com esse grupo e começar outro e não sei o quê, tomar não sei quem²⁰¹. (Entrevista, 28 de agosto de 2018).

A narrativa dela, em relação a uma “amiga” que ia participar das reuniões que deram início ao Grupo 4 de Janeiro, demonstra a queixa em relação à forma de a UMC conduzir essa tentativa de “controlar” as ações das outras associadas, partindo da premissa de que essas mulheres estavam “tramando” contra a entidade e buscavam conseguir mais adeptas para seu grupo. Sempre atrelando uma ideia de “traição” ao grupo que pertencia anteriormente, como se, a saída da UMC e o fato de integrar outro órgão, fosse algo que indicasse uma “deslealdade” à luta iniciada pela União das Mulheres.

Essa dita “infidelidade” estava associada, também, à questão das disputas dos feminismos e à identidade política feminista. Para Verônica Guedes²⁰²: “Nós estamos falando que aqui só tinha nós, esse grupo feminista”. A narrativa, sobre as disputas do que seria um grupo feminista, reverbera, na fala de Verônica Guedes, ao fazer referência ao 4 de Janeiro como sendo o único grupo feminista no Ceará. Isso caracteriza o que significava para as mulheres essas fissuras e o surgimento dos novos grupos. Era a tentativa de se firmar e, mais ainda, construir uma identidade feminista “legítima” com a qual elas pudessem se identificar.

O surgimento do Grupo 4 de Janeiro, em 1981, posteriormente, do Centro Popular da Mulher, em 1982, e do NEDIM²⁰³ (Núcleo de Estudos, Documentação, Informação da Mulher), em 1980, fomentaram as críticas à UMC, além de representar novas maneiras de apresentar, mas também, lidar com as discussões feministas no período. Durante o II Congresso da Mulher Cearense²⁰⁴, foram analisados, pelos militares, os conflitos que

²⁰¹ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

²⁰² Idem.

²⁰³ “A criação do NEDIM tem a ver com processo de institucionalização dos feminismos nesse período, décadas de 1970-1980. Ver: COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis-SC. 2º semestre/1994. De acordo com Ramkrapes: “No Ceará, a iniciativa partiu de um grupo de pesquisadoras ligadas à Universidade Federal do Ceará, sob a orientação das professoras Zaira Ary, Isolda Castelo Branco e Francisca Simão de Souza, que fundaram, em 1980, o NEDIM – Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher. Criado no departamento de Ciências Sociais, o Núcleo propunha a produção de pesquisas acadêmicas sobre a realidade feminina “para que possam ser úteis à transformação social, na construção de uma sociedade mais igualitária”, além de projetos de extensão junto à comunidade de Fortaleza”. (2017, p.153-154).

²⁰⁴ O II Congresso da Mulher Cearense ocorreu nos dias 12 e 13 de março de 1983, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Teve como principal idealizadora a União das Mulheres Cearenses, mas contou também com a participação de membros do Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher-NEDIM e representantes do Centro Popular da Mulher-CPM.

existiam, entre as organizações, e as insatisfações que havia entre algumas dirigentes de outras entidades em relação à UMC.

O fato da direção do Congresso, em apreço haver ficado a cargo da UMC, gerou descontentamento por parte dos grupos feministas, os quais manifestaram inconformismo contra a política "ditatorial" da UMC, que, inclusive, propôs a criação de um "núcleo" que congregasse as demais, sob sua coordenação²⁰⁵.

O descontentamento estava atrelado à postura mais "conservadora" da UMC, a qual era vista como sendo "ditatorial", no que dizia respeito a forma de organização do Congresso, que foi conduzido pela entidade, mas também, pela perspectiva da UMC de continuar de maneira organizativa, prevendo a coordenação sobre as demais entidades. As outras organizações, contudo, que participavam do Congresso, discordaram dessa proposta da UMC:

Tal proposta foi rejeitada pelos coordenadores: MOEMA CORREIA SÃO THIAGO²⁰⁶ e MARIA ISOLDA CASTELO BRANCO BEZERRA DE MENEZES²⁰⁷ (NEDIM), com apoio dos grupos: NINHO²⁰⁸ (entidade ligada a Arquidiocese de FORTALEZA que trata da evangelização e promoção das vítimas da prostituição e das famílias que vivem em condições sub-humanas) e 4 de JANEIRO que denunciaram manipulação do Congresso em prol das feministas, segundo as dissidentes, com objetivo de tirar proveitos políticos, esquecendo os interesses das mulheres. (ACE, 2035/83, 1983).²⁰⁹

As insatisfações surgiam e eram percebidas pelos militares, nesse período, que, não apenas, observavam essas desavenças, mas analisavam os impactos disso para a

²⁰⁵ Relatório do II Congresso da Mulher Cearense, realizado em Fortaleza-CE, em 1982. Produzido pelo Sistema Nacional de Informações-agência Fortaleza ligada a 10ª Região Militar encaminhado ao Ministério do Exército, em Brasília-DF. (ACE, 2035/83, 1983).

²⁰⁶ Moema Correia São Thiago nasceu em Formiga-MG, mudou para Fortaleza-CE no final da década de 1960. Ingressou no curso de Direito na Universidade Federal do Ceará. Foi militante da Aliança Libertadora Nacional-ALN. Foi exilada retornando ao Brasil, em 1979. Em 1986 foi eleita deputada federal pelo PDT. Foi expulsa do partido e passou a integrar o PSDB. (ACERVO CPDOC-FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moema-correia-sao-tiago>. Acesso em: 19 de janeiro de 2020.

²⁰⁷ Maria Isolda Castelo Branco Bezerra de Menezes foi professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, integrante do Núcleo de Estudos, Documentação e Informação da Mulher ligado a mesma instituição.

²⁰⁸ "Dom Frágoso, em 1960, na época Bispo Auxiliar em São Luís do Maranhão, implantou no Brasil o primeiro trabalho com mulheres prostituídas, a partir de experiência do Padre Talvas, em Paris, com o movimento Ninho. Em seu trabalho sobre as prostitutas do Farol do Mucuripe, em Fortaleza, Anjos Jr. (1980) destaca o trabalho realizado naquele período por um grupo de religiosos no Centro de Evangelização, O Ninho, junto a mulheres prostitutas daquela área". (ALVARES; RODRIGUES. 2001, p.203).

²⁰⁹ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 2035/83, 1983. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

continuidade dos feminismos e como isso poderia implicar na militância e no fortalecimento das entidades. Além disso, havia a queixa em relação à “manipulação”, exercida pela UMC sobre outras entidades, à maneira pela qual a organização desejava conduzir o evento, mas também, às discussões e aos outros órgãos que surgiam nesse contexto. O fato do NEDIM e o 4 de Janeiro terem se posicionado contrários à UMC demonstrava, naquele momento, que a postura adotada pela entidade não era vista, tampouco recebida de modo amigável por outras militantes feministas.

4.2.1. Centro Popular da Mulher

O CENTRO POPULAR DA MULHER (CPM), entidade fundada em FEV 82, por um grupo de mulheres, com a finalidade de tornar mais efetivo o movimento feminista no Estado do CEARA, vem realizando reuniões e assembleias, em cujas atividades, conta com a participação de elementos pertencentes a grupos de esquerda. (ACE, 1951/83, 1983)²¹⁰.

O relatório produzido, em 1983, pelo Sistema Nacional de Informações, agência de Fortaleza-CE, abordou as atividades realizadas pelo CPM. Com sua fundação, em 1982, após a saída de algumas mulheres da UMC, mas também, com o intuito de fortalecer o núcleo de mulheres do Partido Comunista do Brasil-PC do B²¹¹. O Centro Popular da Mulher foi uma entidade que surgiu concomitante à UMC, a partir da cisão de algumas mulheres, mais ainda, por conta de divergências partidárias, tendo em vista que grande parte das militantes do CPM integravam o PC do B e a maioria da UMC integrava o PRC.

Essas diferenças partidárias, também, foram cruciais nas divisões dos grupos feministas no estado. O Centro Popular da Mulher se formou com uma estrutura muito semelhante à UMC, com a constituição de uma entidade regida a partir de um estatuto, com eleição de Diretoria, Conselho Fiscal, Assembleias, enfim, traços muito próximos ao que era utilizado pela União das Mulheres, mas também, por várias organizações no período.

A União das Mulheres Cearenses, em 1983, decidiu comemorar o dia 8 de março,

²¹⁰ ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1951/83, 1983. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

²¹¹ Após o massacre na Guerrilha do Araguaia, o Comitê Central do partido se viu na situação de tentar “justificar” a derrota sofrida pelos militantes. Nessa disputa surgiram duas correntes que discordavam sobre o desfecho do caso no Araguaia. “Apareceram as duas tendências que demarcariam território na discussão. De um lado, a posição defendida por Ângelo Arroyo, membro da Comissão Militar e um dos poucos sobreviventes da guerrilha, sistematizada no documento Um grande acontecimento na vida do país, segundo a qual a experiência teria sido “altamente positiva”. Outra posição era representada por Pedro Pomar, para quem, de uma maneira geral, o erro do Araguaia teria sido estratégico e não tático; político e militar, e não apenas militar”. (SALES. 2007, p.342).

junto as demais entidades que se formaram, após a cisão do grupo, dentre eles o CPM, o NEDIM e outros órgãos que compunham a militância feminista no cenário cearense. Essa junção foi a tentativa de unificar o movimento de mulheres. Ainda, de acordo com o relatório produzido pelo SNI, agência de Fortaleza-CE:

A União das Mulheres Cearenses (UMC), em reunião realizada no último dia 15 JAN, sob a direção de ROSA MARIA FERREIRA DA FONSECA, decidiu comemorar de maneira unificada o DIA INTERNACIONAL DA MULHER (8 MAR), juntamente com todos os movimentos das mulheres cearenses. (ACE, 1951/83, 1983²¹²).

A observação feita, no relatório produzido pelos militares, demonstra que havia a tentativa de unificar os movimentos, em prol de uma luta comum, nesse caso específico, as comemorações do dia 8 de março, mas, ao mesmo tempo, esses novos grupos, que surgiam, realizavam sua organização de maneira autônoma à UMC, buscando se desvincular do caráter mais “autoritário” exercido pela entidade. A divergência, entre a União das Mulheres e o Centro Popular da Mulher, deu-se de maneira mais acentuada, pois, estava fortemente vinculada à ala feminina do PC do B. Isso acirrou as disputas, dentro dos movimentos feministas, tendo em vista as discordâncias²¹³ partidárias entre o Partido Revolucionário Comunista e o Partido Comunista do Brasil.

A luta por hegemonia, dentro desses espaços de militância feminista e partidária, colocava em evidência as disputas de cunho ideológico, mas também, uma disputa territorial, na qual as mulheres buscavam situar seus respectivos núcleos, em bairros e outros municípios ao tentar conseguir novas associadas. Para Verônica Guedes²¹⁴: “A gente ia muito nos bairros da periferia e existia uma diferença entre o que a gente ia fazer lá e o que a UMC ia fazer”. A militância da UMC, nos bairros de Fortaleza-CE, estava muito voltada a questões mais gerais, que dialogavam com pautas mais abrangentes, mas também, com outras organizações como a

²¹²ARQUIVO NACIONAL, COORDENAÇÃO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL. ACE. 1951/83, 1983. Fortaleza-CE: Serviço Nacional de Informação, 1983. Fundo SNI.

²¹³ “Enquanto o grupo do qual participava Rosa, Jorge Paiva e Maria Luíza destacava-se por uma orientação política que vinculava as lutas imediatas à luta de classes, “tensionando no sentido da radicalização do confronto”, confronto esse concebido como momento privilegiado para a “politização das lutas imediatas”. O outro segmento, dirigido por Gilse Avelar e Benedito Bezerril, seguia a orientação da cúpula do PC do B, que privilegiava a luta democrática, secundarizando a luta de classe propriamente dita, pois compreendia que seria necessária a união das forças de oposição à ditadura, para pôr fim ao regime militar”. (PONTE JUNIOR. 2000, p.16).

²¹⁴ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

Federação de Bairros e Favelas²¹⁵ de Fortaleza-CE, no dia 08 de março de 1983, o *Jornal Diário do Nordeste* destacou a atuação da UMC junto aos núcleos de bairros desse município,

A partir das 15 horas, vários núcleos da União das Mulheres Cearenses dos bairros periféricos e favelas de Fortaleza começaram a se concentrar na Praça José de Alencar, portando faixas com as suas reivindicações. Na maioria delas, as reivindicações giravam em torno de escolas, empregos, melhores condições de moradia e creches. (*Jornal Diário do Nordeste*, 1983, p.08).

A reportagem dialoga com pautas abordadas pela Resolução do I Congresso da Mulher Cearense, que visou contemplar searas, tais como: educação, creches, auxílio funeral, dentre outros. Essas ações realizadas, pela UMC nos diferentes bairros de Fortaleza-CE, não eram encaradas, por algumas militantes, como questões pertinentes ao movimento feminista, “porque na minha visão creche interessa a homem e a mulher, não é exatamente uma questão específica nossa²¹⁶”. A relação que existia entre as propostas da UMC, nos bairros mais periféricos de Fortaleza-CE, e o que era esperado por algumas militantes divergiram. Todavia, a demanda por creche, por exemplo, que foi algo reivindicado de forma específica pela UMC, partiu de um diálogo com as mulheres moradoras de áreas periféricas, que encaravam a necessidade de ampliação do serviço nos seus bairros. Ainda, de acordo com a reportagem do *Diário do Nordeste*,

Construção de mais creches nos bairros carentes de Fortaleza e nas fábricas para que as mulheres possam ter um lugar onde deixar seus filhos quando forem trabalhar. Essa foi a principal reivindicação da caminhada de mulheres realizada na tarde de ontem, no centro da cidade, para comemorar o Dia Internacional da Mulher. (*Jornal Diário do Nordeste*, 1983, p.08).

Enquanto algumas mulheres, que integravam o 4 de Janeiro, não viam na luta por creches uma demanda específica, a UMC juntou-se à reivindicação de mulheres trabalhadoras da periferia que buscavam e tinham como meta o aumento de creches e outros serviços básicos.

Havia um embate no que era colocado entre a diferença da militância do Grupo 4 de Janeiro nos bairros para a UMC. A narrativa de Verônica Guedes apontou que os

²¹⁵ A missão da Federação é lutar pela cidadania, cobrando solução para os principais problemas sociais, principalmente o relativo à habitação. A entidade surgiu no início dos anos 80 fruto da articulação de associações de moradores. As associações começaram a sentir a necessidade de atuar em conjunto para fortalecer suas lutas. Ao longo de sua trajetória, a Federação registra algumas conquistas, sendo as principais os mutirões de limpeza e de habitação realizados na década de 80 e a construção de 20 sedes de associações comunitárias. A luta por creches comunitárias também consta das bandeiras defendidas pela entidade. (*Jornal Diário do Nordeste*, 27 de agosto de 2002).

²¹⁶ GUEDES, Verônica. Entrevista, 28 de agosto de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

princípios não eram os mesmos, portanto, a pretensão da União das Mulheres não era vista de maneira positiva, porque estava associada à ideia de proselitismo, o que incomodava muitas militantes que romperam com a entidade. Mas também, pela própria dimensão que a UMC tinha na cidade. Por ser uma organização com grande porte, contar com muitas associadas, ter personalidades políticas reconhecidas e que integravam a instituição. Por isso, ela conseguia transitar de modo mais flexível, ao mesmo tempo, tendo mais acesso a diferentes mulheres, construindo uma rede de contatos com maior adesão. Para Grace Vitorino, a adesão à UMC foi um fator relevante, posto que havia:

Muitas associadas, algumas com uma participação mais efetiva, outras menos, aí se você me perguntar, havia algumas pessoas que iam como massa de manobra, havia como em todo movimento, não era todo mundo com a consciência elevada não, mas eu acho que se buscava isso. Assim a intenção era essa²¹⁷.

Ou seja, o número de associadas era relevante, mas não significava que todas as sócias tinham o mesmo peso dentro da entidade, tampouco, funcionassem como uma “massa de manobra”, tendo em vista que muitas delas acabavam por serem levadas dentro do movimento, mesmo a pretensão sendo a de elevar a consciência, de acordo com Grace Vitorino. Assim, havia as que tinham maior participação, as que sempre falavam, integravam a direção e havia outras mulheres que não figuravam da mesma forma dentro da entidade, essas acabavam desempenhando um papel mais secundário, na UMC, pois não figuravam do mesmo modo. E, foram algumas delas que descontentes resolveram romper com entidade, por entender um grau de hierarquia e de autoridade. De acordo com Nilze Costa e Silva²¹⁸: “como é que eu vou falar na frente dessas mulheres, que falam tão bem, que já tem uma carreira política... aí eu ficava encabulada, eu era uma que falava muito pouco”. O próprio local de autoridade, exercido por algumas figuras reconhecidas dentro da UMC, gerava um desconforto a ponto de fazer com que outras integrantes não falassem ou falassem pouco. O lugar social, ocupado por algumas sócias, autorizava no que diz Certeau (2002), em que o lugar não possibilita, apenas, o dito/dizer, mas o autoriza e o dota de poder.

As hierarquias eram comuns, em outras organizações de esquerda, e ressoaram na UMC, assim, buscar um espaço, em que algumas militantes estivessem mais confortáveis para o discurso, ao mesmo tempo, não houvesse um grau de hierarquia fez com que esses novos grupos surgissem e abrissem espaço para novas formas de diálogo. Isso não significa dizer

²¹⁷ VITORINO, Grace. Entrevista, 08 de março de 2019. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

²¹⁸ SILVA, Nilze Costa. Entrevista, 10 de abril de 2018. Fortaleza-CE. Entrevistadora: Sarah Silva. Acervo pessoal.

que os grupos, que foram surgindo após o rompimento da UMC, tivessem uma conduta tão diferente dessa, posto que a maneira de se organizar foi semelhante e militantes, que já eram conhecidas nessas organizações, acabaram, ganhando maior destaque. A criação desses novos grupos: 4 de Janeiro e o Centro Popular da Mulher, foi a tentativa de romper com a hegemonia e, ao mesmo tempo, com o modo mais “autoritário” de a UMC gerenciar a militância feminista, mas também, de trazer para os feminismos cearense de “Segunda Onda” novas perspectivas e aprofundar discussões.

5. CONCLUSÃO

No percurso dessa pesquisa, procuramos evidenciar a multiplicidade, que cercou os feminismos de *Segunda Onda*, no Ceará, desde seu surgimento, assim como, os primeiros contatos, até a formação do primeiro grupo feminista do estado, a União das Mulheres Cearenses-UMC. Ao nos debruçarmos sobre essa entidade, tivemos por intuito compreender quais foram as narrativas, os processos e o desenvolvimentos das discussões feministas, no Ceará, mas também, como isso se conectou com outras regiões do Brasil.

O surgimento do feminismo de Segunda Onda influenciou uma geração de mulheres e acarretou novas temáticas de estudos, fomentando os debates e corroborando para a discussão da categoria gênero, a partir da década de 1980. Buscamos traçar o que significou, para o Estado, a formação da UMC e os seus desdobramentos, ao longo dos seis anos, analisados nesse estudo. Os desafios foram muitos, pois houve dificuldades para encontrar a documentação da entidade, contudo, ao estabelecer os primeiros contatos com ex-militantes da instituição, acessamos a informações relevantes e, a partir do testemunho oral, chegamos a novas perspectivas, deparamo-nos com convergências e divergências, que nos fizeram debruçar sobre as diferentes formas de perceber os feminismos nas décadas de 1970-1980.

A UMC, enquanto organização, significou, para muitas mulheres, uma nova forma de estabelecer sua militância, no que tange aos processos de identificação com os feminismos, e na construção de uma identidade política. Desde seu processo de formação, a entidade buscou se estabelecer como uma instituição que utilizou o diálogo entre as demandas feministas, que estavam sendo discutidas, no país, e as pautas mais gerais, que envolviam a luta de classe e o combate à ditadura militar brasileira. Ao longo da pesquisa, fomos percebendo o que significou, para a militância feminista, esse diálogo com as esquerdas, com demandas diferentes das que vinham sendo abordadas, pelos feminismos de *Segunda Onda*, e como isso gerou identificação para algumas mulheres e para outras não.

Desse modo, a diversidade do que significou os feminismos e o encarar-se enquanto feminista foi notório. Ao analisar os testemunhos, percebemos as variantes, que cercaram esse processo de constituição identitária, mais ainda, os conflitos que surgiram em torno desse debate do que seria “ser feminista”. Historicizamos esses diálogos, que foram estabelecidos com as cinco entrevistadas desse estudo, para compreender a linguagem, o lugar social e a forma de organização, porque tivemos como objetivo geral entender o processo de formação da UMC, enquanto entidade, mas não podemos esquecer que essa instituição foi formada por mulheres. A visualização desses agentes, na criação da organização, foi o que

permitiu entender as nuances que cercaram a *Segunda Onda* no Ceará.

A UMC, portanto, foi analisada, na sua organicidade, tendo em vista a composição dos sujeitos, nesse processo de formação, que significou, para as várias mulheres, os primeiros contatos com os feminismos, as discussões acerca da violência, a militância, em uma organização, e uma nova forma de perceber a atuação feminina dentro de uma instituição. O engajamento, na União das Mulheres Cearenses, mesmo trazendo conflitos, gerou experiências que corroboraram na formação dessas militantes.

Ao mesmo tempo, a prática da UMC, no Ceará, não fugiu à regra de outras entidades feministas, pelo país, levando-se em consideração as conexões dos feminismos e as discussões abordadas, muitas entidades, também, estabeleceram o diálogo com as esquerdas, com pautas mais gerais e isso ocasionou conflitos e divisões. Dessa forma, a entidade não estava desvinculada dos processos que aconteciam no Brasil. O modo de se organizar da UMC seguiu um modelo, que era adotado por várias outras organizações, fossem elas feministas e/ou de esquerda. A estrutura da instituição teve um padrão que, por um lado, corroborou para sua burocratização, mas, por outro, contribuiu para manter a organização e, conseqüentemente, sua expansão para diferentes bairros de Fortaleza-CE e outras regiões do Ceará.

A adesão de várias mulheres à entidade não representou, necessariamente, que todas as sócias fossem militantes feministas, mas teve impacto, na expressão da organização, no que tange às mobilizações, eventos e congressos realizados pela UMC. E essa representação não passou à toa pelos órgãos de Segurança Nacional. A entidade, bem como tantas outras instituições, foi alvo de vigilância e controle do Estado, através da estrutura montada pelo Sistema Nacional de Informações-SNI. A produção dos dossiês e relatórios demonstrou o aparelhamento realizado, para manter sobre constante inspeção as organizações de esquerdas e as entidades feministas que surgiram no período.

Esse mecanismo de informações, sistematizado pelos órgãos, como o SNI, demonstrou que havia interesse em vigiar e controlar as atividades dos movimentos feministas, fator, ainda, pouco abordado nas pesquisas historiográficas. Isso corrobora para suscitar novas pesquisas, tendo em vista que nos debruçamos sobre esse tema, mas temos discernimento das limitações desse estudo e o quanto, ainda, há para ser explorado. Mas, dentro da nossa análise, percebemos os modos de controle, que foram exercidos pelos órgãos, desde a inserção de agentes nas organizações feministas, bem como a possibilidade de “traição” dentro das próprias entidades.

Ao levarmos em consideração a vigilância sobre pequenas reuniões com a

participação de poucas mulheres, tornou-se possível a possibilidade de a informante ter sido uma das integrantes, visto que as pessoas, consideradas “suspeitas”, seriam barradas das reuniões, tendo relatos de caso de agentes que foram descobertas e expulsas durante congressos da UMC. Esse ato de vigiar dos agentes de segurança demonstrou o controle sobre as entidades, mas também, o interesse em compreender a maneira de se organizar dos feminismos. O Relatório Especial de Informações, produzido em 1983, apresentou essa preocupação ao montar um dossiê sobre os feminismos brasileiros e a repercussão deles frente às esquerdas e a militância feminina.

O controle, também, era exercido acerca dos Congressos realizados, pela UMC, os quais foram todos vigiados, até o final do nosso recorte temporal, em 1985, houve, ainda, a identificação das militantes, com ênfase nas mais ativas, pois eram nomes já conhecidos, por outras atividades políticas. Além disso, os órgãos de segurança associaram, também, os feminismos e suas organizações a entidades utilizadas como “fachadas” pelas esquerdas no período. Compreendemos que até existiu essa tentativa da esquerda, em relação à organização das mulheres, mas isso gerou a chamada dupla militância e, concomitantemente, os divisionismos nas organizações.

Muitas militantes, ao perceberem que não tinham suas pautas incluídas, nas esquerdas, integraram outros grupos ou romperam e optaram pela militância feminista, ao mesmo tempo, diversas mulheres, ao se darem conta de que as entidades feministas não estavam contemplando demandas e discussões que achavam primordiais para o desenvolvimento dos feminismos de Segunda Onda, deixaram as instituições feministas para fundar e/ou integrar outras. Esse divisionismo, também, foi outro elemento observado pelos órgãos de segurança, que perceberam a fragmentação de alguns grupos, dentre eles, a UMC.

A saída das mulheres da UMC representou os dissensos que havia em relação à condução, ao gerenciamento e a formas de atuação da entidade em relação às discussões. As disputas feministas foram elementos-chave para compreender essa ruptura da entidade e os seus desdobramentos que culminaram na formação de outras organizações. Nesse processo, as identificações com o feminismo e o “ser feminista” foram cruciais para demarcar os grupos e a ações de cada um deles. A UMC, sendo tachada de “conservadora”, em relação a alguns assuntos, tais como sexualidade, conforme abordamos, foi questionada, por algumas militantes, se seria realmente uma entidade feminista ou um grupo de mulheres.

Em nossa pesquisa, não procuramos fazer juízo de valor, diante dessas prerrogativas, pois não é nossa tarefa, enquanto historiador/a, dizer quem é ou não feminista. Historicizar essas disputas, os testemunhos orais, a documentação produzida e problematizar

essas questões são o que nos permite construir um enredo crítico que buscou se aproximar dos vestígios do passado, com intuito de compreender a UMC, seu processo de formação, controle e vigilância e as identificações com os feminismos no Ceará. Nesse percurso histórico, vasculhamos as memórias e as sombras do passado para encontrar novas maneiras de contar os feminismos.

A UMC, na trajetória analisada, configurou-se enquanto uma entidade de múltiplas faces, que arriscou o limbo entre o geral e o específico, construiu formas de militância, permitiu o lugar social a muitas mulheres, desenvolveu uma ideia de articulação e possibilidade de organização feminina, encontrando os entraves, que cercaram/cercam a militância feminista, essa entidade avançou em discussões, até então, relegadas ao secundário ou a ausência. A entidade que existe, atualmente, vinculada ao grupo Crítica Radical não tem mais a mesma expressividade dos anos 1980, mas carrega as lembranças de um passado que retorna, seja pela nostalgia ou pelo remorso.

Desenterrar a trajetória da UMC, com a tentativa de trazer dos mortos a história de um feminismo cearense, foi desafiador e, talvez, não tenhamos conseguido. Mas, no ofício de historiadora, buscamos apresentar a entidade e suas facetas, que culminaram para uma forte expressão feminista, tenha sido por ela mesma ou pelo o que deixou de herança para outros grupos. Em meio as suas contradições e divergências, sua relevância para a *Segunda Onda*, no Ceará, foi contestada por algumas e afirmada por outras. Em meio a isso, sabemos que relevante ou não para o feminismo, não podemos contar uma história feminista de *Segunda Onda* sem ela.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maira Luisa Gonçalves. **Feminismo no exílio**: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. de Campinas, SP : [s. n.], 2010.
- ALVAREZ, G. O. RODRIGUES, M. T. Prostitutas cidadãs: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/AIDS. **Revista de Ciências Sociais-UFC**, Fortaleza-CE, vol. 32, n.1/2, 2001. pp. 53-68. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br>> Acesso em: 15 de janeiro de 2020.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil. (1964-1984)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. O enunciado, unidade da comunicação verbal. In: BAKHTIN, Mikhail **Estética da criação da verbal**. 03 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismos e subversão da identidade. 15ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BORGES, Joana Vieira. **Para além do “tornar-se”**: ressonâncias das leituras feministas de o *Segundo Sexo* no Brasil. 137f. Dissertação (Mestrado em História)-Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2020.
- BORGES, Joana Vieira. Leituras feministas de o Segundo Sexo no Brasil e na Argentina. In: PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.119-143.
- BASTOS, Natalia de Souza. **Elas por elas**: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil - anos 1960-1980. 2007. 138 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2007. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/iht/>>Acesso em: 15 set.2015.
- BRANDIM, Ana Cristina Meneses de Sousa. Paul Ricoeur e Michel de Certeau: a Hermenêutica da Falta como Produção de Sentidos ou a Hermenêutica dos Rastros do Outro. **Revista de Teoria da História**, Ano 2, Número 4, pp. 134-146, dezembro/ 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/teoria>> Acesso em: 03 de janeiro de 2020.
- BRASIL. IBGE, 2010. EDIÇÕES IPLANFOR - **Série Fortaleza 2040** - Nº 2 - ANO II – 2015.
- CPDOC | FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 21 de dezembro de 2019.
- CARDOSO, E. P. **Imprensa Feminista Brasileira pós-1974**. 2004, 132f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/> Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE- **Relatório Final**, Brasília: [s.n.], 2014.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, set. 2009. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1546/1008>>. Acesso em: 17 Jan. 2020.

COSTA, C. L. O sujeito nos feminismos: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, 2002. pp.59-90. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644580>> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

COSTA, Albertina de Oliveira. Os estudos da mulher no Brasil ou a estratégia da corda bamba. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis-SC. 2º semestre/1994.

DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil Mulher**: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 2002, 131f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3505>> Acesso em: 13 de janeiro de 2020.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Sob vigilância: os movimentos feministas brasileiros na visão dos órgãos de informação durante a ditadura (1970-1980). **Anos 90**. Porto Alegre, v.26, 2019.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Jogos da Memória**: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979). Fortaleza: INESP, UFC, 2012.

_____. Movimento Feminino pela Anistia – militância e afeto na luta política contra a ditadura militar brasileira. FAZENDO GÊNERO 09. Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais Santa Catarina**, 2010.

_____. Betty Friedan: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 287, jan. 2006. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIRMO, Erico. **Rosa da Fonsêca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017.

FOX-GENOVESE, Elizabeth. PARA ALÉM DA IRMANDADE. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 0, n. 0, p. 31, jan. 1992. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15800/14293>>. Acesso em: 11 de janeiro de 2020.

GREEN, James. N. A luta pela igualdade: desejos, homossexualidades e as esquerdas na América Latina. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, 2003. pp. 18-39. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br> Acesso em: 10 de janeiro de 2020.

GOLDBERG, Annete. **Feminismo e Autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de libertação em ideologia liberalizante. 1987, 217f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 1987.

GOENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1998.

GOMES, Aurísio Cajazeira. **Rosa da Fonseca**: a rosa que fala. Monografia (Bacharel em Comunicação Social). Curso de Comunicação Social-Universidade Federal do Ceará. 2013. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25035/1/2013_tcc_acgomes.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

GRECO, Heloisa Amélia. **Dimensões fundacionais na luta pela Anistia**. 2003, 559f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação das Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas-Universidade Federal de Minas Gerais. 2003. Disponível em:

<<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VGRO-5SKS2D>> Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

HENTZ, I. C.; VEIGA, A. M. Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.145-163.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, 26(1), pp. 61-73. 2014. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>> Acesso em: 15 de dezembro de 2019.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 349f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2008. Disponível em:

<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03062008>> Acesso em: 10 de setembro de 2019.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. BRASIL MULHER E NÓS MULHERES: ORIGENS DA IMPRENSA FEMINISTA BRASILEIRA. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234, jan. 2003. ISSN 1806-9584. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100014/8721>>. Acesso em: 03 de janeiro de 2020.

MELLO, S. C. A questão do trabalho doméstico: recortes do Brasil e da Argentina. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.71-91.

MERLEAU-PONTY, Maurice. O corpo como a expressão e a fala. In: MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 237-270.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Simone de Beauvoir e o amor americano (Um tributo a Simone de Beauvoir). **Cadernos Pagu**. Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX. Campinas, SP: Publicação do PAGU – Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, n.12, 1999, p. 93-101.

NASCIMENTO, Higor Codarin. **A Arma da Crítica e a Crítica das Armas**: a trajetória do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (DI/GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972).. Campinas, SP [s.n.], 2018. (Dissertação de Mestrado) Universidade Estadual de Campinas- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

NIETHAMMER, Lutz. Conjunturas de Identidade Coletiva. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p.119-134, abr.1997.

OSÓRIO, Pedro Luiz da Silveira. **Partido Revolucionário Comunista (PRC)**: trajetória e contribuições para o PT. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/132387>> Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

PEDRO, J. M. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria e WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, dez.2006.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v.24, N.1, p.77-98, 2005.

PINHEIRO, Anna Marina Barbará. Rose Marie Muraro: pensamento, subjetividade e ação. XVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis-SC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais Santa Catarina**. 2015. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427833791_ARQUIVO_Trabalho-ANPUH-2015-Def.pdf> Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PONTE JUNIOR, Osmar de Sá. **Dualidade de poderes**: um mal-estar na cultura política da esquerda. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000. 140p.

RAMKRAPES, Carolina Melania. **Histórias do movimento feminista no Ceará**: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele. 2017. recurso online (176 p.). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História- Universidade Estadual de Campinas-Unicamp, 2017. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330794/1/Ramkrapes_CarolinaMelia_M.pdf>

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, C.B; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SALES, Jean Rodrigues. Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da Guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 340-365, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a17v26n2>> Acesso em 13 de janeiro de 2020.

SARDENBERG, Cecília. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, Brasília, DF, v.11 n.2, p.15-29, jan./jun. 2018. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4106>> Acesso em: 13 de janeiro.

SARTI, Cynthia Andersen. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. XXI Congresso Internacional da LASA, **Anais**. Chicago, 1998. P.1-12.

SENA, Tito. Os relatórios Shere Hite: Sexualidades, Gênero e os Discursos Confessionais. FAZENDO GÊNERO 8. **Anais** [...] Florianópolis- Universidade Federal de Santa Catarina. 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST33/Tito_Sena_33.pdf> Acesso em: 30 de dezembro de 2019.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.218-237.

SCHLATTER JUNIOR, S. L. Sujeitos e amores: revolução e relações pessoais. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.391-407.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.01, p.11-30, jan./abr.2005.

_____. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v.16, p.297-325, fev.1998.

_____. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, vol. 20, n. 02, p.71-99, jul./dez.1995.

THOMSON, Alistair. Reacompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. **Revista Projeto História**, São Paulo, n.15, p.51-71, abr.1997.

VEIGA, A. M. Entre o Feminismo e a Esquerda: contradições e embates da dupla militância. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011, p.145-163.

VITORINO, Grace Trocolli. **Feminismo e Pós-feminismo**: a dupla tessitura das relações de gênero. 1994, recurso impresso, (157 p.). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades I, CE, 1994.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Atualização: homicídio de mulheres no Brasil. Agosto de 2012. Disponível em:
<https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>
Acesso em: 14 de janeiro de 2020.

WOITOWICZ, K. J; PEDRO. J.M. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. (Org). **Resistências, Gênero e Feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Santa Catarina: Mulheres, 2011.

WOLFF, Cristina Scheibe. Resistência e gênero nos arquivos das ditaduras militares do Cone. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 451 - 471.

_____. Feminismo e configurações de gênero na guerrilha: perspectivas comparativas no Cone Sul, 1968-1985. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 19-38, Dez. 2007.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: um debate. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em: Acesso em: 25 out.2015.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura**. São Paulo: EDUC, 2000.